

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

**O DESPERTAR DE SONORA-MS: MUNDO RURAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA DE  
MIGRANTES**

BEATRIZ DOS SANTOS DE OLIVEIRA FEITOSA

Cuiabá - MT  
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA, TERRITÓRIOS E FRONTEIRAS

**O DESPERTAR DE SONORA-MS: MUNDO RURAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA DE  
MIGRANTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História, Territórios e Fronteiras da Universidade Federal de Mato Grosso, como requisito parcial para a obtenção do título de MESTRE em História, sob a orientação do Professor Doutor Fernando Tadeu de Miranda Borges.

## FICHA CATALOGRÁFICA

F311d      Feitosa, Beatriz dos Santos de Oliveira.

O despertar de Sonora-MS: mundo rural, história e memória de migrantes / Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa. – 2011.

188 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Tadeu de Miranda Borges.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Pós-graduação em História, Área de Concentração: História, Território e Fronteiras, 2011.

Bibliografia: f. 150-171.

Inclui anexos.

1. Sonora (MS) – História. 2. Agricultura – Sonora (MS). 3. Sonora (MS) – Migração. 4. Vale do Rio Corrente (MS). I. Título.

CDU – 94(817.2)

## **Banca Examinadora**

---

Professor Doutor Fernando Tadeu de Miranda Borges (Presidente)

---

Professora Doutora Lená Medeiros de Menezes (Examinadora Externa)

---

Professora Doutora Leonice Aparecida de Fátima Alves (Examinadora Interna)

---

Professor Doutor Vitale Joanoni Neto (Suplente)

Aos meus pais pela presença inconfundível em minha vida...

Ao Heitor e a Gabi, por me permitirem a manifestação de amor mais completa...

Ao Cleber pelo nosso amor!

## **Agradecimentos**

À Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História – Territórios e Fronteiras, pela oportunidade.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Secretaria de Educação de Mato Grosso do Sul (SED) pelo apoio financeiro.

Ao Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), ao Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), à Secretaria Municipal de Educação de Sonora, pelo apoio dispensado.

Ao Professor Doutor Fernando Tadeu de Miranda Borges, pela gentileza e doação com que orientou este trabalho.

Ao Professor Doutor João Carlos Barrozo, pelas reuniões com o grupo de pesquisa e pelas sugestões apresentadas que foram fundamentais .

À Professora Doutora Leonice Aparecida de Fátima Alves, pela disponibilidade em dialogar sobre esta pesquisa e pelas valiosíssimas discussões realizadas durante o curso “Reflexões sócio-históricas da questão agrária no Brasil”, ministrado na ocasião do cumprimento dos créditos. Agradeço, particularmente a leitura do texto e as importantes contribuições dadas por ocasião do exame de qualificação.

Ao Professor Doutor Vitale Joanoni Neto por possibilitar reflexões tão aprofundadas em relação à temática agrária por meio do curso “História das Populações” e pela leitura minuciosa do texto apresentado na qualificação.

Aos Professores, Doutores Marcus Cruz, José Carlos Leite e Pablo Diener que por meio das sugestões de leituras e das discussões realizadas durante os cursos ministrados ampliaram a reflexão desta temática.

À Professora Doutora Thereza Martha Presotti, por gentilmente permitir que realizasse o estágio docência sob sua coordenação.

Ao Professor Pós Doutor, Flávio Antônio da Silva Nascimento, por todo o processo de orientação, acadêmica e humana.

À secretária do Programa de Pós-Graduação em História, Valdomira Ribeiro (Val), pela atenção e disponibilidade.

Aos colegas do mestrado, pelos incentivos e opiniões, em especial Ivonete Giachini Leite, por ter permitido que dividíssemos um tempo precioso em nossas vidas e Katia Ormond, pela amizade.

Ao amigo Antutérpio Dias Pereira pela leitura dos textos e pela força.

Ao Everton dos Santos de Oliveira (maninho), pelo companheirismo, atenção e carinho.

Aos meus pais Aparecido Alves de Oliveira e Donizete dos Santos de Oliveira e meus irmãos Emerson dos Santos de Oliveira e Ederson dos Santos de Oliveira, cujo companheirismo garantiu a força da qual preciso nos momentos mais difíceis.

Aos colegas da Escola Estadual Comandante Maurício Coutinho Dutra, cujo apoio foi imprescindível.

A todos os entrevistados, cuja partilha de suas experiências de vida permitiram a realização dessa singela reconstrução do passado de Sonora

## Resumo

Este trabalho trata do movimento de (re) ocupação da região do Vale do Corrente no extremo norte de Mato Grosso do Sul, possibilitado por políticas governamentais, nas quais o Estado teve papel relevante no financiamento das grandes propriedades rurais. O marco temporal escolhido diz respeito ao período pós-milagre econômico, quando o processo de investimento estatal para a ocupação de novos espaços se intensificou. A metodologia empregada para a realização do trabalho passou por levantamento sistematizado de fontes, e pela seleção de periódicos, em busca de discursos sobre a modernização no campo, e as políticas públicas viabilizadoras da (re)ocupação da região central do país, além de questões referentes à produção agrícola do período, e de temas referentes à crise do petróleo vivida pelo país, que de certa forma possibilitou que se dinamizasse a produção de álcool e a ampliação das áreas de cultivo de cana-de-açúcar (pesquisa realizada no Arquivo Público de Mato Grosso, no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional e em fontes digitais). A utilização da História Oral permitiu a representação do espaço e reforçou na contextualização, as experiências, com trajetórias e memórias daqueles que em ondas migratórias, chegaram ao município. Os estudos acabaram estruturando-se de forma a possibilitar a construção do pensamento sobre a dinâmica de ocupação e configuração dos espaços que sofreram a interferência de políticas governamentais. Na contextualização, encontram-se questões de nível nacional que, por sua vez, conduziram a (re) ocupação do norte de Mato Grosso do Sul, e das políticas de (re) ocupação e modernização do campo que afetaram e deixaram seus reflexos na região do Vale do Corrente em Sonora.



## **Abstract**

The present dissertation brings observation about movement of (re) occupation from Region Vale do Corrente to make possible for public politics, which the state had important part in the sponsorship of rural properties. The time mark chosen tells about after-miracle economic period, when the process of state investment to the occupation of new spaces intensified. The methodology used to the realization of work pass to a systematic survey of bibliography regard for subject, subsequently for a work periodic survey in search for speech of modernization in the field, public politics that let the (re) occupation from central region of country, beyond questions about agricultural production of the period, as well as subjects about the crise of oil lived to country that of right form dynamiced the production of alchool and the elnargement from area of cultivation of sugar cane, research done in the Mato Grosso of Sul's Public File, Nucleus of Documents and Information Historical Regional and digital sources. The use from Oral History, let the representation of space of study for way of the search for context of experiences, trajectories and memories from people that in migratory waves went arrived in the region. The chapter were structured of form to think the dymamic of occupation of spaces feasible for public politics that let the formation current from region studied. In this form initial we deal of concept that let to understand the reality we offered to study, next, look for understanding questions of national level that take the ( re) occupation of North of Mato Grosso do Sul, in third moment we will look for understanding as theses politics of (re) occupation and modenization of field affect the people's life that arrived in different periods until the Region Vale do Corrente.

## **Lista de Abreviaturas**

APMT	Arquivo Público de Mato Grosso
BB	Banco do Brasil
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAI	Complexo Agro-Industrial
CASE	Companhia Agrícola Sonora Estância
CDI	Crédito de Desenvolvimento Imobiliário
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
IAA	Instituto do Açúcar e do Alcool
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
P.N.E	Plano Nacional de Educação
PROÁLCOOL	Programa Nacional do Alcool
SINE	Sistema Nacional de Empregos
SUDAM	Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia

## **Lista de Imagens**

Imagem I:

Vista da entrada da cidade \_\_\_\_\_ 89

Imagem II:

Parque industrial da Usina Sonora. \_\_\_\_\_ 92

Imagem III:

Trabalhadores no corte de cana \_\_\_\_\_ 139

Imagem IV:

Vista da entrada de Sonora em 1980 \_\_\_\_\_ 140

Imagem V:

Entrada de Sonora em 2009 \_\_\_\_\_ 141

## **Lista de Mapas**

Mapa I:

Localização do Município de Sonora \_\_\_\_\_ 90

## **Lista de Quadros**

Quadro 01:

Evolução da população por situação de domicílio (Sonora/MS-1991-2004) \_\_\_\_\_ 91

Quadro 02:

Utilização das terras em Sonora/MS até o ano de 2004 \_\_\_\_\_ 94

Quadro 03:

Tipologia de uso do solo (hectares) de Sonora/MS, entre os anos de 1990 e 2008  
\_\_\_\_\_ 98

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO 1 - REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS PARA A CONFIGURAÇÃO DE UM “OLHAR” SOBRE SONORA.....	26
1.1- Compreender a realidade – um exercício teórico.....	27
1.2 - Discussão Conceitual da Fronteira .....	37
1.3 - Reflexões acerca do conceito de identidade .....	51
1.4 - A ideia de território, desterritorialização e multiterritorialidade. ....	55
1.5 - Trabalhando com memórias, para (re) viver a história.....	59
CAPÍTULO 2 - O DESPONTAR DA “PRINCESINHA DO NORTE”: OCUPAÇÃO DO EXTREMO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL A PARTIR DE 1970 .....	64
2.1 - Reflexões sócio-históricas acerca da questão agrária no Brasil .....	65
2.2 – Revisão bibliográfica referente à questão agrária em Mato Grosso .....	76
2.3 - Questão Agrária em Sonora. ....	90
2.4 – Um “Olhar” Acerca da Questão Indígena .....	100
2.5 - Algo Inevitável: a questão ambiental.....	104
CAPÍTULO 3 - A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E O SURGIMENTO DA “GENTE DESCARTÁVEL” .....	108
3.1 – O Discurso de Desenvolvimento e a Criação da Cidade de Sonora.....	109
3.2 – O Discurso de Modernização nos Jornais (1974 – 1978).....	115
3.3- Progresso e Desenvolvimento em uma “cidade sem passado”.....	121
3.4 – Modernidade e Progresso: algumas reflexões conceituais. ....	128
3.5 – O Progresso que Descarta Pessoas .....	140
4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	147

FONTES E REFERÊNCIAS.....	151
5 - FONTES.....	151
6 - REFERÊNCIA .....	164
7 – APÊNDICE.....	173
8 - ANEXOS .....	179

## INTRODUÇÃO

[...] Não chegar ao ponto em que não se diz mais EU, mas ao ponto em que já não tem qualquer importância dizer ou não dizer EU. Não somos mais nós mesmos. Cada um reconhecerá os seus. Fomos ajudados aspirados, multiplicados. (Deleuze e Guatari, Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia)

Esta dissertação trata da ocupação do extremo norte do estado de Mato Grosso do Sul, tema que desde o período da graduação estimulava a curiosidade e acerca do qual nos dedicamos estudar, inicialmente na ocasião da produção da monografia de final de curso, quando produzimos um estudo intitulado “Pequena Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico de Sonora – MS” e, posteriormente, em duas monografias de especialização, a primeira intitulada “Pequeno Histórico da Construção do Sistema Educacional e Análise dos Reflexos dessa Construção no Ensino de História em Sonora – MS”, e a segunda intitulada “A Expansão do Vale do Corrente em Mato Grosso do Sul: uma modernização conservadora promovida pelas frentes de expansão agrícola”.

Nestas ocasiões aconteceu o amadurecimento do olhar de pesquisadora que busca compreender o espaço em que vive, e as relações com outros espaços. Percebemos que haviam características da cidade de Sonora que eram resultado de decisões políticas tomadas ao longo do tempo, e que a configuração daquele espaço não se deu ao acaso, mas dentro da dinâmica histórica de desenvolvimento da cultura econômica do capital. A pesquisa histórica a nosso ver deve “[...] procurar não cair na armadilha do objecto pré-construído, o que não é fácil, na medida em que se trata, por definição, de um objecto que *me interessa*, sem que eu conheça claramente o princípio verdadeiro desse *interesse*.[...]” (BORDIEU, 2009:30). Esta preocupação em levar a pesquisa além de um interesse já estabelecido, esteve muito presente no trajeto escolhido e trilhado para a realização desta pesquisa.

O presente estudo, justifica-se pela necessidade de entender a dinâmica de relações que foi aos poucos se configurando nos espaços, e possibilitou

compreender, por exemplo, como ocorreu a movimentação de migrantes para aquela região, em onda diversas. Para um grupo, o Estado forneceu subsídios que lhe possibilitou adquirir enormes extensões territoriais, para outro, o que restou, foram viagens sazonais em direção à Sonora que garantiam apenas a sobrevivência desses trabalhadores e de seus familiares, que na maioria permanecem nos lugares de origem. Para escrever acerca desse processo, optamos por uma contextualização histórica, buscando mostrar a temporalidade do objeto que se constituiu em tema desta dissertação.

É importante observar que no final do século XIX ocorreram mudanças significativas na distribuição das atividades produtivas brasileira, o açúcar perdeu mercado externo e o país modernizou a estrutura produtora do embrionário complexo agroindustrial para redirecionar a produção de outros bens. O advento do regime republicano, ainda no século XIX, proporcionou o crescimento econômico, e a agricultura se industrializou. Esse processo de industrialização deu origem aos complexos agroindustriais mais modernos, na concepção de modernidade daquele período. Outra resultante dos projetos de modernização do campo foi o agronegócio.

Cabe salientar que a modernização agrícola decorreu desse processo histórico que remonta ao século XIX, e só foi estruturada em termos mais tecnológicos, sobretudo no estado de Mato Grosso do Sul, recentemente com aponta Ramminger (2008: 01):

As recentes transformações ocorridas na estrutura produtiva da agricultura de Mato Grosso tiveram início na década de 1950, quando novas áreas de terras passaram a ser gradativamente incorporadas ao mercado nacional. Apesar disso, até 1970 a agropecuária não apresentava importância econômica significativa para o Estado. A produção, referente ao cultivo do arroz, do feijão e da mandioca, bem como à prática da pecuária extensiva de corte, além das atividades extrativistas, ainda se realiza através de mão-de-obra predominantemente familiar, destinando-se sobretudo, aos mercados locais.

O surgimento dos complexos agroindustriais portanto, ocorreram a partir do movimento de modernização agrícola, financiado em grande parte pelo Estado.

No tocante a utilização dos termos: moderno, modernismo e modernização, ressaltamos a problemática de sua utilização quando nos referimos a sociedades

contemporâneas, exemplo disso são algumas questões sistematizadas ao longo deste trabalho, falamos de um período referente a contemporaneidade, especificamente os anos pós – 1970, mas os termos utilizados por inúmeros autores para referirem-se a este período está carregado da marca da modernidade, e os discursos que garantiram a ocupação ou a reocupação desses novos espaços pareciam estar em sintonia com o ideal de modernidade, que se traduzia na angústia da busca pelo novo, uma vez que as práticas agrícolas, por exemplo, eram arcaicas havendo portanto, uma necessidade de modernizá-las, acerca dessa dicotomia “atrasado” e “moderno” Le Goff, afirma:

[...] Na Europa do final do século XVII e primeira metade do XVIII, a polêmica sobre a oposição antigo/moderno, surgida a propósito da ciência, da literatura e da arte, manifestou uma tendência à reviravolta da valorização do passado: antigo tornou-se sinônimo de superado, e moderno, de progressista. Na realidade, a idéia de progresso triunfou com o Iluminismo e desenvolveu-se no século XIX e início do XX, considerando sobretudo, os progressos científicos e tecnológicos.

No Brasil ocorreu uma intensificação de técnicas que afetaram o setor agrícola nas décadas de 1960 e 1970, e que foram denominadas pelos estudiosos da questão, de modernização “perversa” ou “conservadora”. Graziano da Silva (1996), Delgado (1985) e Guimarães (1989) referiram-se à modernização do campo, que ocorreu no Brasil, a partir da década de 1960, como “conservadora”, “dolorosa” e “perversa”, caracterizando-se pela modernização da base técnica da produção agrícola, com a elevação do consumo intermediário (insumos agrícolas) no setor e, a dinamização da produção, que provocou a expulsão dos trabalhadores rurais do campo,

[...] mais intensivo no uso de capital fixo e circulante. A participação do consumo intermediário no valor da produção pode então ser vista como indicador síntese do processo de modernização: quanto mais complexa a base técnica da produção, com a utilização crescente de insumos (químicos, físicos e biológicos), maior tende a ser a proporção do consumo intermediário na produção. (GRAZIANO DA SILVA, 1996:23)

O rápido e crescente processo que levou à industrialização da agricultura, após 1950, decorreu da expansão industrial verificada nos países centrais, e que produziu mudanças nas condições internas do desenvolvimento agrícola, como nas relações entre a agricultura e os demais setores da economia. Nesta fase, uma parte



crescente dos produtos agrícolas passou a ser adquirida e processada pelas indústrias, e não mais entregue, *in natura*, para o mercado. Do outro lado, uma parte das necessidades de consumo da agricultura deixou de ser obtida nos domínios das explorações agrícolas. No que tange ao setor urbano, houve o desenvolvimento das indústrias processadoras de produtos agrícolas, das indústrias de bens de capital (maquinários) e insumos (fertilizantes e defensivos químicos) para a agricultura.

Esta modernização impulsionada pelo Estado, na forma de créditos subsidiados, acabou controlando e direcionando a cultura canavieira.

Quanto ao Estado de Mato Grosso (no período anterior à divisão que deu origem ao Estado de Mato Grosso do Sul), a agricultura esteve presente, mesmo que de forma bastante incipiente, desde o início da colonização.

Com base em Lenharo (1982), foi possível perceber que a tese de que a Província de Mato Grosso estava isolada do restante do país foi um mito que visava atribuir “heroísmos” e “virtudes” ao grupo representante do poder local, em parte descendente ou de alguma forma relacionado com aqueles antepassados. Essa visão de Lenharo, alterou as interpretações que até então eram dadas à participação de Mato Grosso na economia nacional, como afirma Garcia (2003),

[...] essa concepção histórica foi jogada no limbo da história e transformou-se em mito, em algo que deveria ser abandonado. Por sua vez, uma nova tese tornou-se hegemônica: aquela que defendia haver Mato Grosso nunca estado isolado. Seu processo histórico jamais teria tido qualquer traço involutivo, mantendo-se sempre o seu caráter mercantil, mesmo depois da mineração.

O século XVIII, em Mato Grosso, foi marcado por um período em que as atividades estavam voltadas para a mineração, o que fez com que o desenvolvimento agrícola e de pastoreio fossem inexpressivos.

No final do século XIX, com base em uma nova divisão internacional do trabalho, a província foi incumbida de abastecer os mercados europeus de gêneros agrícolas e demais matérias primas e foi nesse período que ocorreu a proliferação dos núcleos açucareiros. O regime de trabalho era penoso e mesmo com a abolição

do trabalho escravo, pode-se dizer que se aproximou do regime escravista, pois se mantinha sob bases compulsórias de trabalho, para sustentar baixos custos.

Nos anos de 1930, houve uma redução das atividades agrícolas em Mato Grosso, pois o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA, criado pelo Estado para gerir os assuntos relativos à produção de álcool acabou não beneficiando o Estado de Mato Grosso, como aponta Borges (2010:93).

Visando aumentar a produtividade da região e a sua integração no mercado nacional, foi lançado nos anos de 1930, com decorrência nos anos de 1940, o programa “Marcha para o Oeste”, que apregoava o deslocamento da população de trabalhadores rurais nordestinos para o “Sertão” ou “Oeste”, entre outras medidas.

Com relação à agroindústria da cana, foi criado em 1975, o Programa Nacional do Alcool (Proálcool), como tentativa brasileira de produzir fontes alternativas de energia que pudessem vir a substituir, pelo menos em parte, o petróleo, pois desde o ano de 1973 com a “crise do petróleo”, os preços tiveram um aumento considerável.

Houve como consequência desse processo uma política de distribuição de terras que resultou na formação de grandes propriedades, que passaram, por sua vez, por um processo que levou à industrialização da agricultura, a partir dos anos de 1980.

A década de 1980 assistiu a valorização da agricultura levada a cabo pelo Estado, que via nesta uma forma de contribuir para a redução da crise econômica, empreendendo assim o aumento da produção de alimentos e matérias primas com o objetivo de combater a inflação e aumentar as exportações, sobretudo para honrar o serviço da dívida externa. A ação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nos projetos de desenvolvimento econômico pode ser notada no Brasil, como aponta o site da comissão:

A CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do

Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. (disponível em: <http://www.cepal.org>)

As questões concernentes aos projetos de desenvolvimento econômico como os pensados pela CEPAL, serão discutidos ao longo deste trabalho.

O investimento na produção de agroenergético favorecia a grande propriedade, e os benefícios resultantes desse programa foram aplicados para a satisfação dos interesses de poucos, isto com o apoio governamental, através de concessão de créditos subsidiados e garantia de preços mínimos, além de assistência técnica e extensão rural.

A região de Sonora foi palco de um processo de transformação, sobretudo devido ao processo de divisão do Estado, em 1977. Nota-se que na mencionada região ocorreu um processo de modernização conservadora da agropecuária (PALMEIRA, 1989), cuja consequência imediata foi o aumento da concentração de terras, a redução da pequena propriedade resultando em proletarianização do trabalhador rural. Outra resultante desse processo diz respeito aos grupos indígenas, cuja mão-de-obra foi utilizada por um tempo significativo na região.

Na perspectiva da cultura do capital, o processo de desenvolvimento econômico nessa região de fronteiras tem sido considerado “bem sucedido”, porém, as contradições surgiram, e as incoerências sócio-econômicas se expressam no quadro de desemprego, degradação ambiental e desrespeito com as comunidades indígenas e afro-descendentes.

Esta dissertação discute temas relacionados à terra, colonização e migração, bem como suas relações com conceitos como de fronteira, identidade, desterritorialização e memória, sem perder de vista o papel do estado que ao beneficiar a grande propriedade definiu a configuração do espaço de Sonora.

O desenvolvimento desta pesquisa teve início a partir de um levantamento bibliográfico, cujas leituras permitiram entender os conceitos que são trabalhados ao longo da dissertação. Recorremos ainda a sites dentre os quais, do IBGE que foi de particular importância para a construção dos quadros, discutidos e analisados ao longo do desenvolvimento das ideias. Utilizamos também de revistas publicadas na área de história, tais como a “Revista de Estudos Avançados”, da USP, e

“Territórios e Fronteiras”, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso, de forma a ampliar o debate acerca das questões abordadas.

A pesquisa documental foi levantada no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR), na Gerência Municipal de Educação do Município de Sonora, na sede da Companhia Agrícola Sonora Estância (CASE) e ainda com base em veículos virtuais de informação. Livros literários também se constituíram em importante fonte documental, pois possibilitaram olhares diferenciados acerca das temáticas trabalhadas.

A pesquisa de campo, além do trabalho com entrevista, permitiu vivenciar as experiências de migrantes que chegaram no início da (re) ocupação de Sonora. Por meio das entrevistas, começamos a delinear um quadro sobre o movimento de ocupação no período posterior ao milagre econômico pós - 1970 que se caracterizou em nível nacional por um elevado crescimento econômico, ocorrido entre 1968 e 1973. Neste período, exaltava-se o crescimento do “bolo” da economia brasileira e dizia-se que era necessário apostar no desenvolvimento do país, partindo da riqueza de uma parcela da população e que a outra parte desta população seria beneficiada quando viesse a ocorrer a repartição do referido “bolo”. Entretanto, ao lado da euforia da classe média, que teve seu poder aquisitivo ampliado, naquele momento, exista outro país, que não era atingido por esse “milagre”, não sendo beneficiado com alguma fatia do “bolo” e que, em seguida foi atingido também pela crise do petróleo.

Realizamos entrevistas também com cortadores de cana cujo objetivo foi entender o movimento sazonal que levou, homens e mulheres a migrarem de suas regiões de origem em busca de trabalho temporário que lhes garantia uma sobrevivência de privações, mas não lhes tirava as esperanças de uma melhora na qualidade de vida, pelo contrário, percebemos nos contatos realizados, que os desejos e anseios de uma vida melhor, na concepção desses trabalhadores, passam em parte pelo trabalho realizado nos canaviais de Sonora.

Para a análise da documentação recolhida, orientamo-nos pelo entendimento de que é preciso “[...] dispensar às fontes orais o mesmo rigor crítico utilizado no tratamento de outras fontes documentais.” (GUIMARÃES NETO, 2000:2-3), ou seja, de que tanto os relatos transcritos das entrevistas, quanto os encontrados em arquivos devem ser analisados como sendo frutos de uma produção dinâmica. Nem verdadeiros nem falsos, mas produtos de contatos e negociações não ingênuas. Os documentos estão sendo analisados, portanto, tendo em vista a perspectiva apontada por Montenegro, de que os “[...] registros orais ou escritos são sempre representações acerca da realidade, e jamais a apreensão do acontecido em si.” (MONTENEGRO, 1997).

Acerca dos documentos com os quais trabalham os historiadores, Montenegro (2010:98) adverte:

Os documentos e suas armadilhas, que oferecem significados evidentes, são lições cotidianas. Na pesquisa em jornais e em discursos parlamentares, os acontecimentos são diariamente costurados, descosturados, e formam diversos nós, em que o suceder temporal é apresentado como evidência real. Um outro ritual da pesquisa foi também a utilização – como fonte – dos relatos orais de memória, que podem ser vistos como fragmentos atravessados por tempos múltiplos, regidamente controlados pelo narrador.

Salientamos que, temáticas referentes ao período posterior ao ano de 1930 são caracterizadas como compondo um campo profícuo de estudos históricos o da História do Tempo Presente, como apontam Cruz & Rodrigues (2009:33): “Os estudos que tomam como recorte temporal o período de 1930 até os dias atuais se inscrevem no que se convencionou chamar de História do Tempo Presente.”

O debate em torno da produção historiográfica levou inicialmente a uma postura de recusa em relação a esta maneira de produzir história como aponta Ferreira:

[...] se acreditava que a competência do historiador se devia ao fato de que somente ele podia interpretar os traços materiais do passado, seu trabalho não podia começar verdadeiramente senão quando não mais existissem testemunhos vivos dos mundos estudados. Para que os traços pudessem ser interpretados, era necessário que tivessem sido arquivados. Desde que um evento era produzido ele pertencia à

história, mas, para que se tornasse um elemento do conhecimento histórico erudito, era necessário esperar vários anos, para que os traços do passado pudessem ser arquivados. (FERREIRA, 2002:315-316)

Entretanto, no pós – 1980 os estudos contemporâneos ganharam força, momento em que, notabilizaram-se nos estudos históricos as experiências individuais.

[...] a partir de 1980, registram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se à história o estudo do contemporâneo. (FERREIRA, 2002: 319)

O estudo da História do Tempo Presente foi um dos conceitos que orientou a produção deste estudo que está dividido em três capítulos, cuja preocupação foi com as melhores opções de reconstrução histórica, possibilitada pela construção do objeto de pesquisa, o que não é uma tarefa fácil, mas decorrente de opções teórico-metodológicas que passam por muitos caminhos,

[...] a construção do objecto [...] não é uma coisa que se produza de uma assentada, por uma espécie de acto teórico inaugural, e o programa de observações ou de análises por meio do qual a operação se efectua não é um plano que se desenhe antecipadamente, à maneira de um engenheiro: é um trabalho de grande fôlego, que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correcções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício, quer dizer, esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas. [...] (BOURDIEU, 1999: 26-27)

No primeiro capítulo intitulado “Reflexões Historiográficas para a Configuração de um ‘Olhar’ sobre Sonora”, apresentamos as possibilidades de ocupação daquele espaço em períodos anteriores ao século XIX, discussões sustentadas sobretudo, nos estudos de Esselin (2009) e Costa (1991) que apontam os rios que banham a região como se constituindo em rotas de monções. Esse debate não foi aprofundado, devido a fatores variados como a problemática do tempo para um estudo de tamanho fôlego, porém se constitui em momento importante na formação

do espaço de estudo, o que justifica a opção em abordá-lo. A pouca profundidade em sua assertiva não significa que lhe foi dada pouca importância, significa apenas que as escolhas que conduziram esta pesquisa levaram a outros caminhos, o que não abona a importância de se compreender o universo conceitual de possibilidades acerca da mesma temática.

Também no primeiro capítulo são apresentados os conceitos de Fronteira com base na discussão de Zona de Contato e Transculturação (SAHLINS, 2003), (PRATT, 1999). A produção de Turner aparece ainda neste debate a partir dos estudos de Wegner (2000), Knauss (2004) e Ávila (2006). A dinâmica da fronteira no Brasil, aparece nos estudos de Martins (1999) e (2009), Waibel (1979) e Swain (1988).

Para pensar o conceito de identidade recorremos à produção de Bauman (2005) e Berman (1986), no tocante ao território, desterritorialização e multiterritorialidade, nos apropriamos das contribuições de Bauman (2005) e Haesbaert (2006).

A História Oral, bem como o conceito de memória, também foram pensados em sintonia com este objeto de pesquisa, sobretudo com base em Queiroz (1988), Harres (2009), Le Goff (1994), Thompson (1992) e Halbwachs (1990).

No segundo capítulo, mesmo correndo o risco de fazer uma espécie de “vão rasante”, pois é caracterizado pela contextualização que consideramos fundamental para entender as múltiplas faces de um objeto de pesquisa, fazemos algumas reflexões sócio-históricas acerca da questão agrária no Brasil, com base em Prado Júnior (1998), Freyre (2001), Müller (1989) e Barrozo (2008), que ajudam a pensar a dinâmica de ocupação e de (re) ocupação. Esta preocupação por relacionar o local com o todo, pode nos levar a pensar que “[...] se é verdade que o real é relacional, pode acontecer que eu não saiba de uma instituição acerca da qual eu julgo saber tudo, porque ela nada é fora das suas relações com o todo.” (BOURDIEU, 1999:31)

A historiografia mato-grossense também foi representada por meio de outros olhares tais como: Lenharo (1982), Volpato (1987), Borges (2010) citando apenas alguns dos muitos que exerceram influência nas reflexões acerca da temática abordada.

Ainda no segundo capítulo, introduzimos a discussão acerca da formação de Sonora, ao tratar da questão agrária naquele município, apontamos inicialmente sua localização geográfica para, em seguida, por meio de informações coletadas no site do IBGE, apresentar o material empírico levantado que auxiliou no entendimento da influência que a modernização da agricultura exerceu naquela região, das quais a concentração de terras talvez venha a ser a mais relevante.

Para não fechar os olhos às questões ligadas ao objeto de pesquisa, foi que decidimos abordar a questão indígena, sobretudo a utilização de índios para mão-de-obra no corte da cana até o ano de 1995.

Cabe ressaltar que a questão ambiental se coloca como uma temática de grande relevância nos estudos históricos contemporâneos, e no estudo da ocupação do extremo norte de Mato Grosso do Sul aparece como uma problemática das mais importantes, visto que atividades de cultivo de soja e de cana-de-açúcar em larga escala são altamente impactantes. O meio urbano foi duramente afetado, a cidade, passou a ser rasgada por um sulco enorme, resultado do desmatamento realizado indiscriminadamente na ocasião da instalação da usina de álcool naquele espaço. No meio rural a contaminação do solo e das águas ocorreram como decorrência da grande utilização de insumos químicos necessários ao cultivo dos produtos já citados.

No terceiro capítulo, analisamos o material encontrado em jornais referente ao discurso de modernização e progresso, contradições do progresso, migrações, projetos e planos que viabilizaram a modernização agrícola, crise do petróleo, produção de soja, milho arroz e cana-de-açúcar, esse trabalho com os discursos presentes em diversos exemplares de jornais de Cuiabá, Campo Grande, Rondonópolis e Coxim foi mediado ao longo do processo de escrita por textos teóricos dos quais destaco: “A Ordem do Discurso” de Michel Foucault (2009), “O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar” de José Sérgio Leite Lopes (1978), “Errantes do Fim do Século” de Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), “Naufrágios sem espectador: a idéia de progresso” de Paolo Rossi (2000), “Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos” de Reinhart Koselleck (2006).



O diálogo entre textos teóricos e notícias de jornais perpassou ainda pelas experiências das pessoas do lugar com base nos relatos obtidos por meio da história oral, experiências essas que, de certa forma, também vivemos, desta forma elas compõem as lembranças que deixam de ser individuais, conforme ressalta Halbwachs,

Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990:26)

É fundamental pensar a cidade de Sonora tendo em vista as ideias de Le Goff (2003: 14), que possibilitam compreender que: “[...] A crença num progresso linear, contínuo, irreversível, que se desenvolve segundo um modelo em todas as sociedades, já quase não existe.” Independente do espaço que nos dispomos a estudar é inegável que “[...] A história seria feita segundo ritmos diferentes e a tarefa do historiador seria, primordialmente, reconhecer tais ritmos[...].” (LE GOFF, 2003:15).

Nossa intenção foi apreender os diversos ritmos, que não ocorrem de forma isolada, mas em relação com movimentos históricos que se dão em diversos níveis, globais, nacionais e locais, que conduzem a diversas formas de compreensão da realidade histórica. O debate com fontes e com olhares em memórias, experiências, trajetórias, mediado por políticas de nível nacional, que são decisões tomadas para além do espaço de estudo, criam as realidades que nos dispomos a entender com a consciência de que todos os caminhos tomados, são apenas opções, fruto dos percursos pelos quais passamos ao longo da vida. Para onde nos levam podem não ser o reflexo do que houve de melhor ou de pior a ser escolhido, são apenas olhares diversos, e por isso tão fascinantes.

## **CAPÍTULO 1 - REFLEXÕES HISTORIOGRÁFICAS PARA A CONFIGURAÇÃO DE UM “OLHAR” SOBRE SONORA**

A ruptura é, com efeito, uma *conversão do olhar* e pode-se dizer do ensino da pesquisa [...] que ele deve em primeiro lugar ‘dar novos olhos’ como dizem por vezes os filósofos iniciáticos.

Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*

Neste primeiro capítulo procuramos apresentar as possibilidades de ocupação do espaço de Sonora anteriores ao século XIX. Buscamos ainda, discutir conceitos muito caros às reflexões realizadas ao longo deste trabalho, tais como: fronteira, seja na sua concepção de zona de contato (PRATT, 199), ou para entendê-la como um mecanismo de mudança daquele que habita a fronteira e que permite a transculturação (SAHLINS, 2003); território, enquanto algo que permite o estabelecimento das pessoas, ou que as exclui, surgindo assim a concepção de desterritorializados, ou ainda, daqueles que ocupam vários territórios, o que leva possibilidade de pensar a multirritorialidade; o conceito de identidade permitiu a realização de discussões para pensar na mudança que a dinâmica da fronteira imprimiu até mesmo na forma das pessoas se entenderam como fazendo ou não parte de determinados espaços. A História Oral, enquanto metodologia, constituiu-se em importante instrumento de busca das experiências dos homens e das mulheres que chegaram à região do Vale do Corrente no período posterior a 1970, neste sentido sua abordagem conceitual também esteve presente no decorrer deste capítulo.

## 1.1- Compreender a realidade – um exercício teórico

[...] Não mais acordavam nas madrugadas escuras para ouvir o chilrear sonolento dos primeiros pássaros, ou o vento matinal soprar em torno da casa, enquanto aguardavam os primeiros clarões à luz dos quais deveriam rumar para os campos amados. Tudo isso tinha sido esquecido, e as colheitas eram calculadas em dólares, e as terras eram avaliadas pelo capital mais juros, e as terras eram compradas e vendidas, antes mesmo que tivessem sido plantadas. Então as colheitas fracassavam e secas e inundações não mais significavam pequenas mortes em meio à vida geral, mas apenas perda de dinheiro. E todos os seus amores eram medidos a dinheiro, e toda a sua impetuosidade se diluía à medida que seu poder crescia, até que finalmente eles nem mais eram fazendeiros ou sitiantes, mas apenas homens de negócios, pequenos industriais, que tinham que vender para poder obter qualquer coisa. E os fazendeiros que não eram bons negociantes perdiam suas terras para os que eram bons negociantes. Não importava quão trabalhador e diligente um homem era, e o quanto amava a terra e tudo o que nela crescia, desde que não fosse também um bom negociante. E com o tempo os bons negociantes apropriavam-se de todas as terras, e as fazendas iam aumentando de tamanho, ao mesmo tempo que diminuía em quantidade. (1979:6)

Jonh Steinbeck, *As Vinhas da Ira*

O relato apresentado do romance de Steinbeck, aponta a mudança na vida de uma família que migrou pelos Estados Unidos à procura de melhores condições de vida, e o que encontraram foi um quadro de exclusão no qual o trabalho conseguido nas grandes fazendas permitiu apenas que sobrevivessem com grandes privações.

Este é um relato ainda bastante presente, algo que sempre vimos na região do norte de Mato Grosso do Sul, desde que para lá nos mudamos com família, também migrante, momento em que partimos do norte do Paraná em busca por melhores condições de vida. O destino foi uma das fazendas da região.

Desde muito jovem nos foi apresentado um cenário marcado pela presença de migrantes, retirados de suas terras, ou que mesmo jamais tiveram acesso a elas, ou que ainda não conseguiram resistir com sua propriedade aos problemas das mais diversas ordens que se colocavam diante de suas vidas. A realidade que se apresenta a essas pessoas, ainda que possa incorrer em uma analogia pouco acadêmica, é a de um sistema que suga o sangue de suas veias como a moenda suga o mel da cana, deixando apenas o bagaço.

No quadro geral de migrações que se apresentam em Sonora, percebemos a possibilidade de analisar dois momentos, o primeiro pós - 1970, quando por incentivos governamentais se firmou a grande propriedade por meio de créditos subsidiados. Naquele momento eram migrantes da região sul do país que acessavam com facilidade essas terras , constituindo a grande propriedade, que mais tarde originaria as empresas rurais, nos últimos anos, designadas de agronegócio.

Num segundo momento, contratou-se mão-de-obra barata para o trabalho nessas grandes propriedades, peões para o trabalho nas fazendas e cortadores de cana para o trabalho na usina.

No livro “Do sonho da terra à terra do sonho: memória da reconstrução da vida privada no Mato Grosso após 1970”, Joanoni Neto (2006: 196) assim se refere a movimentos migratórios análogos:

O Brasil é do ponto de vista do estudo das migrações, um imenso organismo vivo, com deslocamentos freqüentes e multidirecionados. Há um fluxo que denominaremos alternativo, e outro dirigido. Nenhum deles pode ser visto como espontâneo; a diferença entre ambos é que o primeiro é motivado pela pressão na origem, enquanto o segundo soma a essa, uma orientação quanto ao destino. Ambos resultam das ações do Estado para driblar as pressões sociais e econômicas, que em dado momento se estabelecem em determinadas regiões, rurais ou urbanas, impelindo as pessoas a saírem em busca de alternativas econômicas, ora procurando colocação profissional, ora fugindo da proletarização, que para o pequeno camponês é sinônimo de miséria nas periferias das cidades. [...]

Compreender a dinâmica de reocupação, ou seja, do processo pós-1970 que marcou a concentração de pessoas na região, sobretudo em torno das atividades

desenvolvidas no cultivo e comercialização da cana-de-açúcar, passou pela compreensão de conceitos historiográficos fundamentais para o trabalho de representação do espaço de Sonora.

Said (1990) em seu “*Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*”, apontou que “a análise do texto orientalista, enfatiza a evidência, que de modo algum é invisível, de tais representações como *representações*, e não como descrições naturais do Oriente” (1990:32). Neste aspecto cabe salientar que, o trabalho do historiador não seria fabricar, produzir um objeto, mas um trabalho da representação por meio da prática da observação, mediada pelo amadurecimento teórico e aliado às práticas dos atores sociais que ocupam um determinado espaço, tendo em conta suas vivências, experiências e memórias, juntamente com certas condições materiais que permitiram se organizarem de determinadas formas. As trajetórias revividas pelas memórias que trazem à tona e que são ferramentas fundamentais para o trabalho do historiador. São experiências de todos aqueles homens e mulheres e não grupos minoritários, que participaram da construção da cidade de Sonora.

Essa busca pela experiência dos sujeitos que constroem, cotidianamente, histórias, que se cruzam, interpenetram e moldam as sociedades, são buscadas pelo historiador, cujo papel de acordo com Said (1990:33), orienta-se pela representação do passado dessas sociedades, por meio do trabalho de pesquisa, desta forma: “[...] Em qualquer exemplo, pelo menos da linguagem escrita, não existe nada do gênero de uma presença recebida, mas sim uma re-presença, ou uma representação.” (SAID,, 1990:33). Neste sentido, as produções no campo da historiografia, são representações de quem escreve, a partir do universo daquele que escreve. Essas são questões que se mantiveram muito presentes na tarefa de reconstruir o passado de Sonora.

A opção teórica por determinados conceitos foi pensada tendo em vista um universo de possibilidades, que normalmente são negligenciados, pela problemática do tempo para a realização da pesquisa, e também pela incompatibilidade de determinados conceitos dentro de um projeto de pesquisa que se intentou trabalhar. Optou-se por alguns conceitos tais como: fronteira, território, desterritorialização,

migrações temporárias e identidade para, a partir deles, empreender um trabalho de reflexão histórica que primasse pela compreensão do processo de constituição de Sonora.

A ocupação teve início em períodos anteriores, segundo informações de um relatório de impacto ambiental, produzido à época da construção da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra. Foi realizado estudo arqueológico na região de confluência entre os rios Corrente e Piquiri, onde foram encontrados vestígios da presença humana na região há pelo menos 3500 anos atrás, além de pedaços de telhas que remontam ao século XIX.

A passagem de gado pela região foi apontada em estudos com os quais entramos em contato ao longo da pesquisa, destacamos o trabalho de Esselin “A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)” estudo em que destaca a passagem dos colonizadores pela região ainda em fase anterior ao século XIX. Em relação ao trajeto das monções Esselin observa:

[...] decidiram por um dos roteiros, o primeiro marcava-se subindo o Ivinhema até suas cabeceiras entrando no Brilhante onde navegavam até um porto mais tarde chamado Santa Rosa ou Sete Volta, aí deixavam suas canoas e caminhavam por terra até as cabeceiras do Nioaque ou Urumbeva, ali faziam novas embarcações e navegando pelo Nioaque entravam no Miranda e desse passavam para o Paraguai, atingindo o São Lourenço e encontravam o caminho fluvial das minas Cuiabá descoberta deu lugar à fundação de Cuiabá. (2009:89)

O segundo roteiro descrito faz alusão aos rios que banham o município de Sonora, e indicam, nos relatos, os vestígios da escavação arqueológica, que podem remontar a este período. O segundo trajeto, de acordo com Esselin, se deu:

[...] através do rio Verde, o qual subiam até o salto do mesmo rio, onde deixavam as canoas e daí tomavam por terra um caminho em torno de 25 dias até o Porto do Rio Piquiri, após cortavam os rios Corrente, Itiquira e São Lourenço até chegar a Cuiabá. (2009:89)

Fazer alusão a este período, constitui-se numa forma de entender que não estamos diante de uma ocupação em 1970 e sim de uma re-ocupação, visto que a

presença indígena, apresenta-se como inegável e bastante trabalhada em pesquisas como a que Esselin destaca:

[...] as diversas nações indígenas – caiapós, guaicurús e até mesmo os paiaguás não permitiram a estada de brancos em seus territórios, os quais tiveram suas roças desfeitas e suas casas queimadas, como os anteriores, e muitos outros foram assassinados ou então fugiram. (2009:100)

Acerca da presença indígena na região do pantanal, Costa (1991) trata da defesa do território imposta pelos Payaguá:

Os Paiaguá, de origem Guaycurú, eram senhores do seu rio, o Paraguai, desde o início da conquista castelhana. Como prova disto, ofereciam uma valente resistência a todos os que, desde Caboto, ultrapassassem suas fronteiras. Já no século XVI esses índios surgem no imaginário americano como falsos e traiçoeiros, imagem que, para seus inimigos, será o emblema deste povo até o século XVIII. No contraponto, também se pode vê-los como uma das nações mais determinadas na defesa do seu território, o que também se verifica nas conquistas que fizeram e nas batalhas que estes indígenas, com suas ágeis canoas, travaram até o início dos oitocentos, tanto com espanhóis quanto com portugueses e mamelucos. (1991:48-49)

Até onde a pesquisa nos conduziu não foi possível constatar a presença indígena na região onde se formou a cidade de Sonora, entretanto o artigo de Brand et al. (2008) contribuiu na reflexão acerca da não existência de nação indígena na região do extremo norte de Mato Grosso do Sul. A partir do estudo citado foi possível perceber que, para a existência e sobrevivência das nações indígenas, fazia-se necessário a existência de grandes territórios pois, conforme Brand et al. (op. cit.), não adianta o governo colocar nos projetos sementes e mais sementes, tratores e mais coisas, se o índio não tem espaço para se sentir livre ali dentro. Esses espaços, vitais para os grupos indígenas, foram considerados “espaços vazios” pelas políticas e programas de colonização posteriores a 1970.

Ao demarcar essas pequenas porções, mais do que garantir terras para os Kaiowá e Guaraní, o governo estava preocupado em liberar terras para a colonização. Ou seja, através da definição desses “pedaços de terra” como de posse dos índios, o Governo liberava arbitrariamente, o restante do território indígena como “espaços livres para a empresa privada”. (BRAND et al., 2008: 38-39).

Os produtos agrícolas que protagonizam o movimento de modernização do campo tais como soja e cana-de-açúcar contribuíram para a intensificação da perda de território dos indígenas, como destaca Brand et al.: “A introdução da soja, no entanto, junto com a ampla mecanização da atividade agrícola em toda a região, provoca o fim das aldeias-refúgio nos fundos das fazendas, onde os Kaiowá e Guarani resistiam.” A consequência maior desse processo foi que, ao final dos anos de 1970 os grupos indígenas apontados acima, perderam parte preciosa do seu território que originalmente era de 20 mil quilômetros quadrados, restando apenas oito reservas com 18.124 hectares, como aponta Brand et al. (op. cit.).

A preocupação em relacionar os vários momentos da ocupação é uma busca por compreender a história como experiência, perceber as práticas de poder que instituem a representação da cidade, e que dêem conta do movimento produzido. Sonora, fruto da experiência, resultados de deslocamentos, uma cidade que não cabe em cadeias interpretativas acaba sendo o resultado da experiência de gente, incluída ou não no processo produtivo, retirantes que podem ser vistos a partir do olhar de João Cabral de Melo Neto:

O meu nome é Severino,  
mas não tenho outro de pia.  
Como há muitos Severinos,  
que é santo de romaria,  
deram então de me chamar  
Severino de Maria;  
como há muitos Severinos  
de mães chamadas Maria,  
fiquei sendo o da Maria  
do finado Zacarias.  
Mas isso ainda diz pouco:  
há muitos na freguesia,  
por causa de um coronel  
que se chamou Zacarias  
e que foi o mais antigo  
senhor desta sesmaria.  
Como então dizer quem fala  
ora a Vossas Senhorias?  
Vejam: é o Severino  
da Maria do Zacarias,  
lá da serra da Costela,  
limites da Paraíba.  
Mas isso ainda diz pouco:  
se ao menos mais cinco havia  
com nome de Severino



filhos de tantas Maria  
mulheres de outros tantos,  
já finados, Zacarias,  
vivendo na mesma serra  
magra e ossuda em que eu vivia.  
Somos muitos Severinos  
iguais em tudo na vida:  
na mesma cabeça grande  
que a custo é que se equilibra,  
no mesmo ventre crescido  
sobre as mesmas pernas finas,  
e iguais também porque o sangue  
que usamos tem pouca tinta.  
E se somos Severinos  
iguais em tudo na vida,  
morremos de morte igual,  
mesma morte Severina:  
que é a morte de que se morre  
de velhice antes dos trinta,  
de emboscada antes dos vinte,  
de fome um pouco por dia  
(de fraqueza e de doença  
é que a morte severina  
ataca em qualquer idade, e  
e até gente não nascida).  
Somos muitos severinos  
iguais em tudo e na sina:  
a de abrandar estas pedras  
suando-se muito em cima,  
a de tentar despertar  
terra sempre mais extinta,  
a de querer arrancar  
algum roçado da cinza.  
Mas, para que me conheçam  
melhor Vossas Senhorias  
e melhor possam seguir  
a história de minha vida,  
passo a ser o Severino  
que em vossa presença emigra.

(MELO NETO, 1982: 70-72)

Este é um estudo do espaço ao mesmo tempo do lugar daquele que fica e do não-lugar daquele que parte a cada ciclo encerrado no corte da cana. De acordo com Borges (2006):

[...] o não lugar acaba, por sua vez, transformando-se num lugar especial, diferente e com outras características identitárias, desta vez construída por todas as pessoas que fazem a cidade, e não por apenas um segmento, como normalmente acontece nos lugares muito tradicionais.

Há quem afirme ser uma cidade nova, fruto de práticas muito recentes de ocupação do território pelo capital, entretanto, para além do fator econômico que motiva a ocupação, esta é o resultado da dinâmica do movimento de migrantes. Exemplo disso é a existência de um grupo de remanescentes quilombolas que vivem na região, pensamos que refletir acerca da trajetória deste grupo é uma forma de pensar a formação da cidade de Sonora a partir de toda a complexidade que a envolve.

O governo federal está regularizando uma área de mais de 200 hectares de terras para a comunidade remanescente de quilombos da família Bispo. Recentemente instituições governamentais estiveram na cidade promovendo uma capacitação para os membros da família, fornecendo subsídios teóricos para lidarem com questões institucionais. Integrantes do Programa Brasil Quilombola do Governo Federal, na ocasião do evento, apresentaram uma proposta metodológica pautada num conjunto de ações, que viessem a possibilitar o desenvolvimento sustentável dos quilombolas em consonância com as especificidades históricas e contemporâneas e garantissem os direitos à titulação e à permanência na terra, à documentação básica, alimentação, saúde, esporte, lazer, moradia adequada, trabalho, serviços de infra-estrutura e previdência social, entre outras políticas públicas destinadas à população brasileira e em especial aos grupos remanescentes de quilombos.

Segundo Débora Bispo<sup>1</sup>, membro da comunidade, os primeiros moradores teriam chegado à região há aproximadamente dois séculos, e registra ainda que:

O casal de negros Atanásio dos Santos e Dona Antônia dos Santos faziam parte deste contexto, tiveram 3 filhos entre eles Eugênia Natalina dos Santos. A comunidade dos Bispos se originou de dona Eugênia e do senhor Camilo dos Santos, principalmente vovó Eugênia que nasceu e se criou nesta comunidade, viu escravos amarrados no tronco, casou com o senhor Camilo liberto pela lei do Ventre Livre vindo de Poconé, tiveram cinco filhos que se criaram neste lugar dentre eles Josefa dos Santos que nasceu em 1925, hoje com 85 anos. O lugar onde está a "Comunidade Ribeirinha Quilombola Família Bispo", chama-se estância São Sebastião, em

---

<sup>1</sup> Professora no Ensino Fundamental na cidade de Sonora, mora no pantanal, próximo ao rio Corrente, faz diariamente o trajeto de 40 quilômetros em ônibus da Prefeitura Municipal, para ministrar aulas em Sonora.

homenagem ao santo que a comunidade é devota e realiza festas todos os anos no dia 20 de janeiro.<sup>2</sup>

Durante a entrevista, Débora Bispo foi apontando as formas de sobrevivência encontradas pelo grupo ao longo do tempo, que nada tem em comum com o modelo de propriedade majoritário na região. De acordo com seus relatos:

Dona Josefa regularizou as terras que eram devolutas com área de num total 275 hectares e 763 metros quadrados, mas devido a alguns problemas e dificuldades financeiras teve que se desfazer de parte destas terras, hoje estamos em área aproximada de cento e setenta e cinco hectares, insuficientes para nossas atividades de subsistência.

E concluiu com uma fala sobre seu pai, e a vocação de auto sustento cultivada, pelo grupo ao longo do tempo:

Negro Bispo, pirangueiro, atraía para a comunidade pescadores, turistas da cidade a até de outros estados, pois nossa vocação além da agricultura de subsistência era em especial a pesca e tudo que se refere a este ofício pois somos também ribeirinhos, devido a isto o local ficou conhecido como "pesqueiro dos bispos", daí o nome Família Bispos, já nos auto-definimos como remanescentes das comunidades de quilombos cujo certificado de auto-reconhecimento foi emitido pela Fundação Cultural Palmares estando esta comunidade registrada no livro n. 003, registro n. 255 e f. 61 daquela fundação.

Esse grupo se apresenta como uma forma de resistência ao modelo de dominação imposto, uma possibilidade de humanização da sociedade estudada. Segundo Clóvis Moura:

Nos mais de 300 anos que vigorou o sistema escravista no Brasil, o quilombo constituiu um enclave, uma das principais alternativas de negação da produção escravista por parte dos produtores oprimidos. Marcou sua presença e existiu praticamente em toda a extensão do território do Brasil. O quilombo representou uma afirmação da oposição do produtor feitorizado contra o escravismo, produto da singularidade desse tipo de sociedade.[...] (MOURA, 1993).

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida pela professora Débora Bispo em 2007.

Observa-se que a idéia de resistência parece ter sido uma constante, e o que a família Bispo fez durante os duzentos anos em que permaneceram na região pantaneira, às margens do rio Corrente, foi resistir. Em 1996, o historiador Carlos Magno Guimarães salientou que:

[...] o resgate da importância do quilombo, pelo seu caráter de resistência ao escravismo, nos permite aprofundar a compreensão do escravo enquanto sujeito histórico e localizá-lo como agente da luta de classes no âmbito da sociedade que tem por base a escravidão. (GUIMARÃES, 1996)

Neste sentido, o negro se torna sujeito e protagonista da sua própria história. Em relação às críticas de grupos locais contra o termo "Remanescentes de Quilombos", afirmando que aquelas terras não foram quilombos no passado, podemos nos pautar na concepção dada ao termo e trabalhada por Fiabani (2005), o autor aponta que até muito recentemente a historiografia definia como quilombo o fenômeno histórico singular objetivo. Ou seja, a comunidade formada por cativos que libertavam da escravidão sua força de trabalho.

Posteriormente, foi dado um novo significado, este propõe que a definição de quilombo deve ser assumida pela própria comunidade rural, em processo de auto-atribuição da essência. Para essa proposta, o que importa é que uma comunidade se diga quilombola, não que descenda de quilombola. Ou seja, qualquer comunidade rural e urbana, com alguma descendência africana, ao se auto definir como quilombola passa a constituir um quilombo. Deste ponto de vista "Família Bispo" se enquadra na categoria de remanescentes de quilombos.

Refletir acerca da trajetória da "Família Bispo" é uma oportunidade de compreender a cidade como movimento, visto que "[...] os lugares amados são os lugares 'intatos', e ninguém concorda com esta afirmação com mais veemência do que aqueles que vivem nos lugares 'estragados'" (WILLIAMS, 1989: 341). Para compreender que a experiência acaba sendo algo que se produz nessa cidade, como diria Williams já estragada pelo movimento, não como construção de uma realidade, natural, irreversível, mas como prática de representação dessa realidade.

E, “[...] considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é o deles” (CHARTIER, 1991), é que se torna possível compreender a dinâmica da ocupação de Sonora, a “Princesinha do Norte”.

## **1.2 - Discussão Conceitual da Fronteira**

Existem múltiplas possibilidades teóricas para o trabalho a partir da decisão de escolher um conceito de Fronteira. A opção escolhida diz respeito ao trato do conceito enquanto zona de contato que permite a transcendência, a migração de um lugar para outro, o que cabe o diálogo em torno da ideia de transculturação (SAHLINS, 2003). Muitas vezes essas zonas de contato ocorrem internamente ao território.

Uma variável importante quando se trata de território e fronteira diz respeito à prerrogativa de determinada nacionalidade. Coloca-se aqui a questão do problema que envolve a discussão de Fronteira, considerando a assimetria das relações que transpassam o poder, discussão realizada por Pratt (1999) ao apontar que na discussão acerca do contato cultural, a etnografia torna-se inevitável visto que ocasiona a mediação cultural, e esta será duplamente formada pelas e nas relações em que o contato ocorre.

A relação entre “Fronteira” e “Zona de Contato” estão explícitas na obra de Pratt que ressalta : “[...] o conceito ‘zona de contato’ é utilizado frequentemente em minha discussão como sinônimo de ‘fronteira colonial’.[...]” (PRATT, 1999:32).

Esse conceito de zona de contato deve ser compreendido como sinônimo de fronteira cultural, uma vez que põe a questão de como os sujeitos coloniais são constituídos nas e pelas relações entre colonizadores e colonizados, ou viajantes e visitados, em termos de interação e trocas no interior de relações assimétricas de poder.

Zona de contato aponta para uma ideia de reciprocidade. A mística da reciprocidade na literatura de viagem remonta à mística da reciprocidade das relações do capital, embora saibamos que o capital tem como base exatamente a negação deste princípio na própria base das relações sociais. Diante disso, pensar a cidade de Sonora como fruto dessa dinâmica da fronteira passa pela necessidade de entendê-la dentro de uma dinâmica constitutiva que leva em conta as questões culturais do contato, e, predominantemente as questões do capital que impulsionavam a expansão da fronteira no Brasil dos anos de 1970.

Para Pratt, “[...] as ideologias dominantes traçavam uma clara distinção entre a (interessada) busca de riqueza e a (desinteressada) procura de conhecimento; por outro lado, a competição entre as nações continuou a ser o motor da expansão européia no exterior.” (PRATT, 1999:46). Portanto, os interesses do capital frente a expansão da fronteira estiveram presentes no contexto trabalhado por Pratt, e no contexto de formação da cidade de Sonora, quando o capital mercantil começou a ser resignificado.

O processo vivido no Brasil, pós-1970, ocorreu na perspectiva da cultura do capital e motivou a ocupação das áreas tidas como de fronteiras, Sonora não está inserida na chamada Amazônia Legal, mas as políticas de incentivo governamental que estimularam a expansão do capital na região são similares. No livro “O poder do Atraso: ensaios de sociologia da história lenta”, Martins (1999:20), aponta que:

As oligarquias políticas no Brasil colocaram a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. [...] o poder pessoal e oligárquico e a prática do clientelismo são ainda fortes suportes da legitimidade política no Brasil.

O diálogo em torno da fronteira econômica leva a pensarmos também a fronteira cultural. Bhabha (1998), no livro “O lugar da Cultura”, ajuda a pensar as fronteiras da cultura como um problema relativo à expressão da diferença cultural. Para Bhabha, enquanto o conceito de diversidade cultural conduz, essencialmente, a uma discussão filosófica, a ideia de diferença cultural remete à enunciação da cultura, isto é, a um processo através do qual se produzem afirmações a respeito da cultura, que fundam e geram diferenças e discriminações, ao mesmo tempo em que

estão na base da trama de relações de poder e de práticas sociais muito concretas, de institucionalização, de dominação e de resistência.

Os meandros da relação de poder no Brasil também são tratados por Martins (1999: 24):

[...] especificamente preocupado com a questão do que leva a definir como corrupção os acontecimentos recentes, penso que é necessário recorrer à *história daquilo que permanece*, isto é, a história da constituição de mecanismos de poder e da constituição de instituição em que o público e o privado se confundem.

A doação de grandes extensões territoriais, que promoveram a concentração de terras e de capital é exemplo de como ocorreu essa confusão entre o público e o privado no Brasil, pois:

[...] o clientelismo político sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente uma relação de troca de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre poderosos e ricos e não uma relação entre ricos e pobres. (MARTINS, 1999: 29)

Dentre as diversas possibilidades teóricas para pensar o conceito de fronteira, podemos fazer referência ao trabalho de Turner. Ávila (2006), apontou para o fato de Turner (1862-1931), ser considerado o grande pai da historiografia moderna nos Estados Unidos. O autor nos apresentou a trajetória de Turner que lançou ao mundo a *Frontier Thesis*, em 1893, durante uma feira de exposição em Chicago, postulando que o desenvolvimento histórico dos Estados Unidos havia se dado como resultado da existência das chamadas “terras livres” a Oeste, únicas em quantidade e extensão (ÁVILA, 2006:9).

No Brasil foi institucionalizada uma política de ocupação dessas “terras livres”, ou dos “espaços vazios” alardeados como sendo territórios à espera da ocupação do capital. Essa ideia virou “política de governo” com o programa “Marcha para o Oeste”, criada ainda no Governo Vargas, aplicada após o Golpe de 1964, e fortalecida com as políticas de ocupação pós-1970, as continuadoras desses projetos geopolíticos.

No âmbito dessas políticas de “ocupação dos espaços vazios”, alguns grupos eram “eleitos” para, tornarem-se proprietários de terras, como mostrou Guimarães Neto (1986):

Os empresários paulistas e o capital estrangeiro foram, efetivamente, os eleitos pelo regime militar para reencarnar o autêntico espírito bandeirante – conhecedor e explorador dos sertões -, a fim de levar adiante um projeto de colonização privada. Um projeto que, a princípio, tinha o propósito de ocupar e desenvolver os “espaços vazios” da Amazônia, com pontos avançados de desenvolvimento econômico e social, irradiando progresso por toda a região. (GUIMARÃES NETO: 1986, 75)

Para Wegner (2000:94), a tese de fronteira de Turner contrastava com a mais importante visão acerca do assunto existente até aquele momento, que era a tese de Herbert Baxter Adams, criador da chamada Escola Teutônica, que interpretava a constituição da fronteira a partir de *explicação genética*, que procurava as origens e causas das instituições norte-americanas no legado europeu transportado para o Novo Mundo. Nos moldes da Escola Teutônica a concepção de ciência estava fundamentada em teorias biológicas da época, segundo as quais a história só viria a adquirir seu *status* científico quando alcançasse um tipo de explicação que remetesse à Europa (WEGNER, 2000:95).

Nesse contexto a tese de Turner apresentava uma ideia revolucionária, uma vez que o núcleo da sua teoria era a de que houve uma adaptação do europeu ao nativo, para sua posterior retomada do legado transatlântico, transformado, pela experiência americana. Esta teoria inaugurou uma nova concepção de fronteira, porém não teve ampla aceitação de imediato e só veio a ganhar simpatizantes anos depois da feira de Chicago.

Segundo Wegner (2000:95), as primeiras avaliações foram frias e formais, e somente uma década depois passou a ganhar simpatizantes, até alcançar, na segunda década de nosso século, uma aceitação generalizada entre os historiadores norte-americanos.

Até então o conceito de fronteira era o de mapas. Com Turner pôde ser vislumbrada a ideia de diferenças de fronteiras entre a Europa e os Estados Unidos. Na Europa o termo possuía uma forte conotação política, significando o limite que



separa dois países, duas populações densas, ou duas civilizações. Nos Estados Unidos passou a significar uma linha divisória entre a “terra povoada” e a “terra livre”, ou do ponto de vista de encontro entre o “civilizado” e o “primitivo”.

Sendo assim, os valores da nação americana – a democracia e o individualismo- são alimentados pelo ideário de fronteira e não pelo ideário dos imigrantes anglo-saxões. A dinâmica do processo não se explica apenas pelas oportunidades abertas pela terra livre, mas também porque o “pioneiro” entra em contato com a simplicidade da sociedade primitiva, obrigando-se a adequar a padrões nativos em relação à natureza. Para Wegner (2000:101), a tese de Turner pode ser apreendida em três momentos distintos:

1º momento - de quase absoluta adaptação do adventício às condições fornecidas pelo ambiente e aos meios nativos, “pois na fronteira o ambiente é, a princípio, muito mais forte para o homem”;

2º momento - “pouco a pouco”, o europeu pode transformar o ambiente com base, pode-se supor, nos meios fornecidos pelo seu legado transatlântico que passa a ser retomado;

3º momento - o produto americano, fruto do rearranjo da tradição européia sobre um fundamento de completa adequação aos padrões indígenas.

Para Turner, a selva e o deserto dominam o colono, na fronteira o ambiente é, a princípio, muito mais forte que o ser. Este deve aceitar as condições que o ambiente fornece, ou perece, então, adapta-se às clareiras indígenas e segue suas trilhas, o que resulta disso é o fato de que os homens modificam a fronteira, na medida em que são modificados pela mesma e por meio dessa dinâmica, a demanda por terra e o amor à liberdade de *wilderness*, empurraram a fronteira cada vez mais para a frente.

Em um ensaio organizado por Knauss (2004:23), são discutidas as ideias de Turner para quem história da colonização americana foi, em grande medida a história da civilização do velho Oeste, as terras livres e o avanço da colonização em direção ao Oeste, sendo esses os fatores que explicam o desenvolvimento

americano. As instituições americanas foram compelidas a se adaptarem às mudanças de um povo em expansão (para a travessia de um continente; o desbravamento de terras selvagens – *wilderness* -; as condições econômicas e políticas da fronteira), desta forma, a fronteira seria “o pico da crista de uma onda”, o ponto de contato entre o mundo “selvagem” e a “civilização” (KNAUSS, 2004:24).

Para Turner, o movimento histórico de deslocamento em direção à fronteira se encerrou em 1890.

O que o mar mediterrâneo foi para os gregos - rompendo com as amarras da tradição, oferecendo novas experiências, fazendo surgir novas instituições e atividades -, a fronteira sempre em movimento tem sido diretamente para os Estados Unidos e mais remotamente para as nações da Europa. E, hoje, quatro séculos depois do descobrimento da América, ao final de cem anos de vida sob a égide da Constituição, a fronteira se foi e com seu desaparecimento se encerrou o primeiro período da história americana. (KNAUSS, 2004:54)

Se nos detivemos, na tese de fronteira formulada por Turner foi por perceber que esta influenciou grandes nomes da historiografia brasileira, dentre os quais destacamos Holanda (1994:55), acerca da mudança de hábitos imposta pela expansão da fronteira:

Para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura. Longe de representarem aglomerados inânimes e aluviais, sem defesa contra sugestões ou imposições externas, as sociedades, inclusive e sobretudo entre povos naturais, dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as tanto quanto possível de tudo o que possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até o ponto em que se integrem na estrutura tradicional.

Ao narrar como o colonizador aos poucos foi se adaptando ao modo de vida dos indígenas, Holanda aponta que:

Os primeiros moradores do arraial cuiabano tiveram uma existência comparável à dos índios coletores e caçadores, existência que só se concede em largos espaços livres e só se concilia com um modo de vida andejo e inconstante. O próprio exercício da mineração requeria, no entanto, uma fixidez e sedentariedade que se obtêm, de ordinário,

mediante a concentração e a reprodução, em terreno relativamente limitado, das indispensáveis fontes de subsistência.

Um dos motivos encontrados para migrar para Sonora parece estar na possibilidade inicialmente, de acessar terras com facilidade, para nela enriquecer. Posteriormente, essa busca começa a ocorrer para suprir uma necessidade de sobrevivência, nos dois casos encontra-se presente a ideia de paraíso que garante ora o enriquecimento, ora a sobrevivência. Holanda (200:10-11) estudou a questão e, ao narrar a visão do colonizador frente as novas terras que corresponderiam ao Brasil, assim se expressou:

Não admira se, em contraste com o antigo cenário familiar de paisagens decrepitas e homens afanosos, sempre a debater-se contra uma áspera pobreza, a primavera incessante das terras recém-descobertas devesse surgir aos seus primeiros visitantes como uma cópia do Éden.[...] tudo aqui era dom de Deus, não era obra do arador, do ceifador ou do moleiro.

Relatos obtidos em pesquisa de campo apontam que a visão dos primeiros proprietários de terra sobre si mesmos, era a de desbravadores. Segundo a história oficial do município (panfletos, jornais, sites produzidos pela prefeitura), a origem da cidade teria se dado com a chegada à região de Maurício Coutinho Dutra, comandante da Panair do Brasil<sup>3</sup>, na Era Vargas.

Com o agravamento político, em 1964, Maurício Coutinho Dutra, teria se refugiado na região central do então estado de Mato Grosso, próximo ao rio Corrente. Os motivos que levaram o então comandante a buscar refúgio nestas terras não foram discutidos nos relatos oficiais. Ele parece ter sido ungido à celebridade, talvez pela necessidade que os governantes locais têm de criar os seus heróis, para subtrair a história de um grupo maior de seres humanos que também configuram o espaço social, isso talvez se explique por uma necessidade de vangloriar a sucessão de governantes.

---

<sup>3</sup> Empresa de aviação civil, falida nos anos de 1960, depois do Golpe de 1964. A Panair do Brasil S.A. foi uma das companhias aéreas pioneiras do país. Nasceu como subsidiária de uma empresa norte-americana, a NYRBA (New York-Rio-Buenos Aires), em 1929. Incorporada pela Pan Am em 1930, teve seu nome modificado de Nyrba do Brasil para Panair do Brasil, em referência à empresa controladora (Pan American Airways). Por décadas dominou o setor de aviação no Brasil. Encerrou suas atividades abruptamente em 1965, por determinação do governo militar. Informações obtidas no site: <http://www.panairvirtual.com.br/>.

Um estudo mais profundo da vida do Comandante Maurício Coutinho Dutra talvez lhe tirasse o estatuto de “herói” a quem os governantes municipais, atuais e pregressos, fazem questão de agradecer até hoje pelos feitos corajosos que levaram ao início do que viria a ser o município de Sonora, de forma descontextualizada, e vangloriando, em demasia seus atos.

Segundo relatos, em pouco tempo o personagem histórico teria se tornado proprietário de muitos hectares de terras, de acordo com a narrativa de um dos entrevistados<sup>4</sup>, solitário em suas terras ofereceu, por volta de 1975, ao seu sobrinho Raul Kelvim Thum, coronel do exército, cerca de 10 mil hectares para que as utilizasse em “algo útil para o país”. Esse ideal de atração do homem pela terra foi narrado no relato de Euclides da Cunha “Os Sertões”, no qual ressalte que “A terra atrai o homem; chama-o para o seio fecundo; encanta-o pelo aspecto formosíssimo; arrebatá-o, afinal, irresistivelmente, na correnteza dos rios” (CUNHA, 2003:59). Essa quantidade de terra disponível e de fácil acesso arrebatá com muito maior intensidade.

A visão dessas personagens como grandes empreendedores permanecem na memória das pessoas e acabam se cristalizando em práticas que instituem o real. Nos relatos dos entrevistados essas pessoas aparecem como figuras responsáveis pela criação do lugar e isso nos remete a figura do “homem ideal” ou “tipo ideal”, conceito sociológico criado por Max Weber (1980). O conceito de tipo ideal corresponde, no pensamento weberiano, a um processo de conceituação que abstrai de fenômenos concretos o que existe de particular, constituindo assim em um conceito individualizante ou, nas palavras do próprio Weber, num “conceito histórico concreto”. Essa construção do lugar a partir de ações individuais, parece remeter a este conceito.

Essa valorização de feitos de heroísmo e bravura aparecem na produção historiográfica estudada por Zorzato (1998) em tese intitulada “Conciliação e

---

<sup>4</sup> Suíço Beat Rolf Stucki, senhor de 93 anos de idade com o qual conversei longamente e que em sua fala ressalta a figura de Maurício Coutinho Dutra como de uma pessoa empreendedora e que ostentava armas, segundo o relato amplamente utilizadas no processo de efetivação da posse de sua propriedade e na conquista de novos domínios territoriais.

Identidade: considerações sobre a historiografia de Mato Grosso (1904-1983)", assim expressa,

No que diz respeito à historiografia de Mato Grosso, salta aos olhos o emprego de adjetivos como "destemido", "bravo", "valente", "patriota", "desbravador" e tantos outros amplamente utilizados para representar o heroísmo dos personagens de sua história. (ZORZATO, 1998: 83)

A figura do empreendedor que visualiza o espaço, como um lugar de ganhos também está presente nas narrativas de moradores de Sonora, relatados a seguir:

Coronel Raul subiu em uma árvore grande de onde diante da enormidade que lhe pertencia, vislumbrou uma cidade com crianças correndo, chaminés fumando e um grande núcleo urbano se desenvolvendo. Inicialmente pensaram em um frigorífico, mas a ideia foi descartada, pois faltaria matéria-prima. Consultaram, também, durante o diagnóstico da área, o médico e então governador de Mato Grosso, Fernando Correa da Costa, juntamente com sua filha Telú. Em sua consulta a Lamartino Navarro, que foi o precursor do Proálcool, optou-se pela instalação de uma usina de álcool, pois a cultura de cana-de-açúcar possui uma grande característica sazonal.<sup>5</sup>

Não podemos perder de vista o quadro brasileiro que se colocava depois de 1969, com o Estado formulando e executando uma série de políticas de concentração e modernização do subsetor (TARSITANO, 1990). Sendo o período em que ocorreu a redução do número de estabelecimentos rurais, além de um crescimento contínuo da área ocupada entre os anos de 1970 e 1985.

Com a colaboração de uma empresa de consultoria industrial – PLANEC, empresa especializada de Campo Grande, de propriedade de Beat Rolf Stucki, projetou-se, a cidade de Sonora. Pensamos que o termo "projetada" não seja muito adequado, visto que os primeiros funcionários contratados pela empresa, que passaram a residir em barracos de lona às margens de um córrego próximo à usina, formaram um núcleo urbano de acordo com as condições impostas. Talvez um termo apropriado para caracterizar esse momento de construção da cidade de Sonora, seja o de "fazejamento", termo utilizado por Benedito Pedro Dorileo, para

---

<sup>5</sup> Entrevista cedida por Beat Rolf Stucki em agosto de 2009.

referir-se à construção da Universidade Federal de Mato Grosso, conforme relato a seguir:

A ordem em 1972 era implantar a Universidade. – Planejar? – Quando e como? Fazer foi a decisão. O designo histórico não permitiria o luxo do planejamento empapelado, encadernado, pintado, lubrificado. Rever o ontem com visão aguda seria perigoso, gerações estariam frustradas pelas crateras burocráticas observadas. Para a frente, carregar o ônus, saldar, solidificar, criar. Enfim, anteriormente, muito se fez de boa fé. [...]. Aqui situa-se um tempo, o tempo de fazer, sem ter tido oportunidade de planejar. Parece embaraçoso, o planejar pôde ter existido, mas foi tragado pelo fazer. (DORILEO, 1977:14 apud BORGES, 2005:238)

O “fazejamento” em Sonora foi se constituindo espontaneamente, e conforme foi sendo gestado, trouxe como resultado um modelo de modernização unilateral, no qual ao lado do grande investimento em tecnologia de produção agrícola, havia a realidade de pessoas morando à beira de um lago, sem nenhuma infra-estrutura e enfrentando muitas dificuldades. Isso teve como consequência a implantação de um lugar repleto de problemas urbanos por serem superados, além da questão da própria cidadania e da educação, esquecida na construção das políticas públicas.

Outro fator que identifica a presença do “fazejamento” em substituição ao planejamento tem a ver com as gestões municipais diferenciadas e sem continuidade. Nesse contexto, um dos mais graves problemas que se coloca ao poder público local, diz respeito a questão da cultura ambiental, com a problemática da erosão, que segundo nos informaram os fiscais do IBAMA ser a mesma decorrente do desmatamento indiscriminado, realizado na ocasião em que se estabeleceu a usina de álcool, a partir da qual o município de Sonora acabou abraçando a iniciativa. Cabe observar que a questão ambiental não é objeto deste trabalho, entretanto, cabe ressaltar que tanto a voçoroca, provocada pelo desmatamento indiscriminado, quanto a problemática da queimada da cana por ocasião do corte, além da contaminação do solo, tanto no cultivo de cana-de-açúcar, quanto de soja, devido a ampla utilização de defensivos agrícolas, trazem graves consequências do modelo produtivo que imperou e impera na região.

A documentação consultada nos arquivos da Companhia Agrícola Sonora Estância, apontam para o fato de a Usina, inicialmente chamada Aquáriu, ter sido a

primeira usina de produção de álcool projetada no Brasil para a região do cerrado. Em meados de julho de 1978 iniciou-se uma produção experimental, que se efetivou no ano de 1979, e que contava com cerca de 850 funcionários e que já formavam à época um pequeno núcleo urbano, residindo em barracos de lona.

De grande relevância para a compreensão da formação social brasileira e consequentemente daquela parcela que se constituiu em população migrante e que passou a migrar para a região de Sonora, diz respeito ao livro de Gilberto Freyre, “Casa Grande e Senzala”, em que o autor apresenta as origens da sociedade brasileira, a partir da cotidianidade das relações entre nativos, europeus e africanos. Para tanto, empreende um trabalho minucioso de representação das práticas de cada um desses grupos, apontando para um processo de miscigenação que criou um novo modelo cultural específico da sociedade brasileira. Segundo Freyre,

Uma circunstância significativa resta-nos destacar na formação brasileira: a de não ter processado no puro sentido da europeização. Em vez de dura e seca, rangendo do esforço de adaptar-se a condições inteiramente estranhas, a cultura européia se pôs em contato com a indígena, amaciada pelo óleo da mediação africana (FREYRE, 2001:123-124).

O retrato de brasileiro produzido por Freyre, fruto do processo de miscigenação, étnica e cultural, parece conduzir a um modelo de interpretação muito parecido com aquele idealizado por Turner ao estudar a fronteira nos Estados Unidos, em que aponta para o fato de que na fronteira não predomina os hábitos do colonizador, mas forja-se um novo modelo cultural de homem com traços daquele que colonizou, mecanismo utilizado inclusive para driblar as situações de adversidade que são típicas em regiões de fronteira.

Freyre aponta para esse novo homem que foi forjado no território brasileiro, buscando inicialmente o nativo para garantir seus interesses e extraíndo desse, hábitos que garantiriam sua permanência em terras tão adversas, mais tarde, com a vinda do africano, a quem é atribuída parcela importante da modificação dos hábitos do europeu.

Para pensar a obra de Freyre salientamos a relevância do conceito de transculturação sistematizado por Marshall Sahlins (2003). Ao fazer referência às três matrizes culturais que constituíram a sociedade brasileira, Freyre, mesmo com posicionamento intelectual de período bastante diverso de Sahlins, aponta para a existência de “culturas diferentes com historicidades diferentes” . Para Sahlins (2003:11):

Se a cultura for, como querem os antropólogos, uma ordem de significação, mesmo assim os significados são colocados em risco na ação. [...] as coisas são relacionadas a seus signos enquanto emblemas empíricos para os tipos culturais. [...] A cultura é uma aposta feita com a natureza durante a qual voluntária ou involuntariamente [...] os nomes antigos, que estão na boca de todos, adquirem novas conotações, muito distantes de seus sentidos originais. Esse processo histórico que chamarei de ‘a reavaliação funcional de categorias’.

No tocante a relação entre antropologia e história, Sahlins afirma que “a antropologia tem algo a contribuir para a disciplina histórica”. E o inverso é igualmente válido. “Mesmo assim, não estou apenas formulando um pedido por maior colaboração entre as disciplinas. Mas como já disse em certo momento, ‘o problema agora é de fazer explodir o conceito de história pela experiência antropológica da cultura’.”

As conseqüências mais uma vez, não são unilaterais; certamente uma experiência histórica que fará explodir o “conceito antropológico de cultura”, nos parece, “Casa Grande & Senzala” retrato de uma experiência histórica. As críticas à obra (inúmeras e as mais variadas), não parece suprimir a importância de uma interpretação *sui generis* acerca da constituição da sociedade brasileira. A nosso ver essa interpretação se apresenta como válida, mas ressaltamos que seu livro contribui para criar a ideia de um país perfeito e “naturalmente” justo, a partir de experiências sexuais com as negras do engenho, ressaltamos ainda que as fantasias de sexo etnoracial em sua maioria eram forçadas.

Outra possibilidade conceitual para o estudo de fronteira foi dada pelo estudioso do assunto no Brasil, Waibel, para quem, a questão, é se ainda “[...] temos tais zonas pioneiras no Brasil e, em caso afirmativo, onde estão localizadas



[...] o que exige uma melhor definição dos conceitos de frontier e pionner.” (1979: 281).

Segundo Waibel, (1979: 281-282), o conceito de pioneiro:

[...] significa mais do que o conceito de frontiersman, isto é, do indivíduo que vive numa fronteira espacial. Nem o extrativista e o caçador, nem o criador de gado, podem ser considerados como pioneiros; apenas o agricultor pode ser denominado como tal, estando apto a constituir uma zona pioneira. Somente ele é capaz de transformar a mata virgem numa paisagem cultural e de alimentar um grande número de pessoas numa área pequena”. emprega o conceito de pioneiro também para indicar a introdução de melhoramentos no campo da técnica e da vida espiritual. Para este autor “só falamos de uma ‘zona pioneira’ (...) quando subitamente por uma causa qualquer a expansão da agricultura se acelera, quando uma espécie de febre toma a população das imediações mais ou menos próximas e se inicia o afluxo de uma forte corrente humana.

No que diz respeito à localização das zonas pioneiras Waibel distingue cinco que se constituem enquanto tais:

1. A região de Xapecó-Pato Branco no noroeste do Estado de Santa Catarina e no sudoeste do Estado do Paraná.
2. O norte do Paraná.
3. O oeste de São Paulo.
4. O “Mato Grosso” de Goiás.
5. A região ao norte do rio Doce, nos Estados do Espírito Santo e Minas Gerais. (WAIBEL, 1979:295)

Para Tânia Navarro Swain (1988: 21):

[...] a apropriação da terra e a dominação da força de trabalho foram os pilares da concentração de riqueza no Brasil, a base do poder regional e o amparo ao Estado oligárquico. Dentro deste contexto, a pequena propriedade representa uma ameaça para o sistema estabelecido, tendo em vista o caráter monoexportador do setor dinâmico da economia que exige mão-de-obra abundante a custo pouco elevado, e novas terras férteis.

De grande relevância ainda para o presente estudo foram os estudos de Martins (2009), para quem o termo fronteira, no Brasil, foi tratado de forma particular por geógrafos e antropólogos. Para os primeiros, como um termo que designa uma zona pioneira ou uma frente pioneira. Os segundos, sobretudo a partir dos anos cinquenta, definiram essas frentes de deslocamento da população civilizada e das atividades econômicas de algum modo reguladas pelo mercado, como “frentes de expansão”.

Para explicitar melhor essa diferença Martins (2009) apresenta a posição assumida por diferentes autores, tais como Darcy Ribeiro, Pierre Monbeig, Roberto Cardoso de Oliveira, Arthur Nehl Neiva. De acordo com Martins (2009) a designação de frentes de expansão formulada por Darcy Ribeiro, como “fronteiras de civilização”, tornou-se uso corrente até mesmo entre antropólogos, sociólogos e historiadores que não estavam trabalhando propriamente com situações de fronteira da civilização. Ela expressa a concepção de ocupação do espaço de quem tem como referência as populações indígenas, enquanto a concepção de frente pioneira não leva em conta os índios e tem como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor (MARTINS, 2009:152).

Tais definições parecem apontar ser a concepção dos antropólogos sobre a expansão mais ampla, pois incorpora os índios, desconsiderados por um grupo de estudiosos.

A concepção de “frente pioneira”, para Martins:

[...] compreende implicitamente a ideia de que na fronteira se cria o novo, nova sociabilidade, fundada no mercado e na contratualidade das relações sociais. [...] A frente pioneira é também a situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. (MARTINS, 2009:153)

Essa interpretação possibilita ver a fronteira como sendo essencialmente o lugar da alteridade, do conflito de terras ou conflito social:

Na minha interpretação, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado e os camponeses pobres, do outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro [...] a fronteira só deixa de existir quando o conflito desaparece, quando os tempos se fundem, quando a alteridade original e mortal dá lugar à alteridade política, quando o outro se torna a parte antagônica do Nós...(MARTINS, 2009:150-151).

Pierre Monbeig define os índios alcançados (e massacrados) pela frente pioneira no oeste de São Paulo como precursores dessa mesma frente, como se

estivessem ali transitoriamente à espera da civilização que acabaria com eles. A ênfase original de suas análises estava no reconhecimento das mudanças radicais na paisagem pela construção de ferrovias, das cidades, pela difusão da agricultura comercial em grande escala, como o café e o algodão.

A partir da reflexão dos conceitos de fronteira, zonas pioneiras e zonas de expansão dos autores supramencionados, Martins (2009) sente-se à vontade para fazer uma primeira datação histórica:

[...] adiante da fronteira demográfica ou da “civilização”, estão as populações indígenas que sofrem as conseqüências dos processos de expansão. Entre a fronteira demográfica e a fronteira econômica está a frente de expansão, isto é, a frente da população não incluída na fronteira econômica. Atrás da linha da fronteira econômica está a frente pioneira, dominada não só pelos agentes da civilização, mas, também, pelos agentes da modernização que se constituem em agentes da economia capitalista que vai além da economia de mercado. São agentes de mentalidade inovadora, urbana e empreendedora. (MARTINS, 2009:158)

Ao que tudo indica essa mentalidade esteve presente entre os agentes de colonização da região estudada, e os caminhos desta pesquisa, bem como a observação,<sup>6</sup> apontam para particularidades em relação ao conceito de fronteira mencionado acima.

### **1.3 - Reflexões acerca do conceito de identidade**

Para o trabalho com o conceito de identidade vislumbramos a possibilidade metodológica de compartilhar das ideias de Bauman (2005), para quem “[...] a metodologia utilizada para abordar um assunto busca acima de tudo “revelar” a miríade de conexões entre o objeto da investigação e outras manifestações da vida na sociedade humana”. São essas conexões que temos buscado fazer em relação ao estudo da região do Vale do Corrente, onde está localizado o município de Sonora no extremo norte do estado de Mato Grosso do Sul.

---

<sup>6</sup> A observação se constituiu em importante instrumento metodológico da pesquisa e seus registros encontram-se detalhado em caderno de campo.

No intuito de compreender os “Despertar de Sonora”, bem como as políticas de incentivo ao processo de ocupação do extremo norte do estado de Mato Grosso do Sul, a partir de 1970”, buscamos entender as questões concernentes ao incentivo governamental na forma de créditos subsidiados que possibilitaram a colonização privada na região do Vale do Correntes, onde atualmente está localizado o município de Sonora ao norte do estado de Mato Grosso do Sul, percebendo que há uma dinâmica da fronteira que levou à formação daquele espaço.

Até a divisão do estado, em 1977, a região em foco fazia parte do Estado de Mato Grosso. Com a divisão, estudos sobre a agroindústria canavieira se voltaram para a região do Vale do Corrente, onde encontra-se situado o município de Sonora percebendo que há uma dinâmica política governamental em relação a fronteira que levou à formação daquele espaço.

A mencionada região, ao contar com os créditos estatais referenciados, no caso do cultivo de cana-de-açúcar, sobretudo do Proálcool que viabilizou as políticas do governo e que possibilitou a instalação da Usina Aquáriu, posteriormente, "Companhia Agrícola Sonora Estância", foi beneficiada com o processo de modernização promovido pelo estado, e se converteu em marco dessa "modernização conservadora" (TARSITANO, 1990), cuja consequência imediata acabou ocasionando um redirecionamento de fronteiras com a concentração de terras, intensa pecuarização e desterritorialização do trabalhador rural, que passou a contar apenas como mão de obra sendo incluído no processo produtivo durante o período de safra e excluído durante a entressafra.

Bauman (2005:17) entende que esse tipo de trabalhador vem passando por uma crise de identidade o que leva a percepção de que a mesma tenha sido impulsionada por fatores de ordem econômica.

A questão da identidade só surge com a exposição a ‘comunidades’ de segunda categoria – e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter unida a ‘comunidade fundida por ‘ideias’ a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural.

Acerca da importância dos conceitos bem como da relação entre identidade lugar, Santos (2005), ressalta:

Hoje, nós sabemos que os conceitos devem esposar o seu tempo para se tornarem operacionais e, para isso, a inspiração é a história do Presente.

No passado distante, a região fora um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, com as suas características de identidade, exclusividade e limites, devidas à presença única desse grupo, sem outra mediação. A diferença entre áreas se devia a essa relação direta com o entorno. Hoje, cada vez mais, os lugares dão condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares), não se realizariam, e o número é muito grande. As regiões se tornaram lugares funcionais do Todo, espaços de conveniência. Agora, nesse mundo globalizado, com a ampliação da divisão internacional do trabalho e o aumento exponencial do intercâmbio, dão-se, paralelamente, uma aceleração do movimento e mudanças mais repetida, na forma e no conteúdo das regiões. (SANTOS, 2005:156)

Esses atores sociais que compõem o espaço urbano de Sonora em geral reforçam identidades para além deste espaço que ocupam sazonalmente, a presença do lugar de origem tem sido uma constante na vida dessas pessoas. Na interpretação de Bauman,

Tornamo-nos conscientes de que o ‘pertencimento’ e a ‘identidade’ não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos para toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’. (BAUMAN, 2005:17)

No mundo contemporâneo ocorre um fenômeno que contribui para essa questão da referida crise de identidade, e que se traduz em uma possibilidade de vir a ser descartado do cenário:

[...] não tornar um hábito coisa alguma que se pratique no momento, não estar preso pelo legado do próprio passado, usar a identidade atual como se usa uma camisa que pode ser prontamente trocada quando em desuso ou fora de moda, rejeitar as lições do passado e abandonar antigas habilidades sem inibição nem remorso [...] parece uma cultura do desengajamento, da descontinuidade e do esquecimento. (BAUMAN, 2005: 144).

Aprofundando as idéias lançadas por Marx no livro “Manifesto do Partido Comunista, Berman (1986) trabalha sobre a questão da identidade no livro “Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da modernidade”, que consideramos cada dia mais presente no nosso cotidiano. Na perspectiva de Berman,

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, ‘tudo que é sólido desmancha no ar’. (BERMAN, 1986:15)

Para Berman, a tragédia de Fausto é a primeira e ainda a melhor tragédia do desenvolvimento, “temos aqui uma emergente política econômica de autodesenvolvimento que pode transformar a mais humilhante perda humana em fonte de ganho e crescimento psíquico.”

Berman trata ainda da importância dada à velocidade:

[...] a economia de Mefisto é mais primitiva, mais convencional, mais próxima do primarismo da própria economia capitalista. Mas não há nada de intrinsecamente burguês nas experiências que ele pretende levar Fausto a comprar. Os ‘seis cavalos’ mencionados nos versos sugerem que o bem mais valioso, segundo a perspectiva de Mefisto, é a velocidade. Em primeiro lugar, a velocidade tem sua utilidade: quem quer que pretenda realizar grandes empreendimentos no mundo precisará mover-se para todos os lados, com rapidez. (BERMAN, 1986:50).

O livro de Berman é um convite para pensar a nossa condição de seres humanos herdeiros de uma tradição moderna. Para tanto empreende várias viagens em busca dos “modernos” de diferentes temporalidades e espacialidades tais como: Goethe, Marx, Baudelaire, Haussman, Pedro. Ao mostrar que modernismo e modernização são decorrências de uma mesma postura, que permite a criação e a profunda alteração de cidades como Paris, Petersburgo ou Nova Iorque. No Brasil, temos exemplos análogos tais como o processo de modernização da cidade do Rio de Janeiro e a construção de Brasília. O Fausto de Goethe, nos conduz a compreensão de que o ser humano foi o criador do caos que o atormenta, como se o intenso desenvolvimento que a tudo transmuta, modifica, destrói e reconstrói, que tanto nos aflige e nos faz sentir como se “tudo o que é sólido desmancha no ar”, não fosse fruto de uma criação que é genuinamente humana.

Essas reflexões possibilitam entender o mundo moderno e como decorrência o mundo contemporâneo como intensamente marcado pela presença do movimento, vive-se numa constante sensação de aceleração, que alteram inclusive o conceito de identidade, e que resulta em processos de modernização dos quais resultam possibilidades diversas para pensar o desenvolvimento de Sonora, tais como a constatação de que o surgimento da cidade é uma distensão do desenvolvimento do campo o processo de destruição ou alteração do espaço, apontado por Berman, pode ser percebido em um nível infinitamente menor do qual nos ocupamos no presente trabalho.

A formação daquele território e das identidades ou do embate entre essas identidades que se encontram ali presentes parecem fazer parte de um quadro geral da sociedade brasileira dos anos de 1970 como o que aponta o jornal “Defesa” no ano de 1975.

O norte do Mato Grosso começa a repetir a tristemente conhecida história da colonização do norte do Paraná , onde a luta pela terra, com o sacrifício físico e sanguinolento dos contendores era lugar comum.

Aqui também, já é comum a luta fratricida por plano de terra. Veja-se a estatística criminal e constate-se que 60% dos crimes ocorridos no norte do estado são oriundo de questões de terras. (SOUZA, 1975, N. 01:1)

O artigo do jornal defesa, de 1975, aponta para a questão da formação do território brasileiro e a violência que a constituição desse território poderia ter gerado. Isso pode indicar que os embates teriam levado ao fato de que uma parte da população teria tido acesso a esse território enquanto outra parcela desta população teria sido desterritorializada.

#### **1.4 - A ideia de território, desterritorialização e multiterritorialidade.**

Haesbaert (2006), trabalha com a ideia de que não existe um processo de desterritorialização em definitivo, uma vez que:

[...] a desterritorialização é o mito dos que imaginam que o homem pode viver sem território, que a sociedade pode existir sem territorialidade, como se o movimento de destruição de territórios não fosse sempre, de algum modo, sua reconstrução em novas bases. (HAESBAERT:2005:21)

Na prática, o que existe é um processo contínuo de busca humana por novos territórios. O processo de migração de trabalhadores do nordeste do país para o corte da cana no município de Sonora aponta para essa busca do trabalhador por novos territórios, que o abrigue, que lhe dê condições de sobrevivência, mesmo que de forma temporária.

Ao indagar a um grupo de cortadores de cana sobre os motivos que os levaram a buscar trabalho em Sonora a resposta que predominou foi a busca de sobrevivência, ou seja, em um lugar onde não encontram características identitárias, segundo suas palavras, no qual passam a maior parte do tempo, considerando que ficam até oito meses nos alojamentos em Sonora, durante o período da safra, este não-lugar, acaba garantindo a sobrevivência no espaço onde consideram como sendo o seu lugar, para onde voltam ao final da safra. Figueira (2004:31) chama essas pessoas de “deslocadas”, às vezes “atopos”. Os motivos que levam os trabalhadores a saírem de seus estados de origem, sobretudo de Pernambuco e Piauí em direção ao trabalho na usina de Sonora, tem relação com os motivos que levam os trabalhadores apontados por Figueira a realizarem trajetos migratórios análogos. Para Figueira,

A pessoa sendo atraída por algum motivo, empreende pela primeira vez uma viagem para além da fronteira do município onde nasceu ou empreende várias viagens; é tangida pela esperança de superar uma situação de penúria e fome, busca uma forma de “enricar”, foge de um problema criminal ou afetivo, manifesta a virilidade ou o companheirismo, deseja ser o provedor doméstico, vive uma aventura em terras estranhas.(FIGUEIRA,2004:113).

Seriam os desterritorializados apontados por Bauman, que ao falar acerca de sua trajetória, nos remete aos deslocamentos que são característicos da contemporaneidade.

[...] uma vez tendo sido obrigado a me mudar, expulso de algum lugar que pudesse passar pelo meu “*habitat* natural”, não haveria um espaço a que pudessem consider-me ajustado, como dizem, cem por cento. Em todo e qualquer lugar eu estava – algumas vezes



ligeiramente, outras ostensivamente – “deslocado” (BAUMAN, 2005: 18).

Ao entrevistar Rita de Deus, nascida em Parambú no Ceará, perguntamos se, depois de 21 anos morando em Sonora, se considerava sonorense, respondeu que não, que era nordestina, mesmo não tendo vontade de voltar para o Nordeste de onde foi expulsa pela impossibilidade de existência numa terra que não permitia o seu sustento e de sua família, mesmo assim a identidade acessada é de nordestina, não de sonorense.

São essas questões que nos permitem pensar acerca da desterritorialização a qual parte das pessoas que vivem hoje em Sonora foram sujeitas. O termo desterritorialização só passou a ser estudado e apontado nas pesquisas em período mais recentes, entretanto os argumentos utilizados em torno dessa questão não são inéditos como aponta Haesbaert (2005:21), ao afirmar que:

[...] muitas posições de Marx em “O Capital” e no “Manifesto Comunista” revelavam claramente uma preocupação com a “desterritorialização” capitalista, seja a do camponês expropriado, transformado em “trabalhador livre”, e seu êxodo para as cidades, seja a do burguês mergulhado numa vida em constante movimento e transformação, onde “tudo que é sólido desmancha no ar” na famosa expressão popularizada por Berman (1986).

Neste debate em torno da questão da desterritorialização, Haesbaert alerta para o fato de que para entender a desterritorialização, faz-se necessário entender primeiramente o que se concebe como território o autor alerta para o fato de que se:

[...] a desterritorialização existe, ela está referida sempre a uma problemática territorial e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território. Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais- o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades (HAESBAERT, 2005:35).

Parece-nos que a obra de Bauman (2005) diverge em alguns aspectos das concepções apontadas por Haesbaert, visto que para ele ao mesmo tempo que considera “a questão da identidade como estando ligada ao colapso do Estado de bem-estar social e ao posterior crescimento da sensação de insegurança, com a

“corrosão do caráter” que a insegurança e a flexibilidade no local de trabalho têm provocado na sociedade”. Considera também a identidade “como algo revelado a ser inventado, e não descoberto”. Em suma, o discurso que procura estabelecer uma identidade, tem fundo, claramente ideológico, defende interesses que não são necessariamente legítimos.

Enquanto para Haesbaert a desterritorialização, apresenta-se como um mito e o que existe na verdade são territórios múltiplos, Bauman fala da existência de desterritorializados,

[...] num mundo de soberania territorialmente assentada. Ao mesmo tempo que compartilham a situação de subclasse, eles, acima de todas as privações, têm negado o direito à presença física dentro de um território sob lei soberana, exceto em “não-lugares” especialmente planejados, denominados campos para refugiados ou pessoas em busca de asilo a fim de distingui-los do espaço em que os outros, as pessoas “normais”, “perfeitas”, vivem e se movimentam (BAUMAN, 2004:44).

Consideramos oportunas algumas reflexões em relação ao “não-lugar”, pensamos que os dormitórios temporários, os alojamentos, bem como uma diversidade de lugares com infra-estrutura deficiente, criados especificamente para abrigar os trabalhadores do corte de cana-de-açúcar durante o período das safras, em regiões como a do Vale do Corrente, por exemplo, podem ser entendidos como “não-lugares”, espaço, onde o trabalhador, desterritorializado de seu lugar de origem, sofre os efeitos advindos de uma fragmentação da sua identidade e, em alguns casos até mesmo a perda desta. Há momentos em que chegam à condição de verdadeiros “lixos humanos”, habitando a tênue fronteira que os separa da condição de seres humanos. Vivendo em barracões, espaços de uma vida em suspense, à espera sempre do momento de retorno para os locais de origem onde, em geral, o que aguarda a maioria desses trabalhadores acaba se transformando em situação de marginalização social e pobreza.

No cenário de Sonora, destaca-se o fato de que a geração que nasceu nos anos de 1970, encontra-se sofrendo os efeitos da formação do mundo contemporâneo, especialmente dos anos de 1990, momento em que as pessoas deixam de ser desempregadas e se tornam “redundantes”, ou seja, passam a não

ter mais espaço, e conforme as palavras de Bauman (2005), tornam-se ser “refugo”, “lixo”. A trajetória dos referidos trabalhadores tem características marcantes, visto que o limite entre exclusão e inclusão pode ser muito tênue.

### **1.5 - Trabalhando com memórias, para (re) viver a história**

Embora estando normalmente ligada à História do Tempo Presente, a História Oral se destina ao estudo de períodos histórico variados. Conforme aponta Queiroz (1988:16)

O relato oral está, pois, na base da obtenção de toda a sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber(...) a escrita, quando inventada, não foi mais do que uma nova cristalização do relato oral.

Sendo assim:

Desde que o processo de transmissão do saber se instala, implica imediatamente na existência de um narrador e de um ouvinte ou de um público.[...] A única forma de se conservar o relato por longo tempo está ainda em sua transcrição. Volta-se ao que se acreditava evitar com o gravador, isto é, à intermediação escrita entre o narrador e o público para a utilização do relato, e às possíveis deturpações dela decorrentes (QUEIROZ, 1988:17)

Em artigo intitulado “A fecundidade da História Oral”, publicado no livro “Uso e Abuso da História Oral”, Etienne François argumenta:

[...] nem em seus objetos, nem em suas abordagens, a história oral merece a qualificação de “história diferente”, e a acreditar-se que ela é uma “frente pioneira” da pesquisa histórica é um dos campos em que se opera a sua renovação, como ignorar os múltiplos impulsos, os incentivos e os exemplos que ela encontrou fora dela, a ponto mesmo de alguns se perguntarem se a história oral não deveria parte de seu sucesso ao fato de ter sabido adaptar à história do tempo presente as problemáticas e os métodos desenvolvidos pelo que ainda há pouco chamávamos de “nova história” (FRANÇOIS, 1998:6).

Acerca da difusão dessa abordagem Harres (2009:13) aponta:

[...] as resistências e os estranhamentos foram muitos, o que, de alguma forma, pode ser associado à profissionalização da história que, desde o século XIX, se fez valorizando profundamente o documento escrito, trabalhando o método documental e a crítica dessas fontes como traço elementar do exercício e do treino profissional.

Há uma relação intrínseca entre história oral e memória, como argumenta Harres:

Os historiadores cedo deram-se conta de que trabalhar com fontes orais, na perspectiva da história, significava trabalhar com as lembranças, com o processo de rememoração, implicando começar a desvendar esse outro caminho de acesso ao passado, que é a memória.

Foi percorrendo os diversos caminhos de acesso ao passado dentre eles a História Oral que se tornou possível entender que a mão-de-obra que fixou residência no núcleo urbano de Sonora, popularmente conhecida como “Princesinha do Norte”, desempenhava funções totalmente voltadas às atividades agrícolas. O trabalho na lavoura em Sonora contribuiu para atrair mais migrantes, resultando em relativa expansão populacional. Segundo informações obtidas em pesquisa de campo foi possível constatar as dificuldades iniciais que se colocavam ao trabalhador que se fixou nessa região a partir dos anos de 1970,

No princípio foi muito ruim porque daqui onde nós trabalhava dava, mais de 40 Km[...] , aí moço nós ia cedo de madrugada, quando dava 04 horas eu levantava, pegava um trator subia a turma dentro numa carreta da roda dura, nós ia pra lá, quando era de tarde a gente carregava a carreta de madeira e vinha. [...] mais era uma vida sofrida, que eu nunca vi daquele jeito, cedo de madrugada pra lá e de noite pra cá, um frio. [...] Um dia eu disse, essa vida nossa num tá dano não, chegá em casa todo arrebetado por dentro.<sup>7</sup>

Le Goff (1994:143) no tocante ao trabalho com as fontes orais e com depoimento como os supramencionados, afirma que:

[...] nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. O historiador não deve ser apenas capaz de discernir o que é “falso”, avaliar a credibilidade do documento, mas também desmistificá-los. “Os documentos só passam a ser fontes históricas

---

<sup>7</sup> Entrevista concedida por Sr. Elminio Manoel Rosa, trabalhador aposentado da Companhia Agrícola. Trabalhou por 17 anos na usina.

depois de estar sujeitos a tratamentos destinados a transformar sua função de mentira em confissão de verdade.

Foi desta forma que nos dispomos a trabalhar com as fontes orais na caminhada de pesquisa histórica.

Segundo dados coletados em pesquisa de campo, constatou-se a ação de empreiteiros encarregados de trazer trabalhadores de outras regiões para o trabalho no corte de cana durante o período de safra. No decorrer da entrevista com o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município, o trabalho era contratado por “gatos”<sup>8</sup>. Quando solicitado para que falasse um pouco mais a respeito do trabalho das empreiteiras, obtivemos o seguinte relato:

[...] empreiteira, a gente fala assim empreiteira, pra não maltratar muito sabe, porque na verdade é gato mesmo, o famoso gato. Então o gato é o seguinte: o que acontece? Quando o trabalhador ganha 10 reais, por exemplo, o gato ganha 20 em cima do trabalho do trabalhador...<sup>9</sup>

Acerca da possibilidade dessa relação entre contratação pelo gato remeter a uma possibilidade de escravidão por dívida, na qual esse mecanismo de contratação parece ser uma característica, as entrevistas com contadores de cana descartaram tal possibilidade, os entrevistados afirmaram que a passagem de região de origem até os campos de cultivo de cana em Sonora foi financiada por eles mesmos, que recebem os salários sem descontos referentes a dívidas adquiridas antes da contratação e que os quartos onde se hospedam na cidade não são de propriedade da usina.

Thompson (1992:137) considera que:

---

<sup>8</sup> O gato ou aliciador é o responsável pela contratação do trabalhador em seu local de origem, normalmente financiando os custos com transporte e alimentação até o local de trabalho, esses trabalhadores em geral são levados com promessas falsas e passam a viver por um período não para si, mas para os outros, como aponta Ricardo Rezende Figueira em estudo intitulado “A migração e o trabalho escravo por dívida no Brasil”, disponível em: <http://www.gptec.cfch.ufrj.br/pdf/migracao2005.pdf>. Acessado em 23/12/2010.

<sup>9</sup> Entrevista concedida pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sonora-MS, senhor Antônio de Oliveira Neto (popularmente chamado de Cearazão), que chegou na região no ano de 1983, foi trabalhador no corte da cana por dois anos e meio, durante este período sentindo-se injustiçado pelo trabalho dos gatos, participou da criação do Sindicato cujo objetivo maior era fazer com que a Usina contratasse seus trabalhadores, abolindo desta forma a ação das empreiteiras no processo. Outra questão defendida pelo sindicato, na época foi com relação à utilização das máquinas pela Usina no corte da cana, processo esse que em última instância é o grande responsável pela questão do êxodo rural. Entretanto, sabe-se que a utilização das máquinas no corte da cana só não se deu ainda de forma definitiva porque não realizam todo o trabalho com a qualidade do desenvolvido pelo ser humano e não porque a empresa tenha se solidarizado com a situação do trabalhador.

Enquanto os historiadores estudam os atores da história a distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção. A evidência oral, transformando os "objetos" de estudo em "sujeitos", contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais comovente, mas também mais verdadeira.

É notório que há um lugar na história que os sujeitos atribuem a si mesmos, a fala dos trabalhadores revelam a necessidade de apontar que são donos de seus destinos, que ficam sabendo do trabalho por amigos, que financiam suas viagens, que não estando presos ao trabalho em Sonora, sobretudo por sua característica de sazonalidade, podem voltar à terra que consideram como sendo suas origens, no momento que desejarem. Na prática, o que regula esse mecanismo de retorno ao local de origem é o ciclo produtivo da cana que garante trabalho no máximo oito meses ao ano.

Ao questioná-los sobre as condições de trabalho na usina, obtive respostas variadas, alguns consideram boas as condições, mas todos falam da “dureza do trabalho”, da necessidade de cortar entre 250 e 300 metros de cana-de-açúcar diariamente, para ter a garantia de um salário que garanta sua sobrevivência e de seus familiares que permaneceram no Nordeste.

Em um contexto de precarização do trabalho, foi criado, em 1985, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, reivindicando que a contratação dos funcionários da usina, ocorresse por meio do sindicato. A agência responsável por essa contratação, em substituição ao Sindicato foi o SINE (Sistema Nacional de Empregos).

No mesmo ritmo da expulsão ocorreu a exploração humana, consta em uma de nossas entrevistas que até o ano de 1995 a Companhia Agrícola utilizava mão-de-obra indígena no trabalho de corte da cana: “a gente fazia barraco pra índio, porque naquele tempo era só índio [...] aqui trabalhava uma média de 2- 3 mil índio”.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Entrevista com o Sr. Elmínio Manoel Rosa

Halbwachs (1990), no livro “Memória Coletiva”, discute a questão de buscarmos fundamentar o que já conhecemos por meio do depoimento de outras pessoas e nesse sentido, afirma que:

[...] fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos pareçam obscuras. [...] Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios. [...] Se o que vemos hoje tivesse que tomar lugar dentro no quadro de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptariam ao conjunto de nossas percepções atuais. Tudo se passa como se confrontássemos vários depoimentos (HALBWACHS, 1990:25).

(Re) viver, por meio da memória, as trajetórias de pessoas que migraram para Sonora foi uma prática que se buscou estimular durante o percurso da construção desta pesquisa. Passemos a seguir para o “Despertar da Princesinha do Norte”.

## **CAPÍTULO 2 - O DESPONTAR DA “PRINCESINHA DO NORTE”: OCUPAÇÃO DO EXTREMO NORTE DE MATO GROSSO DO SUL A PARTIR DE 1970**

Mas no campo da História cultural, o historiador sabe que a sua narrativa pode relatar o que ocorreu um dia, mas que esse mesmo fato poder ser objeto de múltiplas versões. A rigor, ele deve ter em mente que a verdade deve comparecer no seu trabalho de escrita da História como um horizonte a alcançar, mesmo sabendo que ele não será jamais constituído por uma verdade única ou absoluta. O mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas.

Sandra Jatahy Pesavento. História & História Cultural

Neste capítulo, buscamos entender a formação agrária do Brasil, e como decorrência a formação da agroindústria canavieira, que ao lado da soja, constituem os principais gêneros agrícolas cultivados em Sonora, nos dois casos, impera a grande propriedade, cuja construção histórica abordamos. Tratamos da criação do Proálcool para relacionar a questão dos planos criados pelo Estado com o intuito de resolverem a crise energética pela qual o país vinha passando, foram medidas como a criação deste plano que permitiram a produção de cana-de-açúcar em grande escala. A bibliografia referente à questão agrária em Mato Grosso, permitiu-nos colocar em debate algumas temáticas, como a que diz respeito à tese do “isolamento” de Mato, essa busca pelas origens agrárias do Brasil e de Mato Grosso, orientou a compreensão da questão agrária em Sonora, cujas especificidades foram apontadas, inclusive as problemáticas resultantes dessa formação agrária, questões como a superexploração do trabalhador rural, inclusive nações indígenas que foram empregadas no corte de cana até o ano de 1995. Ao tratarmos da questão ambiental, relacionamos a problemática de degradação do meio ambiente com o modelo de propriedade criada a partir de uma perspectiva da cultura econômica do capital.



## **2.1 - Reflexões sócio-históricas acerca da questão agrária no Brasil**

Ao traçar um caminho para compreender realidade, remetemo-nos ao livro de Josep Fontana (1998:267) para quem:

[...] As nossas recordações não são os restos descoloridos de uma imagem fotográfica que reproduz fielmente a realidade, mas sim uma construção que fazemos a partir de fragmentos de conhecimento que já eram, na sua origem, interpretações da realidade e que, ao voltarmos a reuni-los reinterpretemo-lo à luz de novos pontos de vista [...].

Sendo assim, para se chegar a interpretar a realidade, há uma necessidade de investigá-la e, foi desta forma nos propusemos contribuir para com este “fazer História”, que parta do acontecimento “com tudo que tem de complexo e peculiar, não para isolá-lo como algo único, mas sim para colocar à prova o marco interpretativo e enriquecê-lo ao mesmo tempo”. (FONTANA, 1998:267).

Para realizar esta pequena construção histórica, tomamos como referência para posteriores interpretações, autores diversos, que tratam da questão agrária brasileira, bem como dos processos de transformação da sociedade, tais como colonização, burocratização, modernização e industrialização que, de acordo com Barros (2004) compõem o vasto campo da História Social.

Compartilhamos as ideias de Albuquerque Júnior (2008:85), para quem:

[...] os lugares que interessam para o historiador não é aqueles que escapariam do tempo, que seria um pedaço de passado encravado no presente, como uma cena estática e muda, como “lugares de memória” ou lócus de tradições, mas lugares entendidos como palimpsestos, como fruto da sedimentação de camadas sucessivas de relações sociais e de sentidos culturais.

As análises aqui realizadas privilegiam inicialmente a questão agrícola/agrária brasileira sendo que um tempo maior foi dedicado a compreender a formação da agroindústria canavieira, caminho percorrido para que fosse possível entender o processo de concentração de terra e de renda na região estudada, a

perspectiva foi de buscar reconstruir a História local, que foi fortemente influenciada pela formação dos latifúndios e posteriormente do complexo agroindustrial (CAI), atualmente designado agronegócio. Entender a dinâmica de formação desses complexos possibilitou entender a dinâmica da expansão econômica do Vale do Corrente, ao norte de Mato Grosso do Sul, a partir dos anos de 1970.

Isso sem perder de vista os aspectos de mudanças sociais e culturais que operam consoantes ao processo apontado, amparados em Albuquerque Junior (2008:102), podemos dizer que:

[...] o olhar do historiador estava treinado para perceber todos os signos da temporalidade, do passar do tempo, da mudança, da transformação, do desenvolvimento, do progresso, mas bem menos treinado para tratar estes fenômenos temporais como fenômenos que também atingem, constroem e modificam espacialidade”.

Os caminhos trilhados pela pesquisa permitirão entender justamente essa transformação espacial.

A questão agrária brasileira para Prado Júnior (1998) seria decorrente do processo de colonização europeia, empreendido a partir do século XVI. O autor tratou da formação latifundiária brasileira, apontando o papel do Brasil no sistema exploratório internacional no qual estava inserido e que era “o de prover o mercado europeu de produtos tropicais”.

Ressalta-se o peso dado por Caio Prado Junior (1998:35) ao fator econômico na formação da sociedade brasileira, segundo ele, “para que se instalasse a lavoura canavieira, no território brasileiro, procedeu-se a uma destruição da cultura e da dignidade dos povos aqui existentes e dos negros vindos do continente africano, para trabalharem como escravos neste território”. Não é uma visão unânime entre os estudiosos da temática, como apontado anteriormente, o livro de Gilberto Freyre (2001), possibilita outras formas de interpretação, tais como a percepção de que os elementos culturais têm maior influência na formação do Brasil, que os fatores de ordem econômica.

Parte dos estudos referentes ao período colonial brasileiro, indicam que a partir do nascimento da agricultura mercantil no Brasil, o desrespeito ao ser humano foi uma constante, parte da população passou a ser inserida como objeto agregador de capital e renda dentro de um sistema econômico exploratório. Hunt (2009:16) em “A invenção dos direitos humanos”, aponta para o fato de que a ideia de direito para os seres humanos não era para todos:

Ainda mais perturbador é que aqueles que com tanta confiança declaravam no final do século XVIII que os direitos são universais vieram a demonstrar que tinham algo muito menos inclusivo em mente. Não ficamos surpresos por eles considerarem que as crianças, os insanos, os prisioneiros ou os estrangeiros eram incapazes ou indignos de plena participação no processo político, pois pensamos da mesma maneira. Mas eles também excluía aqueles sem propriedades, os escravos, os negros livres, em alguns casos as minorias religiosas e, sempre e por toda parte, as mulheres. Em anos recentes, essas limitações a ‘todos os homens’ provocaram muitos comentários, e alguns estudiosos até questionaram se as declarações tinham um verdadeiro significado de emancipação.

Ao que parece esta segregação de direitos ultrapassou o tempo, no século XVIII, era comum situações de diferença no acesso aos direitos mais básicos, e também ao longo do século XX, bem como nos poucos anos que comportam o século XXI, o acesso do brasileiro à terra parece reproduzir esta segregação.

A agricultura em grande escala no Brasil, segundo Prado Júnior (1998:37), teve seu início com a plantação da cana-de-açúcar que, para comportar os interesses do latifúndio, requeria vasta extensão de terra para o seu cultivo. Além disso, a escravidão do negro e do índio eram tidos como necessários para a satisfação de outros interesses mercantilistas e racistas.

A lavoura canavieira instalada no Brasil como fruto do processo de colonização e exploração, sempre esteve associada a um processo manufatureiro que resultava no produto colonial que diferentemente de outras (café, algodão, fumo, cacau) sempre implicou na sua transformação no próprio local de implantação. A atividade fabril se manteve sob controle do proprietário fundiário, e desta forma foram constituídos os engenhos, que se confundiam inicialmente com as sesmarias, caracterizando a ocupação da faixa litorânea do território brasileiro (RAMOS, 1991).

A principal região de cana-de-açúcar no período foi São Paulo. Para o cultivo da mesma se promoveu a devastação da mata em larga escala, propiciando o surgimento de terras estéreis e de desertos. O que se pode notar nesse processo foi o descaso com os recursos naturais: mata destruída e solo explorado à exaustão.

Para promover esta mudança na cultura econômica implantada, recorreu-se ao capital estrangeiro. Esse processo ocorrido fundamentalmente entre 1870 e 1930 promoveu uma “modernização conservadora” no campo. O latifúndio foi mantido e o Estado foi chamado a financiar a transformação do engenho burguês em engenhos maiores, o que propiciou o surgimento das usinas. Para Ianni,

Em vários momentos, a ação governamental tem estimulado o processo de concentração do capital no setor. O artigo 56 da Lei nº 4870, de 1º de dezembro de 1965, estabelecia que o IAA deixa a critério dos interessados, “a venda, permuta, cessão ou transferência de maquinário e de implementos destinados a atender o aumento da capacidade industrial das usinas”. E o Decreto-Lei nº 1186, de 27 de agosto de 1971, destinou-se especificamente a “conceder estímulos à fusão, incorporação e realocização de unidades industriais açucareiras”. Isto é, o governo passou a conceder incentivos fiscais e financeiros às usinas e aos fornecedores, de modo a propiciar a intensificação da mecanização do processo produtivo e o aumento da produtividade. [...] (IANNI, 2004:56)

O campo começou a se industrializar e aos poucos passou a ser entendido como um conjunto de atividades econômicas que incluíam a terra como meio de produção (MULLER, 1989), sob o signo do capital, a partir daí, ocorreu gradativamente, a formação dos complexos agroindustriais, o que não resolveu o problema do abastecimento interno do país, segundo autores que defendem a pequena propriedade como forma de socializar o acesso a terra e aos bens produzidos.

A modernização dos latifúndios, a formação do CAIs – Complexos Agroindustriais, aliados a modernização da agricultura, levou ao implemento de máquina e equipamentos modernos, que por sua vez aumentaram a produtividade das grandes propriedades (que produziam para alimentar o mercado externo), gerando, exclusão social e aumentando o desemprego no campo e na cidade.

A partir de 1930, “[...] o Estado passou a controlar e direcionar melhor a cultura da cana. A fase inicial da ação do Estado no setor, está associada à crise açucareira de 1929”, (BRAY et al., 2000) momento que o país perdeu parcela do mercado exterior e necessitou deslocar ainda mais o açúcar produzido para o mercado interno, principalmente o açúcar nordestino, distante do principal mercado nacional, o Centro-Sul em expansão.

O retorno do Brasil ao comércio exportador, com envergadura, se deu a partir de 1960. a política que orientou o desenvolvimento da agroindústria canavieira no Brasil, nesta década, teve por objetivo o incremento das exportações de açúcar e a ampliação do parque industrial e das lavouras de cana. O favorecimento do Estado à iniciativa privada concentrada, alcançou outros setores da economia brasileira, com destaque para a cultura da soja, e da cana-de-açúcar .

Segundo Maitelli e Zamparoni (2007), “[...] o Estado de Mato Grosso, situado na região do Centro-Oeste do Brasil, teve, nas últimas décadas, importantes modificações na sua paisagem natural, originárias do modelo de desenvolvimento do país, cujas bases consistiram na incorporação de novas terras agrícolas para impulsionar a ocupação da Amazônia”. O cultivo de soja também foi um importante veículo de transformação de Sonora.

Durante a Ditadura Militar e a Nova República, o crédito rural subsidiado e os preços mínimos continuaram voltados primordialmente, para a “modernização conservadora” da agropecuária, com as políticas governamentais que passaram a ser adotadas no período pós-1990, parcela do crédito rural ficou a cargo dos bancos privados e das agroindústrias (BRAY et al., 2000). Com a abertura econômica para o exterior, produtos agrícolas estrangeiros, ingressaram em grande quantidade no mercado nacional, criando uma crise agrícola, normalmente por serem melhores e mais baratos, mas, principalmente por causa da sobrevalorização do real frente ao dólar.

Esse quadro passou a ser revertido quando a moeda brasileira sofreu brusca desvalorização frente à moeda dos Estados Unidos, de 1998 em diante.

A manutenção do Proálcool, a exportação de açúcar, o crescimento da urbanização brasileira e a adição de álcool carburante à gasolina comum constituem-se mercado e levam a ganhos com vistas a expansão do agronegócio da cana, mas não para os trabalhadores rurais em geral. Estes continuam enfrentando os efeitos da “expansão da modernização agrária conservadora”, que Palmeira (1989) chamou de “modernização perversa”.

Quanto à agricultura canavieira, houve neste setor uma desvalorização do trabalho com o crescimento do número de bóias-frias. No município de Sonora, o desemprego tornou-se realidade e se reflete com desdobramentos na exclusão de um grande número de trabalhadores dos postos de trabalho, e na presença de andarilhos no perímetro urbano.

O meio ambiente e as pessoas não ficaram imunes a todos esses acontecimentos, tendo sido penalizado, principalmente por causa das queimadas e dos subprodutos agro-industriais, por vezes jogados sem tratamento e impunemente no meio ambiente. A polêmica sobre as queimadas da cana e os impactos ambientais por ela causados tem apressado o processo de substituição dos cortadores por máquinas que fazem a colheita da cana sem queimá-la, o que inevitavelmente irá ampliar o número de desempregados.

No texto, “A História Legal da Terra na Fronteira e a Questão da Autoridade”, Foweraker (1982), trata da questão da ocupação de terras no Brasil, desde o período da ocupação colonial, passando pela discussão da Lei de Terras de 1850 onde aponta uma política que está intrinsecamente ligada à história legal das terras. O texto ressalta o papel do posseiro nesse processo de ocupação.

Entretanto, para que seja possível tratar da questão de posse, propriedade e titulação, faz-se necessária a compreensão da importância que a terra adquiriu no mundo contemporâneo, mais especificamente na sociedade brasileira, ressaltando-se a necessidade de fugir de um quase inexorável maniqueísmo, do qual muitas vezes, a tentativa de compreensão da realidade, torna-se vítima.

Sendo assim, dentre as várias definições salientamos uma mais contemporânea na qual a terra foi tida como: meio de produção e, considerando o

caráter neoliberal que permeia todas as modernas relações, inclusive a relação do ser humano com a terra, o que se processa é a intensa mercantilização desse bem.

Segundo Martins (1986):

[...] antes do advento do capitalismo, nos países europeus, o uso da terra estava sujeito a um tributo, ao pagamento da renda em trabalho, espécie ou dinheiro. Essas eram formas pré-capitalistas de renda decorrentes unicamente do fato de que algumas pessoas tinham o monopólio da terra, cuja utilização ficava, pois, sujeita a um tributo. O advento do capitalismo não fez cessar essa irracionalidade. Ao contrário, a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra.

Diante disso, posse no sentido original, seria o resultado de um processo de ocupação a partir do qual se dá o assenhoreamento de coisa sem dono. Nesse sentido, o valor da propriedade assenhoreada seria o equivalente ao trabalho empregado na mesma, porém de acordo com o caráter neoliberal exposto anteriormente, a terra deixou de ter apenas o valor do trabalho nela empregado, transformando-se em expediente de lucros através da especulação.

Foweraker (1982), aponta que ocorreu uma mudança no controle das terras devolutas, que foi para o poder da iniciativa privada, ou seja para o capital particular basicamente. Ressalta-se aqui a intrínseca relação entre Terra e Poder, assunto tratado por Gislaine Moreno no livro “Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla(1892-1992)” que dentre inúmeras questões trata dos efeitos da apropriação capitalista de grandes porções de terra no estado de Mato Grosso.

Na medida em que o Estado transfere ou simplesmente, facilita a aquisição de terras para os grandes grupos de interesses econômicos particulares, acaba por diminuir as possibilidades reais de o posseiro conseguir uma propriedade legal de terra (MORENO,2007). Esse expediente, fez com que determinados grupos aumentassem seu poder se utilizando muitas vezes da força para alcançar seus objetivos, burlando desta forma o que está convencionado pela sociedade (lei).

Foweraker (1982) aponta que, a história da legalização das terras em mãos de particulares, é uma história política, e neste ponto é possível retomar a discussão do poder considerando que cargos públicos também são formas de amealhar poder e de utilizar a lei em benefício próprio. O autor faz alusão a um problema brasileiro

dos anos de 1980, que nos parece ainda muito pertinente aos problemas fundiários ainda existentes no campo brasileiro. Neste caso específico, acredita-se que o estudo desse autor é bem empregado na tentativa de compreender a formação latifundiária e excludente da região do Vale do Corrente.

O peso maior da participação do Estado e como consequência do poder político na decisão sobre o controle das terras brasileiras ocorreu, sobretudo, na forma de fomentos, bastante intensificados pelo governo entre os anos de 1940 e 1950, e que ainda estão presentes em grande variedade de créditos oferecidos aos grandes produtores.

No tocante ao tema específico do presente trabalho, os mencionados fomentos estatais influenciaram enormemente na conformação econômica da região, pois no ano de 1975 foi instalada no Vale do Corrente uma Companhia Agrícola, responsável por um processo de expulsão e desapropriação do pequeno produtor, que resultou num processo de concentração fundiária sem precedentes na região.

A interferência do Estado brasileiro no controle e direcionamento da cultura canavieira começou a ocorrer no início dos anos de 1930 (BRAY et al., 2000), mas a partir de 1960 esse controle se deu com maior intensidade no Centro-Oeste. COSTA (mimeo) mostrou que esta década foi o marco histórico inicial das transformações na agricultura, promovida por um determinado modelo de sociedade que se pretendia construir, no qual uma maior produção agrícola supostamente traria resultados positivos para a estratégia de desenvolvimento adotada. E isso não foi obtido nem no estado de Mato Grosso, nem no estado de Mato Grosso do Sul, na perspectiva da maioria dos trabalhadores rurais destes estados.

A agricultura brasileira tem um problema chave, pois ao mesmo tempo que precisa fortalecer o mercado externo, necessita também aumentar a produtividade de bens de consumo interno. Porém, com a “modernização conservadora” da agricultura, tem-se uma redução no número de pequenas propriedades, que são as que produzem os bens de consumo interno, visto que nos “CAIs” o que prevalece é a produção em larga escala dos produtos de exportação e esses avançaram em área sobre a pequena produção.



Segundo Nascimento (1997), o aspecto principal dessa “modernização via Estado”, promoveu uma expansão subsidiada do latifúndio, que se modernizou (mecanização, utilização de novos insumos), tornando-se capaz de produzir em larga escala, sem contudo, levar a geração de empregos correspondente, e o que se efetivou, na prática, foi a expulsão, quando não expropriação do trabalhador do campo.

A transformação da atividade agrícola, direcionada pela indústria, se fez sentir a partir de apropriações parciais e descontínuas do trabalho e dos processos biológicos de produção. A indústria proporciona uma série de mudanças na forma de apropriação dos recursos naturais, fomentando o aumento da produtividade e dos custos de produção. Esse processo tornou-se possível através do uso de tecnologias (inovações genéticas e químicas) e maquinário. A integração da Agricultura com a indústria, não significou a transformação da agricultura, uma especificidade do capitalismo tido como avançado e não projetou uma divisão social do trabalho tal como ocorre na indústria. A partir dessa orientação, a agricultura se transformou num setor de aplicação de capitais, principalmente financeiro.

Ao ultrapassar o latifúndio, a empresa rural de acordo com Mendonça (2010:52-53), levou a transformação do latifúndio em um setor empresarial, no qual o empresário seria dotado de atributos tais como racionalidade, criatividade e espírito de iniciativa. Seria esta nova figura do campo brasileiro capaz de fazer frente aos negócios e às necessidades da modernização da agricultura e ao desenvolvimento da nação.

No tocante ao financiamento estatal das grandes propriedades Müller (1989:18) aponta que:

O processo de integração indústria e agricultura não se deu à margem das relações entre as grandes empresas, os grupos econômicos e o Estado. Este último atuou, sobretudo, através de subsídios creditícios, incentivos fiscais e toda uma bateria de políticas incentivadoras das exportações.

O Estado assumiu um papel crucial na expansão desse modelo de organização do meio rural, possibilitando ou dificultando o acesso ao crédito, ao financiamento e a renda fundiária. Observa-se que a agricultura tornou-se uma

atividade subordinada, cumprindo um papel fundamental na sociedade, uma vez que fornece gêneros alimentícios e matéria-prima para os demais setores da economia através de um mecanismo desigual de troca.

É notório que houve um tratamento diferenciado que permitiu o acesso restrito às terras caracterizadas pelo Governo Federal como compondo os “espaços vazios”. Acerca disso, Barrozo (2008:11) argumenta:

Aos grandes empresários, o governo ofereceu crédito subsidiado, incentivos fiscais e apoio logístico. Para os agricultores pobres, ele acenou com a possibilidade de lotes em projetos de colonização e assentamentos rurais, em geral distantes das cidades, sem infraestrutura, sem apoio técnico e financeiro.

Além de políticas diferenciadas de acesso a terra, houve irregularidades por parte dos órgãos governamentais:

Observando os dados referentes a essa ocupação, chama nossa atenção as transações de compra e venda de terras e a anuência do Governo Federal frente a tal quadro. O Departamento de Terras e Colonização (DCT), responsável pela emissão de títulos, fiscalização e demarcação dos lotes agrários, foi fechado pelo Governo do estado de Mato Grosso devido ao volume de fraudes, que chegava à falsificação de documentos e até mesmo com assinatura do governador. (JOANONI NETO, 2007:24)

O modelo produtivo adotado, a partir da tecnificação das atividades agrícolas, principalmente de exportação, criou um novo modelo de concentração da propriedade fundiária e da renda. O sistema produtivo do restante da agricultura não apresentou mudanças técnicas significativas. Nesse contexto, os pequenos agricultores familiares não foram contemplados com o aumento da produtividade, decorrente do uso intensivo de técnicas e insumos de alto custo, o que dificultou o seu engajamento. Verifica-se que as modificações implantadas no mundo rural brasileiro, nesse cenário movido por um tipo de cultura econômica, asseguraram o aumento da produção e da produtividade do setor agropecuário, ao mesmo tempo em que acentuou os problemas sociais no campo e na cidade, através do êxodo rural.

Observar a forma como se deu historicamente o acesso a terra no Brasil é um exercício teórico que permite visualizar algumas permanências em relação a períodos distintos. Na citação acima, Barrozo (2008) trata da questão no período

posterior ao Governo Vargas, sobretudo na fase pós 1970, quando se intensifica a ação do Estado. Entretanto, a problemática remonta períodos anteriores Carvalho (1981) no texto “Modernização frustrada: a política de terras no império”, publicado pela Revista Brasileira de História, ao discutir a políticas de terras no Império, assim assevera:

Tratava-se, então, de um grupo de proprietários e magistrados propondo uma legislação que beneficiaria basicamente os cafeicultores mas que teria, ao mesmo tempo, repercussões radicais na estrutura agrária do país, isto é, tratava-se de uma clara tentativa de modernização conservadora (CARVALHO,1981:44).

No tocante às políticas de ocupação durante o governo de Getúlio Vargas, Barrozo (2008:16-17) assegura que:

Durante o governo de Getúlio Vargas foram postos limites para a imigração estrangeira, estabelecendo cotas para a entrada dos imigrantes de cada nacionalidade. Em substituição à imigração estrangeira, o Governo Federal redirecionou os fluxos migratórios do Nordeste para o Centro-Sul do Brasil. [...] Desde o início de seu governo, Getúlio Vargas explicitou em seus discursos a preocupação com o Centro-Oeste e a Amazônia, regiões que, na concepção do Presidente, precisavam ser integradas ao Brasil, necessitando para isso de uma política de povoamento e de viabilização da infraestrutura.

Os discursos que defendiam um projeto de ocupação dos chamados “espaços vazios”, não levavam em conta as populações que já ocupavam esses territórios. Acerca disso Ianni (1979:21) considerou que:

As terras indígenas ou devolutas estão sendo ocupadas, griladas ou compradas por grileiros, latifundiários, fazendeiros ou empresários. Em geral estes empreendimentos privados, que afastam, expulsam ou destroem núcleos indígenas e de posseiros [...] estão apoiados pela sua própria força econômica e política e protegidos pelos órgãos do poder estatal.

A dinâmica de (re) ocupação da região que daria início ao município de Sonora, só pode ser compreendida a partir das ações governamentais que foram tomadas a partir de 1970:

O Governo Federal executou um plano de (re) ocupação dos ‘vazios demográficos’ do Centro-Oeste e da Amazônia, com o objetivo de garantir a ‘segurança nacional’, de ‘produzir para o mercado interno e externo’ e deslocar milhares de famílias de agricultores do Sul, para

poder viabilizar a ‘modernização conservadora’ naquela região. (BARROZO, 2008: 22)

Os reflexos do processo de concentração de terras que possibilitou o surgimento das grandes propriedades, segundo Fabrini (2008:54), explica-se pela:

[...] estrutura fundiária altamente concentrada deve-se ao processo de ocupação das terras, ou seja, quando o Estado promoveu a transferência/venda de grandes áreas de terras públicas para proprietários fundiários. Portanto, a estrutura fundiária no sul de Mato Grosso do Sul ‘nasceu’ concentrada.

Em entrevista com um produtor rural<sup>11</sup> que comprou terras no atual município de Sonora, no ano de 1975, foi possível verificar que o processo estimulado pelo Estado e que resultou em concentração fundiária no sul de Mato Grosso do Sul, foi análogo ao processo que deu origem às fazendas do norte de Mato Grosso do Sul. O município de Sonora possui 282<sup>12</sup> estabelecimentos rurais, com propriedades que variam entre 700 hectares e 12 mil hectares, sendo que a Companhia Agrícola conta com mais de 20 mil hectares de terras nos estados de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

O quadro geral de concentração de terras referenciado leva à produção agrícola em larga escala com culturas predominantes de cana-de-açúcar e soja<sup>13</sup>, os dados do IBGE apontam para a quase inexistência na região do cultivo de produtos de auto-sustento, como será discutido ao tratarmos a questão agrária em Sonora.

## **2.2 – Revisão bibliográfica referente à questão agrária em Mato Grosso**

A colonização efetiva do Brasil teve início com base no sistema agro-exportador implantado no Nordeste, tendo a cana-de-açúcar como produto principal, cujo objetivo era adequar a colônia às necessidades do mercado europeu. Foi também com objetivo de se moldar ao modelo econômico europeu que não era

---

<sup>11</sup> Entrevistado Sr. Francisco Henrique Weber, entrevista realizada no dia 19 de julho de 2009.

<sup>12</sup> Fonte: Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades> . Acessado em 07/10/2010.

<sup>13</sup> Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

próprio da sociedade brasileira, composta por nações indígenas com organizações sociais, culturais, políticas e econômicas próprias, que se deu a ocupação do território mato-grossense por pessoas vindas de outras regiões do país, já acompanhados por índios capturados e negros escravos. O comércio das capitanias, no entanto, esteve articulado ao complexo mercantil do centro-sul da capitania do qual as relações mercantis em Mato Grosso eram partes constitutivas (LENHARO, 1982).

Para Luiza Rios Ricci Volpato (1987), “[...] o estudo do período colonial brasileiro leva a uma análise da pobreza em Mato Grosso, onde fome e doença faziam parte da vida do homem comum no período, ora tratado”. A autora se propõe derrubar dois mitos no que diz respeito à historiografia tradicional que trata do período colonial mato-grossense, o primeiro àquele que aponta o passado vivido por essa colônia como algo faustoso. A outra abordagem explica os problemas enfrentados pela colônia devido ao isolamento vivido pela mesma, o que impedia que Mato Grosso acompanhasse o ritmo de desenvolvimento de outras regiões do país e que segundo Borges (1991) nega participação de Mato Grosso na divisão internacional do trabalho. Ao tratar da questão do isolamento, Lenharo assim aponta,

[...] teses do tipo isolamento devem ser desmistificadas, uma vez que visam apenas atribuir “heroísmos” e “virtudes” ao grupo representante do poder local e de seus apaniguados exteriores. Além disso, esse tipo de produção mitológica dispensa pesquisa e bloqueia a possibilidade de questionamentos.

A “tese de isolamento”, vem sofrendo reinterpretações, foi estudada por Garcia (2003:41), em estudo intitulado “Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial”, para o autor, ao defender o “não isolamento” de Mato Grosso, Lenharo estaria corroborando um novo mito,

[...] mesmo que não fosse intenção de Lenharo, essa tese também atendia a interesses de grupos sociais surgido do desenvolvimento que Mato Grosso teve na segunda metade do século XIX. Eles que queriam dar uma nova imagem ao Estado. Ou seja, a tese do “não isolamento”, corrobora um certo mito da integração de Mato Grosso com o restante do país. [...] (GARCIA, 2003:41)

Do debate entre as duas teses “isolamento” e “não isolamento”, Garcia deduz, levando em conta as peculiaridades regionais do estado de Mato Grosso, que o tornam diferente de outras regiões brasileiras, ressaltando que:

[...] quero deixar registrado que descarto qualquer ideia de isolamento de Mato Grosso, mesmo para os difíceis anos de 1720 e 1730. É impossível pensar em isolamento para uma capitania ou província que tinha um comércio externo tão expressivo, maior até que muitas províncias litorâneas. Aliás, pelas características das regiões mineradoras, quase todas as mercadorias que circulavam em Mato Grosso eram de origem estrangeira. Por outro lado, não concordo com a ideia extrema de “não isolamento”, e integração completa de Mato Grosso ao restante do país, visto que as distâncias que separavam esse estado dos centros de abastecimento exerciam forças poderosas sobre a economia e sociedade. (GARCIA, 2003:42)

Para alguns outros clássicos como Capistrano de Abreu e Basílio de Magalhães, o estudo do período colonial mato-grossense se apresentou como um apêndice do capítulo da mineração. LENHARO (1982) mostra que “[...] nas relações mercantis estabelecidas entre o comércio local de Mato Grosso com os principais centros exportadores se formava um circuito interno de comércio no qual o excedente produzido em determinadas áreas era carregado para fora da colônia.” Cuiabá foi o núcleo mais importante de produção do excedente produzido, sua importância cresceu, à medida que decaía a produção de minérios preciosos da região de Vila Bela e arrefecia o movimento mercantil da rota monçoeira do Madeira-Guaporé.

A partir da segunda metade do século XVIII, a mineração ou o período mineratório entrou em decadência, isto obrigou a capitania a promover uma “substituição de exportações”. Este foi o momento em que surgiram as fazendas de gado e os engenhos de cana-de-açúcar. O que aconteceu, fruto de um longo processo, foi o reordenamento das forças produtivas e, nesse processo, tendeu-se a uma produção agropastoril de auto-abastecimento, o que fez com que a produção se tornasse mercantilizada, contando com o mercado disponível. Porém, cabe ressaltar não ter sido formado de imediato neste setor uma economia de exportação, que ainda se via presa à agonizante produção aurífera.

Fora o ouro, a prata contrabandeada das províncias espanholas e o diamante com curto período de extração e esgotamento rápido e irreversível, eram quase que os únicos produtos a serem exportados, pois ainda de forma bastante tímida, havia o açúcar e tecidos de algodão.

Volpato (1987) mostrou que mesmo com a produção agrícola e o desenvolvimento do pastoreio, a capitania continuou importando o gado e os gêneros de primeira necessidade. Esse relativo desprezo com a agricultura, principalmente a de subsistência se deu exatamente pela sua forma de povoamento, que teve início com a descoberta do ouro. Sem contar a condição de pobreza vivida pela população mato-grossense no período, outro problema se colocou, a necessidade de garantir o domínio português nestas terras, visto ser Mato Grosso uma Capitania de Fronteira, o que levou a lutas constantes contra o espanhol, e que, por sua vez, exigiu o aparelhamento de milícias.

Segundo Valmir Batista Corrêa (2006:29):

[...] a sociedade mato-grossense caracterizou-se desde os seus primórdios, de maneira praticamente generalizada, por relações de violência. Isso se explicou em função de uma série de fatores que envolveram todo o seu processo de ocupação desde os primeiros contatos com a terra (implicando na luta contra uma natureza indômita, com os seus primitivos habitantes e com os súditos espanhóis), até a exploração e o povoamento dos seus núcleos mineradores. A violência como um componente inerente às bases dessa sociedade, refletiu-se também de maneira clara e intensa na esfera da política mato-grossense como uma herança da estrutura de dominação colonial que se estendeu até meados do século XIX.

A exigência de um aparelhamento de milícias careceu de altos investimentos e com isso os investimentos na agricultura diminuíram, levando a fome uma parcela da população. Esse quadro de dificuldades contrasta com a acumulação conseguida por negociantes paulistas e cariocas que operaram comercialmente com a capitania.

A partir do século XIX, com as mudanças na economia européia, ocorreu uma nova divisão internacional do trabalho, cabendo às colônias portuguesas, garantia do consumo dos manufaturados, o abastecimento daqueles mercados de gêneros agrícolas e demais matérias primas. O século XIX assistiu ainda à substituição do poder do comerciante e das casas comerciais que passaram por um progressivo

processo de endividamento, e pelo aumento do poder dos proprietários de terras. E essa tendência se acentuou à medida que se proliferaram os núcleos açucareiros na província.

A produção da agroindústria canavieira no estado de Mato Grosso é uma das mais antigas do Brasil, entretanto, de modo geral a produção dessa atividade em Mato Grosso foi bastante pequena, servindo apenas ao mercado local, conforma assegura Borges,

A produção da agroindústria, em Mato Grosso, foi bastante pequena, servindo apenas ao mercado local, quando comparada com outros estados brasileiros. O açúcar produzido pro Mato Grosso, de 1925 a 1931, representou cerca de 0,30% do total produzido nos estados brasileiros no mesmo período. No ano de 1932, o Brasil contou com 336 agroindústrias canavieiras, das quais, 11 pertenceram a Mato Grosso. (BORGES, 2010:93)

Quanto às relações de trabalho em estudo referido anteriormente entre 1870 e 1930 Borges (2010) assim se referiu:

O trabalho escravo foi estabelecido na atividade mineratória ao longo do século XVIII. O declínio das minas teria provocado a evasão de parte dessa mão-de-obra para outros lugares fora dos limites mato-grossense. A mão-de-obra escrava que permaneceu em Mato Grosso tendeu a se concentrar nos engenhos d açúcar, organizados na tradicional forma escravista (BORGES, 2010:101).

No tocante a mão-de-obra livre, ainda de acordo com Borges, o seguinte testemunho:

Paralelamente ao trabalho escravo, antes de 1888, já haviam se desenvolvido em Mato grosso, outras formas de trabalho, formalmente livre. Índios, homens livres nativos de Mato Grosso e do Paraguai, constituíram a força de trabalho presente nas atividades extrativas (borracha, erva-mate, ipeca etc.), na pecuária, na produção da agroindústria canavieira. As condições peculiares do trabalho em cada uma delas variavam, mas, em nenhuma, o trabalho livre alcançava sua forma mais acabada, qual seja, a do trabalho assalariado. Prosseguindo algumas características particulares (BORGES, 2010:102-103).

No período posterior a 1930 teve início em Mato Grosso, a intervenção do Estado na produção açucareira. Para a região mato-grossense essa intervenção estatal parece não ter sido benéfica, nem mesmo para os grandes proprietários, pois com a criação do IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool) em 1933 surgiu mais um fator



que contribuiu para a decadência das usinas, ainda que de forma indireta. Segundo Castro e Aleixo,

Nos anos de 1950 o IAA colocou em prática uma política açucareira que permitiu um avanço significativo da produção de açúcar na região paulista, que ao penetrar no mercado mato-grossense passou a concorrer com o açúcar aqui produzido. Nesta mesma década as críticas ao IAA se tornaram mais contundentes, questionava-se a falta de preocupação desse órgão em atender as especificidades e necessidade da produção canavieira no estado do Mato Grosso. (CASTRO & ALEIXO, 1987).

A partir dos anos de 1940, influenciados pela propaganda promovida pelo governo, camponeses de regiões como Nordeste, Sul e Sudeste, que não possuíam terras em sua região de origem foram atraídos pela “Marcha para o Oeste”, com a intenção de adquirirem sua própria terra, segundo Nascimento,

A partir dos anos de 1940, camponeses pobres, das regiões tradicionais do Brasil foram atraídos pelo programa ‘Marcha para o Oeste’, que se mostrou uma grande falácia, visto que com as expectativas da continuidade da marcha, empresários e fazendeiros passaram a adquirir enormes lotes de terra em boa parte destinados à especulação. (NASCIMENTO, 1997: 17)

Concomitantemente à colonização pública de pequenos lotes, grupos econômicos e políticos, acabaram “aproveitando-se das facilidades que lhes eram concedidas pelo Estado, acabavam convertendo em riqueza os extensos territórios virgens, que foram obtidos a baixos preços, que em seguida foram loteados ou estocados para gerar riqueza sem trabalho” (LENHARO, 1986).

Em artigo publicado na Revista Brasileira de História da Anpuh, intitulado “A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no Oeste brasileiro nos anos 50”, Alcir Lenharo mostrou como se deu a ocupação de terras na região Centro-Oeste do Brasil, mais especificamente no estado de Mato Grosso. Lenharo aponta como se deu a especulação com a terra por grandes grupos econômicos enquanto a maioria pobre que vinha para a região em busca de terras tinha que se contentar com o trabalho nas fazendas.

A propaganda da Marcha, incentivava um retorno ao campo, alardeado pelo presidente Getúlio Vargas, que já em 1933 tratava a questão de forma tal que

deixava qualquer militante de Esquerda, ou trabalhador rural sem terra, maravilhado com a proposta. Segue discurso proferido por Getúlio Vargas no Jornal “A República” em 1931:

Para alcançarmos tal benefício que nos está reservado, pois somos, em face do Velho Mundo gasto, Novo Mundo a explorar, precisamos de firmeza de direção, tranqüilidade e equilíbrio. Só assim se dirigirão a nossa terra, com sólidas garantias de estabilidade, os capitais indispensáveis à sua fartura e opulência, acelerando o nosso progresso e impulsionando o nosso desenvolvimento. A obra de reconstrução que se espera é de extensos horizontes. Na sua amplitude e profundidade ela requer o esforço inteligente e contínuo de várias gerações. (A REPÚBLICA, 1931:1)

A política de colonização de Getúlio Vargas, apregoava a necessidade de distribuir as populações migrantes e deslocá-las para as zonas mais férteis e produtivas. O objetivo a ser alcançado era o aumento da produtividade, o Estado Novo propunha-se aumentar ou ampliar a diversidade produtiva. Neste sentido surgiram críticas ao “latifúndio improdutivo”, portanto o latifúndio era tolerado, desde que gerasse produção e o assunto a respeito da acumulação de terras muito pouco foi mencionado, na interpretação de Lenharo,

A política desenvolvida pelo Estado Novo desembocou nos acontecimentos de 1950, quando o ‘Estado de Mato Grosso’ já denuncia especulação com terras devolutas. O jornal ‘O Estado de Mato Grosso’ notificava freqüentemente a especulação de terras, mostrando que o governo estadual firmou vários contratos para concessão de terras” (LENHARO, 1986: 26).

O resultado dessa política de distribuição de terras resultou na formação de latifúndios, dessa forma, na sociedade brasileira, a terra também se tornou mercadoria. Para Oliveira (1986), “[...] no modo de produção capitalista a terra deve ser entendida como renda capitalizada, neste processo ocorre uma sujeição da renda da terra ao capital.” Portanto, a expansão do capital no campo, fez com que a terra que por si só não gerava valor, passasse a gerar, pois ali passaram a ser produzidas mercadorias para circulação e extração de lucros, princípio básico de uma economia baseada no capital.

Outra forma de capitalização da terra se deu quando o capital se apropriou de grandes extensões de terras, que foram apropriadas com objetivo de promover

reserva de valor (especulação), sendo esse o propósito dos grupos econômicos, que se apropriaram de enormes extensões de terras contando com apoio quase que irrestrito do Estado.

Inicialmente ocorreu a formação dos latifúndios (já explicitado anteriormente a forma como os latifúndios se desenvolveram no Brasil e em Mato Grosso), posteriormente a agricultura foi apropriada pelo capital e passou para a fase da industrialização, e a partir daí surgiram os complexos agroindustriais (CAIs). Este processo foi focalizado por Graziano da Silva (1997, através dos seguintes argumentos:

Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural.

Esse processo, chamado de “modernização da agricultura”, a partir dos anos de 1970, induziu os agricultores maiores a se tornarem empresários agrícolas, adotando métodos e técnicas baseados na motomecanização e utilização de insumos químicos, processo facilitado por financiamentos agrícolas subsidiados. O resultado desse processo foi a especialização de propriedades agrícolas que começaram a explorar produtos essencialmente comerciais e lucrativos, e com isso levando à expansão das áreas de monocultura.

O livro “Fronteiras da Crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970” (JOANONI NETO, 2007), trata do projeto de colonização de Juína, analisando os mecanismos de exclusão, os veículos de propaganda que estimularam a ida de migrantes para aquela região, bem como os incentivos governamentais que culminaram em uma série de irregularidades.

Joanoni Neto faz alusão a inúmeras denúncias de irregularidades no INCRA trabalhando com relatórios que mostram essas irregularidades, citamos um exemplo: “em São José do Povo foram liberados R\$165.000,00 para a construção de 15 Km de estradas e dois poços artesianos. Nada foi feito. Há uma placa indicando a construção de um único poço no valor de R\$320.000,00, que não foi construído.”

(JOANONI NETO, 2007:25). Problemáticas como as apontadas pelo autor, parecem fazer parte de um quadro geral nas áreas de ocupação pós 1970, questões pertinentes a má gestão do dinheiro público, além de outras referentes à ocupação da terra que neste contexto, tornou-se capitalizada e em regiões como o Vale do Corrente, acabaram se constituindo em espaços para produção em larga escala, por meio do agronegócio, e em muitos casos, transformou-se em reserva de valor, terras para especulação, momento este em que deixou de ser terra de trabalho e se constituiu em terra de negócio.

A ação do Estado como financiador das grandes propriedades rurais foi tratada por Souza (2009) em estudo intitulado “História de Sinop: sociedade imobiliária noroeste do Paraná”, um dos vários textos que vieram a compor o livro “Mato Grosso: do sonho à utopia da terra”, organizado por Barrozo (2009). Neste estudo Souza aponta que:

A expansão das empresas capitalistas na Amazônia (latifundiários, fazendeiros e empresários), a partir de 1974, exerceu enorme pressão sobre os órgãos federais responsáveis pela política agrária brasileira. Entre estes destacavam-se a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), o Banco da Amazônia (BASA), a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outros. Esses órgãos atuaram no sentido de propiciar as condições de expansão do capital na região. O INCRA, ‘aprovando’ os projetos fundiários; a FUNAI, deslocando grupos indígenas de uma área para outra,. A SUDAM analisava e aprovava os projeto, liberando crédito e incentivos fiscais através do BASA e Banco do Brasil, para os projetos privados e para os programas governamentais na Amazônia.

No livro “Incertezas no Araguaia: a enxada enfrenta o trator”, Barrozo (2007) aponta as concepções diferenciadas do espaço que constitui a partir dos financiamento citados:

[...] de um lado estão os empresários que se apropriaram da terra com fins especulativos mantendo grandes áreas como reserva de valor(...). De outro lado, os produtores familiares (posseiros), para os quais a terra é um meio de reprodução da agricultura camponesa. Na sua concepção a terra é para viver e trabalhar. (BARROZO, 2007:37).

A cidade de Sonora tem que ser pensada em sua relação com as políticas públicas que configuraram o campo a partir de 1970. Para Oliveira:

[...] cidade e campo não podem ser compreendidos separadamente: estamos diante de greves de trabalhadores do campo que são feitas nas cidades. Movimentos de trabalhadores rurais sem terra caminham pelas estradas, acampam e lutam no campo e na cidade e marcham pela reforma agrária. A luta pela terra no campo só poderá ser feita e ganha na cidade. (OLIVEIRA, 1997 apud SOUZA, 2007:57 )

Estudar o processo de ocupação de Sonora no período posterior a 1970 requer a compreensão de que essa relação entre campo e cidade não é recente, tendo sido tratada em trabalhos tidos como clássicos, dos quais destacamos, “O campo e a cidade na história e na literatura” (WILLIAMS, 1989). Williams parte das representações na literatura sobre a vida no campo para discutir a divisão campo/cidade e ampliando o debate para a divisão do mundo entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Nesse debate as cidades se situavam nos países desenvolvidos e o campo nos países subdesenvolvidos, inaugurando uma forma de reinterpretar o imperialismo

As pequenas propriedades que não tiveram acesso aos incentivos da política agrícola não tiveram condições de se manter, devido a discriminação creditícia, principalmente as que foram minifundizadas devido à exploração do capital mercantil, e foram incorporadas às propriedades maiores, visto que os grandes proprietários se beneficiaram com estímulos governamentais.

No período posterior a 1970, o Estado que já havia promovido a distribuição de terras, nas colonizações públicas nas décadas de 1940 e 1950 do século XX, promoveu a “modernização do campo” e a incentivou a produção resultante das grandes propriedades tais como soja e cana-de-açúcar. Nesse contexto foi criado o Proálcool, definido em 1975, e acelerado a partir de julho de 1979, com a garantia da produção de álcool para suprir a deficiência dos derivados do petróleo.

A agricultura, naquele momento era vista pelas autoridades governamentais, como a solução da crise econômica, e desta forma, se fazia necessário aumentar a produção de alimentos, com o objetivo de combater a crescente inflação, aumentar a

produção exportável (soja) para amortizar a dívida externa e aumentar a produção de agroenergéticos (cana-de-açúcar) para se efetuar uma substituição parcial do petróleo importado .

A crise do petróleo do final de 1973, levou ao aumento exorbitante do preço do petróleo. O Proálcool foi criado nesse contexto, a partir da intenção de substituir as importações, e como resultado das políticas adotadas, visando driblar a crise foram tomadas medidas, noticiadas nos jornais consultados<sup>14</sup> ao longo da pesquisa.

Acerca da utilização de álcool em motores de carros, ainda no ano de 1978, investia-se em propagandas que valorizaram o investimento em biocombustível, sobretudo daqueles derivados do cultivo da cana-de-açúcar. Segundo o jornal Folha de Rondonópolis,

[...] já passamos da fase da mistura para o uso exclusivo do álcool etílico. São 500 veículos testados há quase um ano nas mais diferentes condições de trânsito, de utilização ou de forma de condução. E os resultados são estes: mesmo desempenho dos motores a gasolina; mesma potência; e no mínimo mesmo consumo dos motores a gasolina. (FOLHA DE RONDONÓPOLIS, 1978: 9)

Ainda em 1979, alguns outros jornais noticiavam a mistura de álcool como uma alternativa energética, destes, destacamos o Correio do Estado:

Segundo uma fonte do primeiro escalão do governo, o Centro Tecnológico da Aeronáutica aprovou a mistura de 25% de álcool na gasolina, assim como as novas misturas de gasolina com óleo diesel e de óleo diesel com óleo combustível. (CORREIO DO ESTADO, 1979:7)

Também em 1979, foi notícia, a falta de óleo diesel nos postos de combustível.

Cuiabá- Informação circulava ontem nesta capital, partindo de motorista que utilizam a rodovia Cuiabá-Porto Velho, dando conta que cerca de mil veículos estavam paralisados naquela rodovia, por falta de óleo diesel. Essa situação era prevista há cerca de um mês, com a redução das quotas de óleo diesel para o Estado de Mato Grosso. ( CORREIO DO ESTADO, 1979:3)

---

<sup>14</sup> Folha de Rondonópolis e Correio do Estado.

Em Mato Grosso do Sul a situação de crise energética foi noticiada pelo Correio do Estado,

Quase todos os postos de abastecimento de Campo Grande estão com seus estoques a zero e segundo as últimas previsões até amanhã, possivelmente, mais nenhum deles terá condições de abastecer veículos. Isso significa que durante três dias a capital de Mato Grosso do Sul poderá apresentar problemas relacionados a fornecimento. (CORREIO DO ESTADO, 1979:9)

Entretanto, o investimento do governo via Proálcool, não atingiu de forma homogênea todas as regiões do país como assegura Carrijo e Carvalho (2007):

(...) o PROÁLCOOL contribuiu para consolidar a hegemonia do Sudeste no cenário nacional, mais especificamente do estado de São Paulo, em detrimento de outras regiões. Dos projetos enquadrados no PROÁLCOOL até 1984, 60,1% pertenciam à região Sudeste, 19,3 à região Nordeste, 12,3% ao Centro-Oeste, 7,3 ao Sul e 1,1 ao Norte.

Os debates em torno dos efeitos positivos e negativos do Proálcool são intensos, o maior argumento utilizado pelos idealizadores do programa, era a geração de emprego, portanto, ressaltava-se os aspectos sociais para além dos econômicos que adviriam com a implantação do programa.

Em estudo intitulado “A produção de álcool: do Proálcool ao contexto atual”, Carrijo e Carvalho (2007), analisaram as opiniões de diversos autores acerca da problemática de geração de emprego durante o período áureo do Proálcool, os autores ressaltam nas interpretações que o programa teve alta capacidade de geração de empregos, porém trouxe como efeitos ao mercado de trabalho agrícola a sazonalidade do emprego na cultura de cana-de-açúcar, com concentração de trabalho na fase de colheita, e com outro agravante que diz respeito a grande desvantagem de flutuação da renda familiar, além da necessidade de migração durante o ano. Tudo isso aliado a precárias condições de habitações e de reprodução dos trabalhadores, com dificuldade ainda de freqüentar escolar dentre outras problemática.

As questões enfatizadas, que dizem respeito ao período áureo do Proálcool ainda se fazem presentes em regiões de cultivo de cana-de-açúcar, e a problemática da sazonalidade, bem como os inúmeros fatores já apresentados puderam ser

percebidas como fazendo parte da vida dos trabalhadores que migraram em direção aos canaviais de Sonora.

O problema maior que se colocou aos “benefícios” resultantes do Proálcool foi que estes foram aplicados para a satisfação de poucos, para tanto o governo concedeu enormes créditos subsidiados, para serem investidos em infra-estrutura e para a produção de cana-de-açúcar, que ao exigir terras férteis para sua produção acabou tomando o lugar de produtos que poderiam ser destinados à alimentação da população brasileira, e dentre outros motivos esse pode ser apontado como um dos que contribuiu para que esse tipo de cultura perdesse espaço agrário nas melhores terras. O resultado foi a elevação do custo de vida tornando cada vez mais penosa a sobrevivência do trabalhador.

Essa situação foi apontada por Magalhães et al (1991) que, utilizando-se de dados do IBGE, demonstraram que a área colhida com culturas alimentares, entre 1960-85, aumentou, em termos percentuais, praticamente iguais ao incremento da população, que foi de 93%. Porém os resultados para as culturas energéticas foram bem mais substanciais, apresentando incremento de 123%.

Em 1977 houve a divisão do estado que a partir dali passava a ser Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, de modo geral a expansão da agropecuária nos dois estados, teve como protagonista a grande propriedade rural que pôde contar com os projetos da política agrícola, que concedeu incentivo fiscal e crédito rural. A Companhia Agrícola Sonora Estância (CASE), se instalou na região que hoje corresponde ao norte de Mato Grosso do Sul, no ano de 1978, e pôde contar com os incentivos e créditos oferecidos pela política governamental de apoio às grandes propriedades.

Tarsitano (1990), realizou um estudo acerca dos dois estados e constatou que entre os anos de 1970 e 1985, houve uma redução no número de estabelecimentos rurais, enquanto a área ocupada apresentou crescimento contínuo. Para Tarsitano,

No estado de Mato Grosso do Sul, as áreas ocupadas com o cultivo da arroz sofreram acentuada redução, no seu lugar se implantou a soja, que a partir de 1980 se tornou o principal produto de exportação do estado. [...] Todas as microrregiões destes dois estados



apresentaram um grau de modernização da agricultura, nas regiões em que foi maior o emprego do uso de tratores e onde houve maior utilização de força mecânica nos trabalhos agrários, o uso da mão-de-obra dos trabalhadores decresceu. (TARSITANO, 1990)

Constata-se aí uma mudança no perfil da agricultura e da pecuária que resultou em alto grau de concentração da terra e de renda. Neste contexto coube aos trabalhadores um caminho que os deixou às margens da cultura econômica da sociedade contemporânea, que ao privilegiar uma minoria relega a maioria à exclusão, onde não lhe resta trabalho, a não ser nos períodos de maior exigência de mão-de-obra (colheita), sendo que este trabalho é oferecido sazonalmente e não possibilita ao trabalhador a manutenção sequer de sua subsistência e de sua família. Na concepção de Ianni,

É nessa situação que o bóia-fria, o cortador de cana, é levado a exaurir diariamente as suas forças (e, muitas vezes, as de membros da sua família: mulheres, velhos, menores, doentes etc.) a fim de garantir um *quantum* de trabalho necessário à reprodução da sua família. (IANNI, 2004:80)

O Estado, deveria servir a todos indiscriminadamente, mas historicamente, acabou refletindo os interesses do capital. Acerca da postura do Estado em relação aos grupos menos privilegiados da sociedade brasileira, Holanda (1995), assim se expressa:

Importa, de qualquer modo, relegar aos seus justos limites o domínio de certos princípios e fórmulas políticas. Aqueles pioneiros de nossa Independência e da República que em 1817 não desejavam em nada modificar a situação dos negros escravos, embora não reconhecessem o direito dessa situação, foram de uma sinceridade que nunca mais se repetiu no decurso de nossa vida de nação. Depois deles, os políticos mais prudentes preferiam não mencionar o ponto vulnerável de uma organização que aspiravam perfeita e coerente consigo mesma, ainda quando somente no papel. Não duvidaram um único momento de que a sã política é filha da moral e da razão. E assim preferiram esquecer a realidade, feia e desconcertante, para se refugiarem no mundo ideal de onde lhes acenavam os doutrinadores do tempo. Criaram asas para não ver o espetáculo detestável que o país lhe oferecia.

Mato Grosso do Sul e mais precisamente a região do Vale do Corrente se converteram em pólos expressivos da “modernização conservadora”, em detrimento

do trabalhador rural. E, pode-se dizer que, na perspectiva do capital esse processo foi bem sucedido na supra citada região.

### 2.3 - Questão Agrária em Sonora.

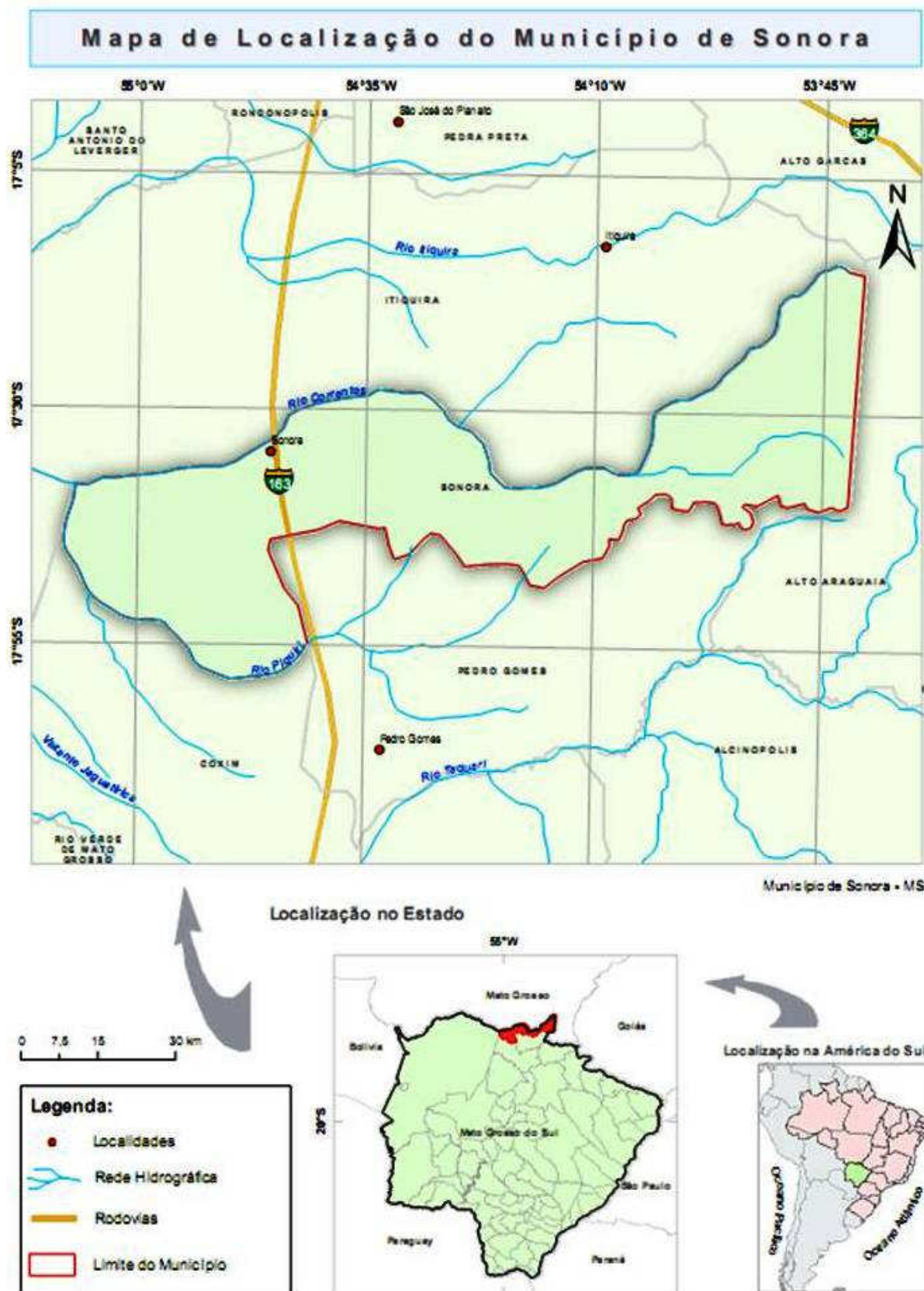


Imagem I: vista da entrada da cidade.

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal de Sonora. 2009

O município de Sonora, situa-se na região norte do estado de Mato Grosso do Sul, com acesso de Dourados pela Rodovia BR-163, a 364 km da capital (Campo Grande), próximo aos centros urbanos de Pedro Gomes, Coxim, Itiquira e Rondonópolis, além desses município, com exceção de Rondonópolis, estão incluídos como divisores naturais Corumbá (MS) e Alto Araguaia (MT).

## Mapa



Fonte: Mapa elaborado a partir de folhas topográficas do IBGE na escala 1:1.000.000

A área do município é de 4075 quilômetros quadrados sendo a urbana 406 hectares. A estimativa populacional é de 13.334 habitantes.<sup>15</sup>

**Quadro 01: Evolução da População por situação de domicílio (Sonora/MS 1991-2004)**

Ano	População Urbana	População Rural	Total
1991	9974	905	5879
1996	7387	1414	8801
2000	8074	1469	9543
2004	10413	1838	12251
2010 <sup>16</sup>	13434	1433	14867

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2004.

Dados elaborados: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa.<sup>17</sup>

Do total de habitantes, em torno de 80% reside na área urbana, e os outros 20%, reside na área rural. Isto pode ser explicado como o resultado de expropriação de mão-de-obra do campo, reflexo do que Palmeira (1989) chamou de uma “modernização conservadora” que se deu na agricultura a partir dos anos de 1960 e que teve efeitos perversos,

[...] a propriedade tornou-se concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo [...] (PALMEIRA, 1989)

<sup>15</sup> Fonte: IBGE, Resultados da Amostra do Censo Demográfico 2000 – Malha Municipal digital do Brasil: situação em 2001: IBGE, 2004. Acessado em 07/10/2010.

<sup>16</sup> As informações referentes ao ano de 2010, dizem respeito ao primeiros resultados do Censo 2010, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: 12/02/2011.

<sup>17</sup> Os dados supramencionados são provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/Divisão de Mato Grosso do Sul/Setor de Documentação e Disseminação de Informações. A tabela, refere-se à evolução da população por situação de domicílio, segundo os censos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980 1991, 1996, 2000 e 2004.



Neste quadro de “modernização conservadora” que se deu em 1978, houve a instalação de uma usina (CASE) de álcool, que atualmente também produz açúcar. Foi beneficiada por políticas destinadas ao setor sucro alcooleiro. No mesmo contexto de criação do Proálcool, criado em 1975, após a crise do petróleo, que ocorreu em 1973, e acelerado em 1979, devido a uma nova crise energética que assolou o país.

Os dados do quadro 01 refletem a concentração da população na zona urbana, processo resultante da formação das grandes propriedades com atividades voltadas ao agronegócio instaladas na região.



Imagem II: Parque industrial da Usina Sonora

Fonte: Acervo da Usina Sonora.

A imagem II do parque industrial da Usina Sonora é o exemplo mais claro do que está sendo discutido nesta dissertação para compreender o quadro geral de concentração de terras e riquezas, e da forma como se deu a atuação da agroindústria canavieira. Buscamos compreender a atuação da empresa latifundiária no desenvolvimento econômico do município, o estudo sobre a expansão da fronteira agrícola nos auxiliou na compreensão dessas questões.

Como resultado deste processo histórico, instalou-se a Usina Sonora que possui 28.657 hectares de terras na região estudada. Deste total 17005 hectares encontram-se destinados ao cultivo de cana-de-açúcar e soja no município de Sonora, o restante da área pertence ao município de Itiquira no estado de Mato Grosso.

Partindo desse princípio, buscamos entender as questões agrárias bem como as políticas governamentais que a tem direcionado, visto que aparentemente, a agricultura é a atividade motora daquele município. Ressaltamos a utilização do termo “aparentemente”, pois em reportagem de programa de televisão exibida em 11 de outubro de 2010, no programa “MSTV”, da TV morena, afiliada da Rede Globo, em matéria que fazia alusão aos municípios sul-matogrossenses, a cidade de Sonora foi apontada tendo como atividade motora, o cultivo de cana-de-açúcar. Entretanto ao analisarmos os dados do IBGE<sup>18</sup>, percebemos que a maior parte de área disponível para cultivo agrícola está ocupada com pastagens, o que aponta para a possibilidade de existência de terras improdutivas reservadas à especulação

A área total pertencente à Usina Sonora é de 28.657<sup>19</sup> hectares, deste total 6.207 hectares são de área não cultivada, sendo que 17.005 hectares destas terras estão no Estado de Mato Grosso do Sul, município de Sonora e o restante no

---

<sup>18</sup> Dados disponível no site do IBGE, no link “Lavoura Temporária-2009”, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>.

<sup>19</sup> Fontes: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2003; Malha municipal digital do Brasil: situação em 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Considera-se necessário observar que os dados do IBGE, referem-se à área de cultivo de cana-de-açúcar na região segundo o último censo agropecuário realizado no ano de 2001, entretanto com a crise da lavoura de soja houve na região uma redução da área de cultivo de soja e ampliação de pelo menos 15% da área de cultivo de cana, segundo informações do comprador de cereais da ADM do Brasil (empresa responsável pela compra da maior parte da soja produzida na região) Sr. Cleber Alves Feitosa. Essa ampliação das áreas de cultivo de cana provavelmente se deve à possibilidade de substituição dos combustíveis, questão amplamente discutida na atualidade e ainda à proposta de exportação de etanol.

Estado de Mato Grosso, município de Itiquira. Nos dois municípios são cultivadas áreas de soja e de cana-de-açúcar.

Verifica-se na região de Sonora a presença de grandes propriedades com áreas entre 1.000 e 14.000 hectares, voltadas basicamente para a produção agrícola mecanizada e a criação de gado de corte em regime extensivo. À primeira vista, e levado pelas propagandas de desenvolvimento agrícola existentes no município a impressão que temos é de que a área de agricultura é predominante em Sonora. Entretanto, como se pode observar no quadro 2 a situação parece ser inversa:

**Quadro 02: Utilização das Terras em Sonora - MS, até o ano 2004**

<b>Utilização das Terras</b>	<b>Total (ha)</b>
Lavouras Permanentes	81
Lavouras Temporárias	78.386
Lavouras Temporárias em Descanso	-
Pastagens Naturais	9.627
Pastagens Plantadas	147.700
Matas e Florestas	63.962
Matas e Florestas Plantadas	-
Áreas Produtivas não utilizadas	-
<b>Total de Área Cadastrada</b>	<b>312.980</b>

Fonte: Censo Agropecuário 2004 IBGE <sup>20</sup>

Elaboração dos dados: Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa

---

<sup>20</sup> Fonte: IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2006; Malha Municipal Digital do Brasil: situação em 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

Ao contrário do que se propaga acerca de uma região tida como altamente produtiva e considerando a ótica de maior racionalidade em torno do desenvolvimento, podemos constatar amparados nos dados fornecidos pelo quadro 2, que na região predomina a pecuária extensiva, com alta concentração de terras e em decorrência disso, altamente especulativa.

O mito de produtividade geral e irrestrita desmonta, se tomarmos a área total destinada à pecuária com predominância esmagadora e dividirmos pela quantidade de bovinos (cabeça) existentes, onde alcançamos:

- Área total destina à pastagem: 157.327 hectares, ocupando, aproximadamente 50% da área total.

- Quantidade de bovino (cabeça): 140.719.<sup>21</sup>

Com relação à produtividade pecuarista o resultado foi de aproximadamente 1,1 cabeças de gado por hectare de terra. A hipótese inicial era que a expansão da fronteira agrícola causou um processo de “modernização conservadora” e de exclusão do trabalhador rural e do pequeno proprietário, e que isto levou a instalação da propriedade latifundiária com concentração de terras e de renda. Disso podemos concluir que foi a concentração das propriedades de terras destinadas às pastagens, que ocasionaram a diminuta produtividade, e que os proprietários foram os maiores responsáveis por esta situação, provavelmente engendrada a partir de processos de expulsão e expropriação.<sup>22</sup>

A questão da concentração de terras também foi tratada por Silva (1983) para ele: “[...] Passada a euforia inicial, muitos começaram a se dar conta de que os frutos do crescimento acelerado do período 1967/77 [...] tinham beneficiado apenas uma minoria privilegiada [...]”

---

<sup>21</sup> Dados extraídos do censo agropecuário 2006 e de pesquisa de pecuária municipal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: 07/10/2010.

<sup>22</sup> Segundo fontes orais, teria havido, nos anos 60 e 70, assassinato de posseiros que ocupavam as áreas hoje sob domínio de latifundiários. Isso talvez explique a expropriação de pequenos produtores e quem sabe a origem da grande quantidade de terras adquiridas pelos proprietários da Companhia Agrícola Sonora Estância. Em entrevistas realizadas, obtivemos a informação acerca da provável existência das nações indígenas Bororo e Caiapó, que podem também ter sido expropriadas pelos mesmos posseiros ou grileiros que posteriormente de alguma maneira perderam suas terras.



É notório que os problemas no campo brasileiro são decorrentes de uma agricultura latifundiária, monocultora, concentradora de terras e de renda, que não se propõe resolver o problema da fome no país. Esse quadro diz respeito ao prolongamento da própria estrutura da colonização brasileira, explicada pelo sentido da colonização, como apontado por Gremaud et. al, em estudo no qual apresenta o sentido que Caio Prado Junior deu ao modelo de colonização que foi implantado no Brasil,

Mais importante é lembrar que, para Caio Prado Júnior, o “sentido da colonização” determina a estrutura da economia colonial, seja pela função que a colônia deve preencher como parte da expansão comercial européia, seja pela motivação do colono português que se dispôs à aventura colonial. (GREMAUD et al, 1997:14)

Este prolongamento da colonização legou, tanto ao modelo de propriedade dele decorrente, como ao trabalhador que participa desse modelo como mão-de-obra, esta que acaba se constituindo em mercadoria, objeto de produção e que ainda na contemporaneidade, não dispões de um estatuto tão melhorado, para a organização da formas de produção que atravessaram o tempo e conseguiram se manter, Gremaud et. al relata:

A grande propriedade responde a essa dupla determinação. Por um lado, o colono português via, na América, a oportunidade para estabelecer um negócio [...]. Porém, a grande propriedade também se impôs por outra ordem de razões: Caio Prado Júnior observa que em algumas áreas da América de clima tropical ou subtropical [...] ensaiou-se a implantação de um sistema de pequenas propriedades que cedeu lugar à grande exploração tão logo foram aí estabelecidas produções exportáveis. [...]. (GREMAUD et. al, 1997: 14)

Passado o período colonial, o campo começou a se industrializar gradativamente e passou a ser entendido como um conjunto de atividades econômicas que incluíam o monopólio e a terra como meios de produção. A continuidade disso no século XXI são os sofisticados complexos agroindustriais, que como já explicitado anteriormente e reforçado por Prado Jr.(1987), não resolveu o problema de abastecimento interno do país, pelo contrário, a modernização dos latifúndios e a formação dos complexos agroindustriais, juntamente com a incorporação de implementos e componentes agrícolas, ocorreu um aumento da

produtividade nos latifúndio, que produzem em sua maioria para o abastecimento do mercado externo, para o trabalhador esse aumento da produtividade não resultou em melhoria da sua qualidade de vida, pelo contrário lhe legou a condição de excluído social, com aumento do desemprego.

O desenvolvimento econômico do município está ligado aos interesses da produção em larga escala para atender o mercado externo, o que tornou um forte motivo para explicar o desenvolvimento excludente e contraditório. Os trabalhadores rurais continuaram enfrentando os efeitos da expansão da modernização agrária conservadora. No setor da agricultura canavieira, mais especificamente ocorreu a desvalorização e precarização do trabalho com o crescimento do número dos bóias-frias<sup>23</sup>. O desemprego é uma realidade que já se manifesta na região, e as ruas começaram a ser tomados por andarilhos reflexo do processo de exclusão social.

Outra problemática em relação à questão agrária que se apresenta são as propostas de soluções realizadas com objetivos político-eleitorais e que não alteram em nada a situação do trabalhador rural. A criação do assentamento “Carlos Alberto Roberto Alves de Melo” é dos exemplos dessa situação. Criado em 1994, no governo de Pedro Pedrossian, a região tornou-se reflexo de um modelo de assentamento rural que tende ao fracasso desde o primeiro momento, Antônio Oliveira Neto, em entrevista concedido no dia 28 de setembro de 2010, fez a seguinte observação acerca da problemática,

[...] Eu fui contra a criação daquele assentamento e continuo sendo contra até hoje, fui contra não por causa das pessoas, mas por causa da terra, se você for até aquele assentamento, vai ver que aquilo não é lugar de colocar pessoas pra trabalhar, seres humanos, aquilo é lugar de criar calango, de criar bode,só. [...] <sup>24</sup>

A situação apresentada descrita por Antônio Oliveira Neto mostra a realidade de um assentamento onde as condições de vida para quem intenta cultivar a terra se

---

<sup>23</sup> A título de exemplo da precarização das condições de trabalho e transporte dos trabalhadores do corte da cana, pode-se citar um acontecimento do ano de 1993 quando ocorreu um acidente com um caminhão que transportava trabalhadores sem o mínimo de segurança, grande parte das pessoas transportadas morreram no episódio. Recentemente ocorreu ainda a morte de um trabalhador depois de um dia no corte da cana, consta segundo informações dos colegas de trabalho que a morte teria ocorrido por exaustão.

<sup>24</sup> Entrevista concedida pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sr. Antônio Oliveira Neto.

apresenta como extremamente difícil. De acordo com Elias, morador do assentamento desde 1994,

[...] a situação é insuportável, a gente tem água encanada e rede de energia elétrica que fornece luz pra todas as casas, mas o maior problema é a terra, mora 220 famílias aqui, mas eu acho que não deveria passar de 100, porque na maior parte dos lotes a terra não é boa, só tem pedra. [...].<sup>25</sup>

A solução seria a criação de um novo assentamento, porém como não há uma política governamental de apoio firme e que dê sustentação à reforma agrária isso não deve acontecer em curto prazo, visto que essa era uma questão que já se apresentava durante a produção dos estudos conclusivos para a graduação e que ainda permanecem sem solução. O assentamento virou espaço turístico pela “cidade de pedra” existente no local, as imagens desta referida cidade aparecem no CD de propaganda distribuído pela prefeitura em 2008. Alguns agravantes, têm se apresentado aos assentados nos últimos anos, tais como a compra de lote por pequenos comerciantes da região o que contribui com discursos contra a reforma agrária, e engessam o potencial de melhoria de vida para o trabalhador rural<sup>26</sup>.

A tipologia produtiva representada no quadro 03, mostra a predominância das culturas latifundiárias existentes no município em contraposição ao diminuto cultivo de produtos de auto-sustento, o que revela a desigualdade de condições materiais de produção:

**Quadro 03: Tipologia de uso do solo (hectares), de Sonora - MS, dos anos de 1990 a 2008.**

Ano	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Sorgo	Cana-de-açúcar
1991	5.000	-	-	1.500	40.000	-	9.760

<sup>25</sup> Informações obtidas do aluno do 3º. Ano do Ensino Médio (Elias), que faz todos os dias o percurso de ônibus até Sonora desde o início do ensino médio pois na região do assentamento só há escola até a 8ª série do ensino fundamental. No lote onde mora com a família a única cultura que obtêm sucesso é o cultivo de abacaxi.

<sup>26</sup> Em visita ao assentamento Carlos Alberto Roberto Alves de Melo, estive conversando com muitos moradores e pude perceber que poucos dos que possuem lotes na região são pequenos agricultores, as terras em boa parte foram compradas por comerciantes locais, essa realidade contribui para fortalecer o discurso contrário a um projeto de distribuição de terras.

1992	3.000	-	-	1.500	40.000	-	10.315
1993	3.000	-	-	1.500	40.000	-	10.564
1994	1.000	-	-	1.500	42.000	-	10.546
1995	2.000	-	120	2.000	41.000	-	10.301
1996	1.000	-	200	4.000	42.000	-	12.800
1997	500	-	200	1.000	52.000	-	12.800
1998	500	-	200	1.000	52.000	3.000	14.800
1999	100	-	200	500	52.000	1.000	14.800
2000	-	-	200	2.015	50.000	2.000	14.800
2004	-	7	100	4.500	55.000	1.500	14.020
2008	-	-	40	11.000	55.000	9.000	12.830

Fonte: IBGE/ Supervisão Estadual de Pesquisas Agropecuárias/ Levantamento Sistemático de Produção Agrícola. 1990-2008. IBGE, Produção Agrícola Municipal 2003; .Malha municipal digital do Brasil: situação em 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

O quadro 03 comprova a hipótese de concentração de terras e de culturas em Sonora estudada, sem contar a área destinada à pastagem tratada anteriormente, fruto do processo de expansão da fronteira agrícola.

## 2.4 – Um “Olhar” Acerca da Questão Indígena

As questões referentes à concentração de terras no Brasil e como decorrência no estado de Mato Grosso do Sul, impuseram aos grupos indígenas a perda de territórios, acerca da diferença de concepção de terras para o indígena em relação à concepção dada pela sociedade abrangente, Fernandes aponta,

[...] é importante perceber que as sociedades indígenas têm sobre a terra um conceito diferente do nosso. Para nossa sociedade, a terra é uma mercadoria, um bem de capital passível de compra e venda. Ela pertence a pessoas, não a um povo; portanto se constitui em propriedade privada e somente tem direitos sobre a terra quem é seu proprietário. (FERNANDES,1993:80)

Ao tratar da questão indígena em um estudo acerca da questão agrária em Sonora, nossa intenção foi apontar que as conseqüências históricas do processo de concentração de terras e de renda também atingiram, sobremaneira, essas nações. O relatório arqueológico produzido pela Ponte de Pedra Energética em 2002, apontou a existência de grupos humanos na região há pelo menos 3500 anos, portanto, como já tratado, grupos indígenas já habitavam este território, entretanto não aparece na documentação com a qual entramos em contato a presença desses povos no período de ocupação recente, mas, de acordo com os estudos de Fernandes (1993), o território indígena é mais que a área efetivamente ocupada por eles,

Falar em território indígena significa dizer que este é um espaço da sobrevivência e reprodução de um povo, onde se realiza a cultura, onde se criou o mundo, onde descansam os antepassados. Além de ser um local onde os índios se apropriam dos recursos naturais e garantem sua subsistência física é, sobretudo, um espaço simbólico em que as pessoas travam relações entre si e com seus deuses. [...] a apropriação de recursos naturais não se resume em produzir alimentos, mas consiste em extrair matéria-prima para a construção de casa, para enfeites, para a fabricação de arcos, flechas, canoas e outros e, ainda em retirar as ervas medicinais que exigem determinadas condições ecológicas para vingarem. (FERNANDES, 1993:81)

A partir desta concepção de território indígena, podemos deduzir que, mesmo não existindo aldeias nos município de Sonora quando por ocasião da ocupação pelo capital, havia a possibilidade dessas terras se constituírem em território indígena pois,

Para que um povo possa viver e se reproduzir, necessita de muito mais terras do que as que utiliza simplesmente para plantar. E é justamente esse espaço da sobrevivência, com tudo que ele implica, que denominamos território. (FERNANDES, 1993:81)

Destacamos não haver feito um trabalho sistemático para identificar os territórios indígenas no período posterior a 1970, presumimos somente que, por

conta dos dados contidos no Relatório Arqueológico produzido pela Ponte de Pedra Energética, da presença de grupos humanos em períodos remotos, esse território de ocupação recente motivada pela cultura do capital, pode ter sido um dos motivos que levaram a mudança dos grupos indígenas para outras regiões, qualquer afirmação além desta poderia se constituir em especulação.

Mesmo não afirmando que houve expulsão desses grupos, o fato foi que houve apropriação de seu trabalho como mão-de-obra no trabalho do corte de cana-de-açúcar, até o ano de 1995. De acordo com Fernandes, esse tipo de atividade, levou à criação de projetos econômicos, a partir dos quais os índios não precisavam mais deixar suas terras para trabalharem em fazendas, de acordo com seu relato:

Os projetos econômicos também são justificados pela venda da força de trabalho fora dos limites da aldeia. Essa incorporação de índios no mercado de trabalho é de fato muito problemática, pois em geral são maltratados pelos patrões, recebem pouco, comem mal e, muitas vezes, são pagos com bebida. Os projetos então seriam uma alternativa viável para proteger essas populações dos maus tratos e da exploração que são vítimas quando trabalham como assalariados; através desse mecanismo, não seria necessário sair da aldeia para conseguir dinheiro para comprar os bens que desejam, pois em tese a renda dos projetos seria revertida para os que nele trabalharam. (FERNANDES, 1993:100)

Em entrevista com o ex-prefeito<sup>27</sup>, nos foi informado acerca da inexistência de nações indígenas na região, justificando dessa forma a não existência do órgão responsável no município (FUNAI).

Em entrevista concedida da no dia 22 de setembro de 2010<sup>28</sup>, pela senhora Francisca, nos foi informado sobre a utilização do trabalho de índios que vinham da cidade de Miranda, para trabalharem no corte da cana, até o ano de 1995.

Os índios ficavam alojados por até sessenta dias numa estrutura contendo quatro barracões grandes, onde organizavam-se em grupos, este era o espaço em que se desenvolviam todas as atividades domésticas e de lazer. “[...] a gente fazia 2-

---

<sup>27</sup> Sr. Luís Carlos Simões.

<sup>28</sup> Como muitas pessoas entrevistadas pediram para não terem o nome citado, optamos por utilizarmos pseudônimos.

3-4 barraco pra índio, cada grupo num barraco [...] aí depois fizeram uns barracão bem feito, de tijolo, coberto de teia, aí os índio ficava ali.”<sup>29</sup> Afirma Elminio.

“Ao passarmos pela estrada de acesso podíamos vê-los jogando futebol ou tomando banho em um riacho que passa próximo ao lugar onde ficavam os alojamentos”, relatou Dete<sup>30</sup>, moradora de uma fazenda da região. Além do mais “eles não eram autorizados a visitarem a cidade porque podiam beber e fazer arruaça na cidade” conclui a entrevistada.

Em entrevista com alguns índios Terenas ainda em 2002 quando estavam acampados próximo à cidade de Rondonópolis, momento em que haviam fechado a rodovia BR 163 e que reivindicavam terras para a construção de uma aldeia. Nos foi relatado que em algumas usinas de Mato Grosso do Sul que utilizavam o trabalho indígena, o mesmo era intermediado pelo “gato”<sup>31</sup>.

Os índios do acampamento Terena aludido que se dispuseram a falar sobre o assunto, relataram o quanto o trabalho era cansativo naquelas usinas. Os que não ficavam acampados, tinham que levantar às três da manhã para embarcar em caminhões que levavam até a usina. Todos os entrevistados deixaram transparecer a seguinte situação: “[...] o que se ganhava mal dava para o próprio sustento e da família, sendo que na maioria das vezes algumas usinas do Mato Grosso do Sul, contratavam inclusive o trabalho de mulheres e crianças indígenas para o trabalho nos canaviais.” Relatou dona Joana, que deu entrevista ao lado do marido Aristides, afirmando ter trabalhado na execução desta tarefa e contou o quanto era cansativo e mal remunerado o trabalho.

Levando-se em conta que para os índios o conceito de terra é bem diferente do conceito nas sociedades capitalistas, entre as quais a nossa, em que a terra se torna mercadoria, ou seja, um bem capitalizado, passível de compra e venda, que se constitui em propriedade privada na qual apenas o proprietário é quem tem direito. Essa questão foi trabalhada por Oliveira (1986), no livro “Modo de Produção

---

<sup>29</sup> Sr. Elminio Manoel Barros. Entrevista concedida em agosto de 2009.

<sup>30</sup> Entrevista concedida em agosto de 2009.

<sup>31</sup> “Gato” é a denominação regional para o agenciador de mão-de-obra, que geralmente superexplora os trabalhadores.

Capitalista e Agricultura”, em que o autor abordou o funcionamento da agricultura sob a égide do capitalismo, mostrando-nos como era a agricultura no regime feudal e o que mudou na produção agrícola na transição para o sistema capitalista. Segundo o autor a renda da terra se tornou capitalizada e sujeita ao capital e ainda às consequências da industrialização da agricultura. Para Oliveira (1986), a única alternativa para os problemas na agricultura brasileira é a superação do modo de produção capitalista.

Considerando a forma dos indígenas conceberem a terra, diferenciado-a entre a de trabalho e a sagrada, esse tipo de trabalho que lhes foi imposto para manter o mínimo necessário à sobrevivência foi, uma violência cometida em função de um modelo de produção altamente elitista, desonesto e injusto.

## **2.5 - Algo Inevitável: a questão ambiental**

A palavra “ecologia” tem ganho expressão nas últimas décadas, contudo a partir de 1989, que ela entrou na ordem do dia e, adquiriu força como movimento social, na luta contra os efeitos graves provocados pela forma com que essa sociedade tem tratado os recursos naturais, e causado preocupações não apenas em nível nacional, como apontou Fernandes (1993), mas também em nível mundial. As campanhas de conscientização refletem, em última instância os desgastes e a má utilização dos recursos, como sem precedentes na história. O tratamento dado ao campo tem contribuído para o agravamento dessa questão, o uso dos herbicidas, pesticidas, além dos problemas urbanos.

No tocante a região de Sonora, pode-se observar um discurso de conservação ambiental que não condiz com a prática de descaso. A Usina Sonora se mostra “preocupada com questões ambientais”, espalhando placas que circundam a cidade e informando a população de que participa de sistema de gestão ambiental, convidando as pessoas para a tarefa de cuidar do meio ambiente, reforçando, por exemplo, ser a população, responsável pelo meio ambiente e que deve colaborar com a organização do lixo.



Entretanto, essa preocupação se mostra ambígua na primeira investigação a respeito do assunto. Segundo um dos entrevistados, por durante três anos foi desenvolvida na usina o trabalho de retirada de madeira de lei na região do Pantanal:

Quando eu terminei de tirar essa madeira toda [...] Era tudo madeira de lei, o que fosse madeira de lei tinha que tirar tudo, tinha muito heim, muita madeira, naquela furna lá tinha muita madeira [...] <sup>32</sup>

Na secretaria do meio ambiente tivemos acesso a um documento intitulado “Relatório de Impacto Ambiental causado pela Companhia Agrícola Sonora Estância”. O relatório trata da instalação de uma “Pequena Central Hidrelétrica” (PCH) que foi instalada nas águas do rio Corrente, apesar de inicialmente indeferida pelo IBAMA, foi aprovada posteriormente, depois das modificações.

Além dos impactos causados pela PCH, ocorreu na região a implantação de uma usina hidrelétrica intitulada Ponte de Pedra, que segundo o mesmo relatório acarretaria uma série de transformações físicas, químicas e biológicas nas águas do rio Corrente. Os efeitos da construção desse empreendimento será discutido mais adiante, ao tratarmos dos efeitos do mesmo na vida das populações ribeirinhas.<sup>33</sup>

As conseqüências ambientais mais imediatas foram o desvio do leito do rio em 560 metros, antes de retornar ao rio Corrente. O relatório já previa rupturas, furos e transbordamentos de tanques e transformações que poderiam causar impactos significativos à qualidade das águas, isso sem contar com o lançamento de esgotos sanitários gerados tanto na fase de implantação quanto posteriormente, e mesmo a construção de fossas sépticas não foram suficientes para conter a poluição hídrica provocada por esses dejetos.

O relatório já alertava para questões que, de acordo com Gilberto dos Santos, se comprovaram no decorrer da obra como os problemas erosivos na área do canteiro de obras, além dos acidentes que vitimaram trabalhadores durante o processo, “um que morreu quando retirava a terra de um dos túneis e outro num acidente com energia no local.” De acordo com relato de Gilberto.

---

<sup>32</sup> Entrevista como Sr. Elminio Manoel Rosa, concedida em agosto de 2009.

<sup>33</sup> Fonte: Relatório de Impacto Ambiental da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

O processo erosivo citado causou degradação do solo devido às obras civis e construções de acesso. O meio biótico<sup>34</sup> também foi afetado como resulta da inundação de ecossistemas terrestres e cobertura vegetal, problemas apenas amenizados pelo resgate da flora e fauna desenvolvidos no espaço, houve ainda a supressão de 4 hectares de vegetação (cerrado alterado e mata ciliar).

Nas áreas próximas do canteiro de obras, casa de força e adjacências do canal de adução, ocorreu diminuição e desaparecimento de espécies vegetais que recobriam os paredões próximo de cachoeiras. Todos esses dados já estavam contidos no Relatório de Impactos Ambientais produzido no período anterior ao ano de 2002.

O mais grave foi a degradação do rio e a morte de peixes no período em que se fecham as comportas. Em entrevista com Rute Bispo, concedida no ano de 2004,<sup>35</sup> uma moradora da encosta do rio Correntes, na região do Pantanal nos relatou o seguinte:

Nunca imaginei ver uma coisa tão triste, quando fecharam pela primeira vez as comportas o rio todo secou, foi tanto peixe morto, a gente pegava os que ficavam nas margens se debatendo pra tentar por de volta no pequeno canal que ficou, mas a maioria morreu. Na verdade depois disso, nunca mais voltou a ter peixe naquele rio.<sup>36</sup>

Segundo os técnicos responsáveis o aspecto positivo na construção da barragem, seria a geração de empregos e renda. Entretanto, terminado o período de construção os trabalhadores foram demitidos e os impactos negativos permaneceram, além da degradação ambiental resultante da obra, o desemprego de

---

<sup>34</sup> O meio abiótico inclui fatores como solo, água, atmosfera e radiações. É constituído de muitos objetos e forças que se influenciam entre si e influenciam a comunidade de seres vivos que os cercam. O meio biótico inclui alimentos, plantas e animais, e suas relações recíprocas e com o meio abiótico. Informações disponíveis em: [WWW.seb-ecologia.org.br/viiiceb/pdf/1277.pdf](http://WWW.seb-ecologia.org.br/viiiceb/pdf/1277.pdf). Acessado em 25/11/2010.

<sup>35</sup> Entrevista realizada em 2004, por ocasião do desenvolvimento de um projeto de Educação Ambiental na Escola Estadual Comandante Maurício Coutinho Dutra, sob minha orientação e a participação das professoras, Maria Auxiliadora Rodrigues da Silva e Simone Moraes Júlio, juntamente com alunos do 2º ano do ensino médio.

<sup>36</sup> Entrevista concedida (09/2010) pela professora Débora Bispo, integrante da comunidade quilombola da família Bispo que está na região há mais de 50 anos.

centenas de trabalhadores, sobretudo vindos dos estados do Nordeste, e que voltaram para suas regiões de origem.<sup>37</sup>

À degradação apontada, soma-se a queimada da cana promovida pela usina no período do corte, a fumaça que exala da chaminé que fica na sede da usina, além do uso indiscriminado de herbicidas e inseticidas, a produção do vinhoto (dejeito químico resultante da produção de álcool e açúcar), devolvido ao solo, causando poluição e envenenamento progressivo do solo e da água, responsáveis pelo agravamento dos efeitos nocivos aos seres humanos.

O desmatamento das florestas da região causou um danos ambientais sérios, a abertura de crateras na parte baixa da cidade, fenômeno conhecido como Voçoroca, que se constitui numa questão abordado por políticos em períodos de campanha eleitoral, porém, na prática os esforços para solucionar o problema, ainda se mostram bastante tímidos, considerando só seria possível com a desapropriação de porção de terras da Companhia Agrícola Sonora Estância para reflorestamento do local.

É possível apreender a partir do quadro apresentado que o pretense desenvolvimento, fruto da expansão agrícola, além de excludente, não tinha em mente questões ecológicas.<sup>38</sup>

---

<sup>37</sup> Informações contidas no relatório produzido pelos alunos do 2º. Ano (ensino médio) por ocasião do projeto de Educação Ambiental, realizado em 2004.

<sup>38</sup> Esta problemática do desenvolvimento e do progresso será discutida de maneira mais aprofundada no terceiro capítulo, sobretudo a partir de idéias como as do livro “*O Mito do Progresso: ou o progresso como ideologia*” de Gilberto Dupas.

### CAPÍTULO 3 - A MODERNIZAÇÃO DO CAMPO E O SURGIMENTO DA “GENTE DESCARTÁVEL”

O branco açúcar que adoçará meu café  
nesta manhã de Ipanema  
não foi produzido por mim  
nem surgiu dentro do açucareiro por milagre.

Vejo-o puro  
e afável ao paladar  
como beijo de moça, água  
na pele, flor  
que se dissolve na boca. Mas este açúcar  
não foi feito por mim.

Este açúcar veio  
da mercearia da esquina e tampouco o fez o Oliveira, dono da mercearia.  
Este açúcar veio  
de uma usina de açúcar em Pernambuco  
ou no Estado do Rio  
e tampouco o fez o dono da usina.

Este açúcar era cana  
e veio dos canaviais extensos  
que não nascem por acaso  
no regaço do vale.

Em lugares distantes, onde não há hospital  
nem escola,  
homens que não sabem ler e morrem de fome  
aos 27 anos  
plantaram e colheram a cana  
que viraria açúcar.

Em usinas escuras,  
homens de vida amarga  
e dura  
produziram este açúcar  
branco e puro  
com que adoço meu café esta manhã em Ipanema.

O açúcar, Ferreira Gular

Neste terceiro capítulo, buscamos relacionar a produção dos discursos num contexto de desenvolvimentismo que tomava conta do país e a criação da cidade de Sonora, considerando a importância dos projetos de modernização pensados e financiados pelo Estado na formação daquele espaço. Trabalhamos com discurso presentes nos jornais publicados nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul entre os anos de 1974 e 1978, no intuito de apontar a importância da imprensa nos ideais desenvolvimentistas do período. Procuramos ainda nos conceitos de “progresso” e “desenvolvimento”, entender a dinâmica da expansão da fronteira agrícola dentro da qual a cidade de Sonora foi forjada. A partir das reflexões conceituais de “modernidade” e de “progresso”, apontamos que havia uma visão modernizante imperando no Brasil no período posterior a 1960, que teve grande peso na formação dos espaços urbanos em nosso país. Na parte final deste capítulo procuramos apontar como o “progresso” e o “desenvolvimento” propiciaram o descarte de pessoas, sobretudo os cortadores de cana do Vale do Corrente.

### **3.1 – O Discurso de Desenvolvimento e a Criação da Cidade de Sonora**

No dia 11 de outubro de 2010, foi exibida uma reportagem pela TV Morena, afiliada da Rede Globo em Mato Grosso do Sul, em comemoração à data da divisão do estado de Mato Grosso, que tratava dos principais aspectos de cada um dos municípios do estado.

O primeiro município a ser abordado foi o de Sonora, denominado pela imprensa de “Princesinha do Norte”, e que chamou-nos atenção pela forte presença do discurso de progresso num texto de uma reportagem, segundo a qual Sonora seria uma cidade marcada pela dinâmica do desenvolvimento. A Usina Sonora, por sua vez, foi apontada, na reportagem, como a dinamizadora desse desenvolvimento, e a maior geradora de empregos na região onde pela notícia, de cada 4 habitantes, 3 trabalham na Usina. A cidade foi apontada ainda como sendo espaço de diversidade de pessoas, visto que os trabalhadores da Usina são provenientes de diversos lugares do país, sobretudo da região Nordeste e da região Sul.

Acerca da produção dos discursos e das ideologias que normalmente os cercam, cabe observar que:

O termo ideologia pretende marcar a ruptura com as representações que os próprios agentes querem dar da sua própria prática: ele significa que não se deve tomar à letra as suas declarações, que eles têm interesse, etc.; mas, na sua violência iconoclasta, ele faz esquecer que a dominação à qual é preciso escapar para o objectivar só se exerce porque é ignorada como tal; o termo ideologia significa também que é preciso reintroduzir no modelo científico o facto de a representação objectiva da prática dever ter sido construída contra a 'verdade objectiva' desta experiência ser inacessível à própria experiência. (BOURDIEU, 1999:49)

Ressaltamos que o discurso do desenvolvimento, pode ser considerado histórico neste país, tendo ganho força com as políticas de cunho desenvolvimentista dos anos de 1960, com o advento do regime civil militar inaugurado com o golpe de 1964, para Moraes Silva,

[...] No Brasil, o debate da modernização identificada à industrialização já vinha ocorrendo desde os anos 50, quando a dicotomia dos dois Brasis acirrou-se em torno do velho, arcaico, atrasada, identificados ao rural, e do novo, desenvolvido, industrializado, identificados ao urbano. [...] a implantação di regime militar representou a vitória da tese da modernização. [...] (MORAES SILVA, 1999:35)

A necessidade de falar acerca do progresso e do desenvolvimento atingido pelas regiões são características das propagandas veiculadas pela mídia ainda no decorrer dos últimos anos, o exemplo da reportagem mencionada é elucidativo. Esse modelo de propaganda não abre espaço, por exemplo, para a reflexão do porquê parte dos moradores da cidade são funcionários da Usina Sonora, o que se explica pelo fato de que todas as terras do perímetro urbano, pertenceram inicialmente à usina. Os moradores de Sonora têm problemas com a regularização de seus lotes residenciais, devido ao fato de que os mesmos ainda estão em nome da referida usina<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> A Escola Estadual Comandante Maurício Coutinho Dutra (única no município mantida com verbas do governo estadual) foi construída em terreno da companhia agrícola, situação apontada pelo diretor Valteodom Martins de Moraes como um empecilho na liberação de recursos, recentemente, foi autorizado a construção de quatros salas

Ao concentrar terras, a Usina Sonora também concentra mão-de-obra, visto que não disponibiliza espaço para a construção de novos postos de trabalho. Quanto ao discurso de valorização da diversidade destacamos o fato de que os cargos executivos estão em mãos de sulistas<sup>40</sup>, enquanto os cortadores de cana, entrevistados e todos os que conhecemos desde que chegamos a região no ano de 1991, são de origem nordestina<sup>41</sup>.

Os projetos de modernização ainda estão em andamento, e baseando-se nesses “[...] projetos modernizantes, todo um mundo assentado em relações específicas com a terra e dos homens entre si foi determinado a desaparecer [...]” (MORAES SILVA, 1999:45). O acesso a cargos variados de acordo com a origem, pode ser tido como exemplo de que, para os trabalhadores a modernização ocorrida, sobretudo nas atividades agrícolas, foram extremamente excludentes de acordo com o que podemos apreender historicamente. Para Moraes Silva,

[...] Os proprietários de terras garantiram a dominação política em troca da aceitação da modernização agrícola. No que tange aos expropriados, além das possibilidades de serem “bóias-frias, restou-lhes aquela de “queimarem chão” em busca de trabalho ou da ilusão de outras terras, por meio da implantação de colônias oficiais, ou de deslocamento da fronteira agrícola para as regiões Centro-Oeste e Norte do país. [...] (MORAES SILVA, 1999:67)

A ação do Estado na constituição dessa realidade ocorreu quando:

O Estado intervencionista, orientado pelos princípios dos valores de troca e do dinheiro, por meio do direito positivo, destrói as bases de um mundo ainda regulado pelo valor de uso. Nesse sentido, o caráter do direito é duplamente violentador. Exerce a violência explícita e aberta contra os homens e a natureza ao lhes impor novos códigos,

---

para funcionamento de laboratórios e as verbas só não foram devolvidas para o governo do estado porque havia um outro terreno em nome da Secretaria Estadual de Educação e por uma manobra legal os recursos foram mantidos. Esse tipo de manobra mostra a problemática de regularização das terras no perímetro urbano, sem contar que, há uma espécie de monopólio de geração de empregos, visto que por ser dona das terras que compõem o entorno do núcleo urbano, a companhia é quem define se vende ou não os lotes para o estabelecimento de novas atividades econômicas. Essas questões estão aliadas ao fato de que o poder público local depende também dessa liberação de lotes para a construção de habitações, porém o que se nota é uma relação de parceria entre prefeitura e companhia agrícola, pois em geral, prefeitos e vereadores eleitos contam com apoio econômico e ideológico da referida companhia. Estas considerações apontadas, sustentam-se em anos de observação e em inúmeros relatos obtidos durante a pesquisa que, normalmente não são citados neste texto, uma vez que as pessoas pediram para não serem identificadas.

<sup>40</sup> Os cargos executivos são exercidos por pessoas vindas sobretudo, da região Sul do país, isso ficou notório inclusive nas entrevistas feitas pela referida reportagem, exibida no dia 11 de outubro de 2010, no Programa MSTV 1ª edição, da TV Morena, afiliada da Rede Globo.

<sup>41</sup> Foram entrevistados 8 cortadores de cana cuja origem são os estados do Piauí e do Maranhão.

e a violência simbólica, também contra os homens e a natureza ao negar os valores de seu conteúdo imaginário.[...] (MORAES SILVA,1999:45)

O trabalhador é contratado para empreender uma atividade que só garante sua existência a partir de um esforço que beira os limites do humano, pois de acordo com os entrevistados, a quantidade de cana a ser cortada para obter um salário razoável, varia de 250 a 300 metros diários, tendo trabalhadores que chegam a cortar 600 metros por dia, o que equivale a praticamente 10 toneladas de cana cortada.

Quando esse trabalhador vê na precária condição de vida que leva, uma responsabilidade apenas sua, podemos dizer que este, além de ser vítima do que Bourdieu chamou de “violência simbólica”, é vitimizado por uma exploração que não pode ser vista apenas como implícita, mas escancarada na qual sua sobrevivência depende de uma carga de trabalho que em alguns casos leva a extinção de sua existência<sup>42</sup>. Acerca da atribuição que o trabalhador dá a si mesmo Djik (2008) aponta que há um poder que é exercido e que se dá em forma de controle ou:

[...] de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros. Tradicionalmente, controle é definido como controle sobre as ações de outros. Se esse controle se dá também no interesse daqueles que exercem tal poder, e contra os interesses daqueles que são controlados, podemos falar de abuso de poder. Se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar do controle sobre os discursos de outros, que é uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados: [...] (DJIK, 2008:17-18)

A realidade dos trabalhadores do açúcar já foi retratada em inúmeros trabalhos e as semelhanças até mesmo em relação a produção diária foram apontadas em outros estudos, como o de Moraes Silva (1999) que trata da expropriação de trabalhadores da região do Vale do Jequitinhonha – MG e das

---

<sup>42</sup> Os casos de morte por exaustão não são mencionados pelos funcionários da usina, entretanto há dois meses um trabalhador deu entrada no hospital depois de fortes dores no peito, que o levou a morte, o diagnóstico dado foi parada cardíaco-respiratória, a família diz que ele foi vítima do esforço feito no canavial para aumentar a quantidade de cana cortada e consequentemente ter uma melhoria em seu salário. Outro exemplo foi de um trabalhador que dormiu no eito durante o período noturno, provavelmente vítima do cansaço e foi morto pela máquina que recolhia a cana. Por meio da pesquisa de campo tive acesso a depoimentos deste tipo, entretanto as pessoas pediram para não serem identificadas, o que mostra que a violência existente nas relações de trabalho vão muito além do simbólico e se dão com muita força no campo material.



atividades desenvolvidas por essas pessoas nas usinas de cana em São Paulo. Moraes Silva aponta em seu estudo a figura do “bom cortador de cana” como sendo aquele que tem sobre si:

[...] o controle e a disciplina no ato do trabalho, que são exercidos por um pessoal especializado: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam os níveis de produtividade, a qualidade do corte, a medição da cana cortada, o registro da quantidade cortada por trabalhador. [...] os trabalhadores são submetidos a uma dura disciplina, cujos resultados são o aumento dos níveis de produtividade. [...] a figura do “bom cortador de cana”, aquele que corta em torno de dez toneladas diárias.

Os destinos desses trabalhadores, expropriados, desterritorializados, buscando manter uma identidade com seu lugar de origem, mas tendo apenas a cidade de Sonora como o espaço possível de existência, uma existência caracterizada pela sazonalidade, em que a família e tudo o que tem valor para esses trabalhadores, não passa de algo distante ao longo de suas vidas, muitas vezes tendo a existência reduzida, por conta da exigência que as atividades desenvolvidas requerem de seus corpos, submetidos a obrigações de produção que beiram o limite do não humano.

Os destinos desses trabalhadores foram traçados, de certa forma quando historicamente, sobretudo no período posterior ao “Milagre Econômico”, houve a opção por parte do Estado brasileiro em particularizar o acesso à terra. Naquele contexto de modernização das atividades agrícolas, houve a opção pela grande propriedade que resultaram nas atuais empresas rurais altamente lucrativas nas quais a terra em si não possui valor, constituindo-se apenas em instrumento de reserva e produto para especulação com garantia de financiamentos e de empréstimos bancários.

Recentemente, em entrevista com um trabalhador do setor administrativo<sup>43</sup> em uma dessas empresas rurais do município de Sonora, ouvimos uma história que exemplifica o que estamos discutindo, o proprietário de uma fazenda no município vem concentrando terras por meio da compra que em geral foi financiada por bancos

---

<sup>43</sup> Entrevista concedida no dia 27/10/2010, por Cleber Alves, analista administrativo da Empresa Agrícola Zanin Agropecuária,

para serem pagas por parcelas que levarão décadas para serem quitadas, sua propriedade atualmente está concentrada em 7 mil hectares.

Mas o que mais nos chamou atenção nesta entrevista foi um comentário acerca da aquisição de uma fazenda de 500 hectares, comprada pela empresa Zanin Agropecuária, em novembro de 2010. O proprietário, da fazenda não agüentou a pressão dos bancos e vendeu a propriedade, que em seguida foi comprada pela Zanin Agropecuária. Vale observar que os novos proprietários não se dispuseram sequer a ir visitar as novas terras adquiridas, exemplo de que os benefícios creditícios advindos da aquisição é que se constitui em atrativo, não a terra.

De acordo com os dados do IBGE<sup>44</sup>, há apenas uma lavoura permanente com cultivo de árvores para extração de látex (6 hectares). Predominam na região as lavouras temporárias com cultivo de apenas 5 hectares de abacaxi e 40 de mandioca. Produzidas na região do assentamento onde estão as únicas propriedades com extensões menores, pois predomina no município de Sonora as grandes propriedades, com o cultivo de cana-de-açúcar de propriedade da Companhia Agrícola Sonora Estância cultiva 12830 hectares, dos mais de 17000 apontados no capítulo 2. O restante das terras agricultáveis do município, destinam-se ao cultivo de milho (11000 hectares), soja (55000 hectares) e sorgo (9000 hectares). Sendo que sorgo, milho e soja, geralmente são cultivados numa mesma propriedade em períodos diferentes do ano.

As dimensões territoriais das propriedades rurais variam entre 40 e 17 mil hectares, sendo que o modelo dominante concentra-se em torna das grandes propriedades, como já foi apontado anteriormente no capítulo II, primeiro no quadro 2, em que aparece a utilização das terras em Sonora e depois no quadro 3, em que foi sistematizada a tipologia de uso do solo por hectares em Sonora entre os anos de 1990 e 2008.

A estruturação dessas propriedades também já foi retratada em capítulos anteriores, momento em que apontados os caminhos históricos das decisões políticas no Brasil que levaram a esse modelo de organização agrária em nosso

---

<sup>44</sup> Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: 12/02/2011.

país. Cabe ressaltar a ação da CEPAL para o entendimento deste processo. A CEPAL foi criada em 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), dentro de um contexto de desenvolvimentismo, momento em que no Brasil, por exemplo, ganhavam força políticas de amparo à produção energética como, por exemplo, o Proálcool. Sua criação relaciona-se com a idéia de monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, seria uma espécie de solução para os países latino americanos, vista por esses mesmos países, além de assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo.

De acordo com as informações do site da CEPAL:<sup>45</sup>

Desde os seus primórdios, a CEPAL tem buscado promover o desenvolvimento econômico e social e a cooperação entre os países, mediante vários trabalhos que, sem ignorar as contribuições genéricas da análise econômica, contemplam as características particulares e os problemas específicos das nações da América Latina e do Caribe.

Foi neste contexto de modernização que começou ganhar força os discursos que defendem a necessidade de o Brasil abandonar o atraso, entrando em “nova era” de desenvolvimento.

### **3.2 – O Discurso de Modernização nos Jornais (1974 – 1978)**

A pesquisa com jornais referente ao período que nos dispomos a estudar ainda na fase de confecção do projeto de pesquisa a ser apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Federal de Mato Grosso, foi nos conduzindo a uma necessidade de compreender os discursos que ganhavam espaço significativo na mídia escrita daquele período, e fomos percebendo também que havia uma necessidade de compreendermos um pouco mais acerca de temáticas com as quais não estávamos familiarizados. Optamos em buscar no texto de Foucault a chave de leitura que nos permitisse entender a relação entre nossa

---

<sup>45</sup> <http://www.eclac.org/> acessado em: 12/02/2011.

pesquisa e a temática dos discursos que invariavelmente passavam por ela. Foi em “A Ordem do Discurso” que percebemos que “[...] Você não tem que temer começar; estamos todos aí para lhe mostrar que o discurso está na ordem das leis; que há muito tempo se cuida de sua aparição;[...]” (FOUCAULT, 2009:07)

No tocante ao tema da modernização e do progresso dentre os jornais consultados, destacamos “Diário de Cuiabá”, “Tribuna do Centro Sul” e “Jornal dos Municípios Matrogrossenses, as notícias apresentadas a partir desses jornais, remetem a necessidade naquele período de reforçar esses ideais:

O Departamento de Estradas de Rodagem de Mato grosso, terá enriquecido o seu acervo de equipamentos pesados, com a aquisição de 2 tratores de esteira com potência de 120 a 150 HP, 3 motoniveladoras com peso de 11 a 13 toneladas aproximadamente e mais 3 pás carregadeiras com capacidade de retirada de 1,50 a 1,75 metros cúbicos. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1974, N. 1361:1)

Esta referência a aquisição de equipamentos parece fazer coro ao ideal de modernização no qual os novos espaços foram sendo conquistados. O apelo a tecnologização pode ser percebido nas minúcias que o jornal destaca em relação ao tipo de equipamento adquirido. Nesse contexto desenvolvimentista, levar energia para as regiões inóspitas do país, também estava na ordem do dia:

Através de contrato, a cuja cerimônia de assinatura, realizada no Rio de Janeiro, esteve presente o governador José Fragelli, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico concedeu novo financiamento à Centrais Elétricas Matrogrossenses, da ordem de 90 milhos, 411 mil e 510 cruzeiros, que permitirá à empresa construir no Estado mais duas usinas térmicas, nove linhas de transmissão e seis subestações, eliminando o problema da demanda de energia em Mato Grosso. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1974, N. 1444:1)

No governo de Garcia Neto a proposta de construção de novas malhas viárias apontavam para uma política iniciada ainda no Governo Vargas, de “ocupação dos espaços vazios”, que continuou nos anos de 1975. Segundo o jornal Diário de Cuiabá,

O governador eleito de Mato Grosso, Garcia Neto, informou, após entrevistar-se com os ministros da Fazenda, Planejamento e Interior, que a principal meta de seu governo será a plena implantação da chamada “malha” do Pantanal, por meio da construção de estradas

vicinais, as Transpantaneiras, que permitirão uma grande economia à agropecuária. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1975, N.1538:1)

Nota-se que a preocupação era com as atividades agrícolas voltadas para a produção em grande escala, portanto, atendia interesses de determinados grupos econômicos, no tocante a distinção de grupos sociais que são atingidos pelos discursos criados e reproduzidos naquele momento. Dijk (2008), assim se manifesta:

[...] estruturas discursivas polarizadas desempenham um papel crucial na expressão, na aquisição, na confirmação e, portanto, na reprodução da desigualdade social. Note, no entanto, que esse tipo de relação entre estruturas discursivas e estruturas sociais não é uma simples relação causal de correlação. Antes, temos que considerar um processo sociocognitivo bastante complexo, envolvendo, por exemplo, os modelos mentais ou outras representações cognitivas dos participantes. Também temos que explicar como esses são influenciados pelas estruturas discursivas, por um lado, e influenciam a interação (e, portanto, os discursos futuros), pelo outro. (DIJK, 2008:14)

Ao lado do discurso de progresso, levantava-se questões que tinham relevância já, naquele momento, e que legitimavam o ideal do progresso: “A preocupação básica reside em compatibilizar a proteção ambiental com o Desenvolvimento Econômico e Social, sem erros de avaliação que representem obstáculos ao progresso do país.” (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1975, N.1545:8). Esse apelo às questões ambientais, fazem-se presentes, no que diz respeito à Usina Sonora. Os discursos em prol do meio ambiente afastam-se da realidade de degradação com que convivem os moradores da cidade.

Além do desgaste ambiental proveniente do cultivo de cana-de-açúcar, a produção de soja em larga escala é bastante impactante, como aponta Bickel (2003) em dissertação de mestrado intitulada “Brasil: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar”. Esse estudo aponta que o cultivo da soja no Brasil teve um considerável êxito econômico, entretanto, trouxe uma série de problemas dos quais destacam-se:

[...] no âmbito ecológico, o desmatamento, a perda de biodiversidade, a poluição das águas pelo uso de agrotóxicos e, consequentemente, a crescente instabilidade dos ecossistemas, além da problemática dos transgênicos. No ano de 2002, o desmatamento no Brasil

chegou a 2,55 milhões de há, enquanto 70% do aumento da área agrícola, só na Amazônia (em 1,1 milhão de há), foi por conta da expansão de soja. (BICKEL, 2003:7)

O autor aponta ainda o desgaste sofrido pelo cerrado que está sofrendo cortes rasos severos, além de perdas irreversíveis de sua vegetação e biodiversidades originais. Outro agravante diz respeito ao uso de agrotóxicos. Segundo Bickel (2003), o Brasil figura como o terceiro maior consumidor de agrotóxicos, utilizando-se, sobretudo de venenos agrícolas aplicados no cultivo da soja.

Segundo Martinez (2010) esse processo de desgaste ambiental, acelerou-se a partir da década de 1970, com o crescimento das cidades, a expansão da grande propriedade agrícola, que devorou áreas indígenas, além de chácaras e sítios, que foram substituídas por fazendas de gado, laranja e cana.

O trabalho mecanizado, o crédito bancário e os modernos insumos agrícolas invadiram a terra. O que restava da mata, dos rios, dos córregos e das alas de casa de tijolo aparente das velhas colônias foi transformado sob o padrão da agricultura estimulado pelo governo militar com muita propaganda oficial. [...] Houve uma verdadeira revolução verde, que pode ser considerada a mãe do agronegócio. A paisagem agrária dos cafezais foi sucedida pela paisagem despovoada de fauna e flora, de rios espremidos entre as plantações de solos erodidos. (MARTINEZ, 2010:29)

Estas questões ambientais são decorrentes de um projeto desenvolvimentista que, de acordo com Fonseca (2004), em geral é associado no Brasil aos governos a partir da década de 1950, como de Vargas e JK. Entretanto, para o autor se partirmos para uma análise mais abrangente, que mesmo com o advento dos regimes militares, a implementação de políticas desenvolvimentistas continuaram vigorando no país.

Na falta de uma definição mais precisa, o desenvolvimentismo é muitas vezes confundido com outros fenômenos associados a ele em experiências históricas mais típicas: defesa da industrialização e do intervencionismo, que vai desde políticas econômicas expansionistas, pró-crescimento, até o planejamento e a criação de empresas e bancos de fomento estatais, geralmente emoldurados por uma retórica com apelos ideológicos nacionalistas.

No ano de 1975, conforme foi possível observar, a ideia de desenvolvimento entusiasmava, conforme aponta o jornal “Diário de Cuiabá”:

Dizendo-se entusiasmado com o desenvolvimento econômico e social de Mato Grosso, o Sr. Paulo Lira, presidente do Banco Central do Brasil [...] manifestou o desejo de voltar brevemente ao Estado, “com um pouco mais de tempo”, a fim de conhecer algumas cidades a mais e visitar o Pantanal. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1975, N. 1542:1)

Os investimentos econômicos advindos do Estado e que garante a viabilidade do desenvolvimentismo são explícitos:

Convênio no valor de 270 milhões de cruzeiros, a serem aplicados em obras rodoviárias e energética, foi assinado ontem em Brasília entre o Governo de Mato grosso e o Ministério do Interior, dentro do Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal. [...] (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1975, N. 1561:1)

Em relação a ação empreendida por parte do governo de ocupar os “espaços vazios”:

Representando o presidente Ernesto Geisel, Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda fez um discurso com incursões no campo político-econômico do Governo Federal. Analisou a política de ocupação dos grandes espaços vazios que o Brasil tem necessidade de realizar, mas que carece de planejamento e de apoio que o Governo possa oferecer, representado pelo Banco do Brasil. Acrescentou que “o desenvolvimento de Mato Grosso é algo que emociona pelo que significa” e relacionou à produtividade nacional direcionada para a “nossa verdadeira vocação de nação plenamente desenvolvida”. [...] (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1976, N. 2003:7)

E para dinamizar o referido desenvolvimento, havia necessidade de mais investimentos em tecnologia:

Afirmando que a partir daquele momento o Projeto de Mecanização Agrícola do Estado estava se transformando em realidade palpável, o Secretário Edmundo Taque da Agricultura anunciou o resultado da concorrência pública feita pela CODEAGRI para a aquisição de 92 unidades de tratores de esteira que serão utilizados com o objetivo de incorporar, no espaço de 5 anos, mais de um milhão de hectares ao processo produtivo de Mato Grosso. (DIÁRIO DE CUIABÁ, 1976, N. 2006:1)

No tocante a instalação de empresas responsáveis pela comercialização de implementos agrícolas de alta tecnologia instaladas na região norte do estado de Mato Grosso do Sul, assim se referiu o jornal Tribuna do Centro Sul:

Estivemos em contacto com Sr. Paulo Ortiz Junior, da TRAMAQ, ocasião que obtivemos várias informações de interesse de nossa região.

Primeiramente soubemos que a TRAMAQ é revendedora exclusiva dos produtos MASSEY FERGUSON para os municípios de Rio

Verde, Coxim e Pedro Gomes, com instalação nas duas primeiras cidades e com planos para brevemente instalar-se em Pedro Gomes. (TRIBUNA DO CENTRO SUL, 1977, N. 80: 1)

Nesses discursos os termos desenvolvimento e progresso parecem referir-se a um mesmo processo, entretanto, cabe salientar que, do ponto de vista histórico os dois conceitos ocupam temporalidades diferenciadas. Para Fonseca (2004), a palavra desenvolvimento substitui gradualmente o progresso, de matriz positivista, mas desta herda a noção de marcha progressiva, de evolução, de um destino da história, e nesta concepção caberia ao governo estar à frente da marcha do desenvolvimento, ou da construção de uma nação desenvolvida. Não foi ao acaso que o nome do projeto lançado por Vargas recebia o nome de “Marcha para o Oeste”.

Em 1978, as publicações de jornais de circulação do norte do atual Mato Grosso do Sul, apontam para a permanência do ideal de progresso:

O governador Garcia Neto, recebeu domingo último o título de cidadão honorário de Pedro Gomes, o que significa segundo Moisés Jajah Nogueira, assessor da Câmara e orador oficial da solenidade, “o reconhecimento pelo que o Estado vem realizando, com um esforço concentrado em fazer chegar ao Interior os benefícios do progresso”. (JORNAL DOS MUNICÍPIO MATOGROSSENSES, 1978, N. 43:5)

O estudo de Dupas (2006), acerca da temática do progresso, aponta que este levou a um modelo de sociedade que exhibe fissuras e fraturas, no qual:

[...] percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de *progresso*; mas esse *progresso*, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento. (DUPAS, 2006:11)

Observar a região do Vale do Corrente, tendo em mente a produção dos discursos produzidos no momento de sua (re) ocupação, nos permite perceber que os projetos de modernização que foram criados e veiculados na mídia como sendo o caminho para a melhoria conseguida por meio dos investimentos em



desenvolvimento, não passavam de falácias, exemplo disso pode ser notado na existência de pessoas que vivem em quartos durante a maior parte de suas vidas, em que a realidade do trabalho nos canaviais mostra que o progresso e seu decorrente, o desenvolvimento, ainda não lhes atingiu.

### **3.3- Progresso e Desenvolvimento em uma “cidade sem passado”**

O filme “Uma Cidade sem Passado”, dirigido por Michael Verhoeven e lançado em 1990, conta a história de uma pesquisadora alemã que, ao buscar o passado da cidade de Pfilzing, descobre que as informações são ocultadas de forma a impedir o acesso um passado que é preferível que fique no silêncio.

Esses silêncios e não ditos também foram percebidos no estudo do passado de Sonora Em contato com um texto que trata da cidade de Primavera do Leste, encontrei algumas semelhanças com Sonora que nos fizeram considerar a importância de buscar esses silêncios que normalmente são ocultados por discursos que por sua vez criam uma realidade, por exemplo, no histórico propagandeado pela prefeitura está explícita a idéia de que a cidade teve início com a vinda do Comandante Maurício Coutinho Dutra para a região e, à primeira vista parece que não houve um passado anterior a este episódio. Entretanto, como apontou Goetttert (2003:21):

Não há cidade sem passado!

Esta afirmação, à primeira vista, descomprometida com qualquer interesse maior, têm razão de ser na medida que cidades, ou melhor, mulheres e homens destas cidades, negam, retiram de cena ou escamoteiam o passado para a construção de uma “história sem tempo pretérito”, presa ao presente e representante de elites dominantes. Uma “história” que justifica e legitima uma “ordem” de “progresso”, “desenvolvimento econômico”, “empreendimento” e “trabalho”, em especial do que foi e ainda é definido por fronteira.

Partindo desse pressuposto, buscamos mostrar que os discursos e as representações participam da construção ideológica de cidades de fronteira recente. Nestes, o que impera é o ideal de que esses espaços são resultantes de uma construção dinâmica que teve início com a expansão da fronteira agrícola, relegando-se dos relatos oficiais, grupos indígenas, além de outros grupos sociais

que ocuparam os espaços em períodos mais remotos. Apenas a título de exemplo, chamamos atenção para a existência de grupos quilombolas na região em períodos que remontam ao final do século XIX, como já foi apresentado anteriormente .

Sonora como apontado em capítulos anteriores foi forjada nessa dinâmica da expansão da fronteira que possibilitou o estabelecimento de grandes propriedades rurais a partir do financiamento subsidiado pelo Estado. A História que se apresenta é de que o início da ocupação se deu a partir deste momento como é possível perceber nos versos de uma poesia produzida pelo padre Waldemar Agostinho Barros que esteve na região e que reforça essa idéia da ocupação pós-1970. Os versos da poesia intitulada “Histórico de Sonora”, contam as aventuras da figura histórica do comandante Maurício Coutinho Dutra. Optamos por apresentar neste capítulo apenas fragmentos desta poesia que, encontra-se transcrita na totalidade nos anexos desta dissertação. Pensamos estes versos ajudam a elucidar a forte presença do discurso que de acordo com as palavras de Goetttert (2003), nega o outro na História, negando assim o próprio passado das gentes que migraram para o lugar, representantes do novo, afirmando a legitimação de um discurso de interesse das elites locais, que se coaduna com interesses econômicos e políticos de fora.

A presença desse modelo de discurso pode se notada nos versos do padre Waldemar Agostinho Barros.

Quem não conhece sonora,  
Não sabe como começou um dia;  
Vai ficar sabendo agora,  
Nos versos desta poesia.

Em 64, não muito distante,  
Veio morar nesta região;  
Um famoso Comandante,  
Piloto de avião. (BARROS, 2004)

A ideia, que aparece de forma explícita é a de que a história começa com a vinda do Comandante Maurício Coutinho Dutra, isso nos remete ao estudo de Bauzá, no qual destaca a presença do “mito do herói” em momentos distintos da história, conforme a sua concepção,

No existe, en consecuencia, una explicación omniabarcante que nos aclare la naturaleza y el origen de los héroes. Con todo corresponde destacar que en El héroe se percibe siempre un sentido de mediación entre lo divino y lo humano, entre el orden y el desorden, entre lo civilizado y lo salvaje. Esa mediación se vê incluso en la naturaleza ambivalente de los héroes [...] y este dualismo se pone de manifiesto en el hecho de que en el héroe, junto a aspectos sublimes se encuentran otros brutales y destructivos. (BAUZÁ, 1998:37)

As distinções apontadas por Bauzá entre “ordem” e “desordem”, entre “civilizado” e “selvagem”, estão presentes no ideal do colonizador, aquele que chega numa terra de “espaços vazios” onde impões saber, cultura e mudança, neste sentido, torna-se possível perceber a visão de heroísmo nos feitos do comandante, de acordo com os versos de padre Barros,

Essa importante figura,  
Numa visão analítica;  
Tinha excelência cultura  
E influência política.

Por ser um homem de luta,  
De muito saber na cachola,  
Maurício Coutinho Dutra,  
Leva o nome de uma escola. (BARROS, 2004)

O ideal de progresso, de desenvolvimento também foram retratados, e ainda na concepção de heroísmo, vinculada inicialmente ao Comandante Maurício Coutinho Dutra e, posteriormente ao seu sobrinho Raul Kelvin Thum, chamado de coronel na poesia,

Qual seria o destino,  
Da tamanha propriedade?  
Pensou logo, num sobrinho,  
Para cuidar da metade.

A proposta não foi ruim.  
Para desempenhar esse papel,  
Raul Kelvin Thum,  
Chegou sendo Coronel.

1975 foi o ano,  
Que esse homem de brilho,  
Veio realizar o plano,  
Que não conseguia seu tio.

10 mil hectares cedidas,  
Foi toda a área do chão.  
Para o coronel, na vida,  
Fazer algo útil à nação. (BARROS, 2004)

Nos versos da poesia, já aparecem os eleitos ao papel de heróis, instrumentos do “progresso” que chegava à região, as condições para tanto, como podemos notar já estariam dadas, ou seja, homem forte e muitas terras para “fazer algo útil à nação”. De acordo com o relato a opção levava em conta o progresso, como descrito na poesia,

Iniciou-se um grande negócio.  
No ano de setenta e seis.  
Raul arranhou um sócio;  
O senhor STUCKI, polonês.

O coronel numa árvore subiu,  
Vislumbrou cheio de esperança;  
Um núcleo urbano ele viu,  
Muito progresso e crianças...

Chaminés por toda parte,  
Fumegando sem cessar,  
Só estava faltando a arte,  
Que precisava começar. (BARROS, 2004)

De acordo com os versos, Sonora seria “filha deste progresso”, iniciado em 1975, com a chegada de Raul Kelvin Thuim, que juntamente com o tio escolheram o cultivo de cana-de-açúcar para iniciar o desenvolvimento do lugar. Os versos não levam em conta o contexto para que este fosse o gênero escolhido, como apontado anteriormente, os planos econômicos criados e financiados pelo Estado, no contexto da crise energética na qual o país se encontrava. Em 2004, quando escreveu os versos, na concepção de padre Barros, o progresso havia chegado ao lugar,

OBRIGADO pela atenção,  
De ouvir ou ler meus versos,  
Sonora é pura emoção,  
É sinônimo de progresso! (BARROS, 2004)

A poesia transcrita na totalidade em anexo 3.2, traz muitos pontos interessantes que nos permite notar a presença de um ideal de progresso, que teria sido iniciado em Sonora, de acordo com as palavras do padre Barros, a partir do

empreendedorismo e da coragem de um grupo de pessoas. Destacamos alguns pontos neste relato que nos permite ver o quanto a História assume um papel fundamental na elaboração dos componentes descritivos e explicativos da formação dos lugares.

Primeiramente a ênfase dada à ocupação, destaca-se nesse processo como sendo algo muito recente, sustentado na figura de uma pessoa, o Comandante Maurício Coutinho Dutra e, as características pessoais desse “desbravador” são exaltadas. Outros grupos que poderiam ocupar e que efetivamente ocuparam aquele espaço em momentos bem anteriores, não são sequer mencionados. Não há apontamentos sobre um possível movimento indígena. O tom do progresso teria sido empreendido pelo colonizador.

Goettert (2203) aponta que termos como colonização, domínio, força, conquista, risco e aventura, são tônicas de práticas e discursos que buscam legitimar a ocupação de novas áreas através de relações que negam a historicidade precedente. A poesia transcrita, idealiza um projeto colonizador que só poderia ser levado adiante tendo à frente homens com extrema capacidade empreendedora. Remetendo as explicações dadas por Martins (2009) acerca da Fronteira ele chama atenção para o fato de que há uma concepção de que na fronteira se cria o novo, sustentado em um ideal de empreendedorismo. Estes homens empreendedores teriam o papel de despertar a “civilização”, na concepção de que esta viria a partir de seus ideais de progresso e de desenvolvimento, nesta concepção os projetos de desenvolvimento, iniciaram-se a partir da ação do colonizador agindo em “terras vazias”, portanto os projetos “iniciados” com figuras como a do Comandante Maurício Coutinho Dutra seriam “salvacionistas” e “civilizadores”.

Nas palavras de Foucault (1971:8-9):

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Segundo Foucault, nossa sociedade possui procedimentos de exclusão, que a nosso ver atribui a uma só pessoa a idealização e execução de um movimento colonizador. Perde-se de vista que, nas décadas de 1960 e 1970 teve início todo um movimento maior de expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e à

Amazônia, impulsionada por interesses dos capitais industrial, agroindustrial e financeiro do centro-sul, de um lado, e do Estado, de outro. Na análise de Goetttert,

Ao considerar o movimento maior que se processava rumo ao Centro-Oeste e Amazônia, não se pretende imputar aos homens e mulheres um movimento dado em absoluto por uma estrutura supra-sociedade, mas apenas sinalizar para a contextualização do processo e não à personificação simplificadora sobre o movimento histórico. Portanto, não é desconsiderar a presença e a atuação das pessoas na história e, em especial, desse empresário; mas entender a atuação contextualizada, minimamente, às mudanças que se processavam através das novas políticas de ocupação do território nacional e os interesses daí decorrentes. (GOETTERT, 2003:26)

Não foi ao acaso, ou por iniciativas heróicas de pessoas isoladas que ocorreu a ocupação de Sonora. Este processo só foi possível no período posterior ao ano de 1970 porque parte de um movimento maior de expansão do capital ocorreu na região graças aos incentivos e a fundamental participação do Estado.

Interpretar o passado de Sonora a partir de outro ponto de vista não é desconsiderar a presença dessas pessoas na História, mas entender a ocupação de forma contextualizada e decorrentes das mudanças que se processavam através de novas políticas de ocupação do território nacional bem como os interesses daí decorrentes.

Neste ponto chamamos atenção para o fato de que a o relato contido na poesia do padre Barros, bem como no histórico da cidade disponível em site<sup>46</sup> e no Plano Municipal de Educação, mostra que a História é datada e seu início tem relação com a chegada de Maurício Coutinho Dutra à região. O período pós-1970 desta forma a partir dos discursos criados, representou o rompimento de um longo período de estagnação, atrofia e atraso que deu lugar ao progresso e à modernização de amplas regiões do Brasil. Esse ano também é emblemático: no auge da repressão da ditadura militar, os versos afirmam que o Comandante teria se refugiado na região. Então como foi possível acessar tamanha quantidade de terras?

Parece-nos que sua presença além de conhecida pelo Estado foi estimulada por meio de grandes concessões de terras, tudo isso no contexto do Milagre

---

<sup>46</sup> No site da Prefeitura Municipal há um link intitulado “História” no qual aparece um histórico cujas informações são bastante parecidas com as que aparecem na poesia do padre Barro (2004), disponível em: <http://www.prefeiturasonora.com.br/>. Acessado em 12/02/2011.

Econômico no qual os projetos de modernização refletiam-se, intenções de construções de rodovias pavimentadas e de hidrelétricas. Nas palavras de Chauí,

Em 1970, vivia-se sob a ditadura militar pós-Ato Institucional nº 5 sob a repressão ou o terror do Estado e sob a ideologia do “Brasil Grande”, isto é, da chamada “integração nacional”, com rodovias nacionais e cidades monumentais, uma vez mais destinadas a atrair o grande capital internacional. (CHAUÍ, 2000: 31-32)

No histórico da cidade que está no Plano Municipal de Educação<sup>47</sup>, há seis páginas intituladas “Histórico de Sonora” nas quais, destaca-se primeiro a ação dos personagens que teriam sido os precursores do desenvolvimento local, em seguida aborda as atividades produtivas e finalmente os últimos empreendimentos com destaque para a construção da Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra, em nenhum momento aparece a presença do índio ou dos grupos quilombolas que, conforme apontamos anteriormente já habitavam a região muito antes de chegada de Maurício Coutinho Dutra, assim o histórico não aborda a presença indígena, nem a migração de outros sujeitos não sulistas e paulistas. Ao apontar os pioneiros como sendo os primeiros a chegarem em Sonora, nega-se a humanidade dos grupos que já habitavam o lugar.

Em estudo citado anteriormente sobre Primavera do Leste há uma situação análoga:

Sulistas e paulistas aparecem como os grandes personagens para o “desbravamento” e “progresso” do lugar. A partir dos termos “às custas dos agricultores”, percebe-se que as condicionantes conjunturais desaparecem, assim como as políticas de ocupação e colonização promovidas pelo Estado e, fundamentalmente, o com incentivos fiscais e a política de crédito rural com juros subsidiados. É sempre importante lembrar que nem todos os sulistas e paulistas foram beneficiados com tais incentivos e políticas, principalmente porque parte expressiva dos migrantes dirigiram-se primordialmente para as atividades urbanas e rurais como trabalhadores, e não como empresários. (GOETTERT. 2003: 34)

Em relação à analogia feita com o filme “Uma Cidade sem Passado”, destacamos não haver pretensão de comparar esta pesquisa com a feita por

---

<sup>47</sup> Elaborado em 2007 para cumprir a Lei nº 10.172, sancionada em 09 de janeiro de 2001, que determina em seu artigo 2º, que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, elaborem, em consonância com o Plano Nacional de Educação – P.N.E, seus planos estaduais e municipais correspondentes.

Sonia<sup>48</sup>, nem de fazer descobertas tão profundas como as que a pesquisadora faz no filme. Não pretendemos ainda fazer comparações em relação a relevância do objeto, este trabalho busca tão somente dar visibilidade a grupos sociais que não foram considerados pela história oficial produzida seja no histórico do município ou na poesia que transcrevi neste texto. Se tomei de empréstimo o termo “Uma Cidade sem Passado”, foi por perceber que muitos episódios como alojamento de índios, utilização do trabalho indígena para o corte da cana, morte de trabalhadores rurais em acidentes com caminhões nos quais eram transportados sem segurança alguma<sup>49</sup>. Esses episódios desaparecem facilmente dos discursos dos empresários locais, que vêm no ideal de progresso, a não presença desses homens e mulheres que possibilitaram as mudanças por meio do trabalho e que a partir de discursos estabelecidos aparecem como algo sem importância, desempenhando o papel de meros coadjuvantes na construção da História.

### **3.4 – Modernidade e Progresso: algumas reflexões conceituais.**

A mentalidade vinculada ao pensamento de modernidade, levou a mudanças dos espaços urbanos. Marshall Berman, no livro “Tudo que é Sólido Desmancha no Ar: a ventura da modernidade”, convida a pensar nossa condição de seres humanos herdeiros que somos, da tradição moderna. Seu trabalho também nos conduz a uma espécie de viagem em contato com os “modernos” de diferentes temporalidades e espacialidades: Goethe, Marx, Baudelaire, Haussman e Pedro. Nesse retorno ao pensamento que fundamentou o ideal de modernidade, Berman mostra que modernismo e modernização são decorrências da mesma postura, que permite a criação e a profunda alteração de cidades como Paris, Petersburgo ou Nova Iorque.

Essa visão modernizante dos espaços urbanos, começou ganhar força no Brasil, ainda no início do século XX quando ocorreram movimentos que levaram a

---

<sup>48</sup> O filme, baseado em fatos reais conta a história da jovem estudante alemã Sonia Rosenberger (*Lena Stolze*), que após ganhar um concurso de redações recebe uma proposta para participar de uma nova competição e para isso, deve escolher entre duas temáticas: Liberdade de expressão na Europa ou minha cidade natal durante o III Reich. Estimulada pelas histórias que ouvia desde criança, Sonia decide mostrar como a cidade e principalmente a Igreja se mantiveram íntegras durante o período do III Reich.

<sup>49</sup> No anexo III há uma imagem na qual aparecem trabalhadores sendo transportados nas carrocerias dos mesmos modelos de caminhões em que se carrega a cana depois de cortada.



modernização da cidade do Rio de Janeiro. Dentre os inúmeros exemplos que poderíamos citar, destaca-se a construção da cidade de Brasília. Na região central do país, vivia-se a intensidade desses movimentos, o que pode ser vislumbrado, com a reconstrução da Igreja Matriz de Cuiabá, devido a uma necessidade vivida à época de substituir o “atrasado”, representado pela antiga matriz, pelo “novo” do qual o formato arquitetônico da nova igreja eram a representação máxima. No livro “Esperando o Trem: sonhos e esperanças de Cuiabá”, Borges (2005:53), trata da demolição da antiga Igreja Matriz e traz a opinião de Edson Bissiki a respeito do assunto, como um “verdadeiro absurdo”,

O movimento de (re) ocupação de novos espaços, como no caso de Sonora, traz essa marca da modernidade, os discursos que permeiam o movimento que conduz pessoas a esses novos lugares parecem estar em sintonia com o ideal da modernidade, que se traduzia, portanto, numa necessidade de modernizar esses novos espaços, criando uma dicotomia entre “atrasado” e “moderno”, discutida por Le Goff no livro “História e Memória”.

A oposição antigo/moderno desenvolveu-se num contexto equívoco e complexo. Em primeiro lugar, porque cada um dos termos e conceitos correspondentes nem sempre se opuseram um ao outro: ‘antigo’ pode ser substituído por ‘tradicional’ e moderno, por ‘recente’ ou ‘novo’ e, em seguida, porque qualquer um dos dois pode ser acompanhado de conotações laudatória, pejorativas ou neutras. [...] (LE GOFF, 1996:167)

O ideal de modernidade é contemporâneo, uma vez que a ideia de progresso ainda é uma marca importante da atualidade, momento caracterizado pelo movimento, no qual “tudo que é sólido desmancha no ar”, como na famosa frase histórica que ganha novos atributos no estudo de Berman. Ao analisar o Fausto de Goethe, Berman nos conduz a compreensão de que o ser humano foi o criador do caos que o atormenta, fruto do intenso desenvolvimento que a tudo transmuta, modifica e reconstrói sobre novas bases, ao mesmo tempo em que aflige o ser humano, pode se percebido como o fruto da criação humana.

O mundo contemporâneo tributário dos ideais de modernidade encontra-se marcado pela presença do movimento. Vivemos em constante sensação de aceleração, na qual:

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. A experiência ambiental da modernidade anula todas as fronteiras geográficas e raciais, de classe e nacionalidade, de religião e ideologia: nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une a espécie humana. Porém, é uma unidade paradoxal, uma unidade de desunidade: ela nos despeja a todos num turbilhão de permanente desintegração e mudança, de luta e contradição, de ambigüidade e angústia. Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo que é sólido desmancha no ar”. (BERMAN, 1986:15)

O conceito de modernidade foi questionado por Latour (1994) no livro “Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica”. O ponto de partida do livro diz respeito ao mundo contemporâneo que não mais pode ser apropriado de maneira fragmentária, pois os problemas do cotidiano são apresentados de maneira “híbrida”, na concepção do autor. Sendo assim, torna-se necessário estabelecer uma síntese teórica que nos possibilite analisar a realidade de maneira simultaneamente científica, sociológica e por meio da teoria da linguagem. Esse é o ponto de partida de “Jamais Fomos Modernos”, no qual Latour, de forma perspicaz analisa o fenômeno central do Ocidente: aquele que o distinguiria dos demais povos “selvagens”, “primitivos”, “não-ocidentais”: o projeto moderno, a marca central do Ocidente seria sua modernidade. Latour buscou mostrar de que forma nossa modernidade “jamais” passou de um projeto, que enquanto tal falhou.

A primeira parte do livro é uma tentativa de mostrar quais seriam os fundamentos de nossa modernidade a partir de uma polêmica histórica entre o filósofo Thomas Hobbes e o cientista Robert Boyle. Trata-se do projeto de separação entre províncias ontológicas distintas – natureza e cultura – e das possibilidades de se agir sobre elas. Latour procura mostrar de que forma isso acabou sendo inviabilizado, na dita modernidade. Jamais tendo sido modernos, não podemos nos dar o luxo de reformularmos o rótulo para pós-modernos. Melhor seria dizer de nós mesmos, os não-modernos, de acordo com sua concepção.

A grande contribuição da obra de Latour diz respeito à Teoria Ator Rede, que se traduz num esforço de sistematização dos princípios e regras metodológicas

subjacentes a uma forma de pensar e tratar a realidade que ao invés de interpretar o mundo a partir das “grandes divisões” visa descrevê-lo, levando em conta sua hibridização.

Outra contribuição diz respeito ao princípio de simetria generalizada, propondo que tanto a natureza, quanto a sociedade deveriam ser explicadas a partir de um quadro comum e geral de interpretação, denominado por ele de “Antropologia Simétrica”, defende que a natureza e a sociedade devem ser tratadas sob o mesmo plano e nunca separadamente.

Não há, de antemão, o mundo das coisas em si de um lado e o mundo dos homens entre si, de outro, natureza e sociedade, são ambas efeitos de redes heterogêneas, para Latour; há que se identificar uma “crise da crítica” contemporânea, que acabou por produzir uma crise de propostas e o fim das utopias: nenhuma teoria é hoje capaz de restabelecer a unidade do pensamento que dê conta dos problemas cotidianos e, que possa apontar para o futuro.

Faz referência ao ano de 1989 que chama de “O Miraculoso Ano de 1989”, para o autor, este ano pode ser considerado um divisor de águas, pois, ao mesmo tempo em que o mundo via submergir a utopia socialista, dava-se nascimento às preocupações globais com a ecologia, pondo-se um limite claro à ciência e à técnica, e “após essa dupla digressão cheia de boas intenções, nós, os modernos aparentemente, perdemos a confiança em nós mesmos.” (LATOUR, 1994:14)

É nesse mundo de incertezas que a crise da crítica pode ser delineada, pois até então os críticos haviam desenvolvido três repertórios distintos para falarem de nosso mundo: a naturalização, a socialização e a desconstrução, personificadas, para Latour, por três autores: Changeux, Bourdieu e Derrida. Entretanto, se cada uma dessas modalidades de crítica é potente em si mesma, não podem ser combinadas com as outras, para Latour, o mundo deve ser tratado como um conjunto de “redes” que atravessam esses três paradigmas - “objetivista”, “sociologizante” e “semiótico” - pois, não sendo apenas de natureza objetiva, social ou discursiva, são ao mesmo tempo reais, coletivas e discursivas (LATOUR:1994: 12).

A Constituição Moderna descrita no citado estudo, trata-se de desvendar, “desmistificar”, a separação, construída a partir do século XVII, entre o mundo das representações científicas e o mundo das representações políticas, cujo início se encontra, no texto de Latour, na polêmica travada entre Boyle e Hobbes:

“ Eles [Boyle e Hobbes] inventaram nosso mundo moderno, um mundo no qual a representação das coisas através do laboratório encontra-se para sempre dissociada da representação dos cidadãos através do contrato social. [...] Os dois ramos do governo elaborados por Boyle e Hobbes só possuem autoridade quando claramente separados.(...) Cabe à ciência a representação dos não-humanos, mas lhe é proibida qualquer possibilidade de apelo à política; cabe à política a representação dos cidadãos, mas lhe é proibida qualquer relação com os não-humanos produzidos e mobilizados pela ciência e tecnologia.” (LATOURE, 1994:33-34)

“O ponto essencial dessa Constituição moderna é o de tornar invisível, impensável, irrepresentável o trabalho de mediação que constroi os híbridos.” Poderíamos dizer: a modernidade repousa na representação de que o mundo, embora híbrido, como todos os “coletivos”, tem essa característica negada.’

Paolo Rossi pondera acerca da mudança provocada pelos modernos no campo do conhecimento:

[...] os modernos acolheram uma idéia central: o saber não é apenas contemplação da verdade, mas , é também potência domínio sobre a natureza, tentativa de prolongar sua obra para submetê-la às necessidades e às aspirações do homem. (ROSSI, 2000:48)

Ao buscar entender e relacionar com nosso objeto de pesquisa conceitos como os apontados anteriormente, dentre eles o de modernidade que aliado ao de progresso são a marca dos discursos hegemônicos que sustentam que a nova configuração dos espaços cumpria a finalidade de levar estes espaços a protagonizarem uma nova fase marcada pela presença do progresso, recorremos as reflexões de Koselleck (2006), sobretudo no livro “Passado Presente: contribuição à semântica dos tempos históricos”, no qual aponta que “os conceitos históricos, sobretudo os políticos e sociais, foram cunhados para apreender os elementos e as forças da história.” (KOSELLECK, 2006:268)

Acerca da historicidade do conceito de modernidade:

[...] o conceito de “modernidade” só veio a impor-se depois de decorridos cerca de quatro séculos do período que ele englobava. Lexicalmente só se implantou no último quartel do século XIX. Essa constatação surpreendente não deve provocar nossa admiração se constataremos a naturalidade com que o conceito é usado hoje nos estudos histórico-linguísticos que tratam do século XVI. Um período qualquer só pode ser reduzido a um denominador diacrônico comum, a um conceito que enfeixe estruturas comuns, depois de decorrido certo tempo.

Mas com o conceito de modernidade existe ainda uma circunstância especial. Pois não existe evidência linguística para que a expressão “época moderna” [*neue Zeit*], ou mesmo “tempo moderno [*Neuzeit*], deva designar um período de tempo fixo, a não ser que seja lido à luz do que se chamou o fim da modernidade. (KOSELLECK, 2006:269).

A partir deste ponto de vista, pode-se apreender que a utilização dos conceitos envolve interesses de quem tem o poder de hegemonizar<sup>50</sup> os discursos, portanto o ideal do novo não raras vezes está associado ao conceito de moderno. Para Koselleck (1992:136) todo conceito articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar, tornando-o compreensível, esses mesmos conceitos acabaram imbricados em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos.

No tocante à temática desta pesquisa é necessário ressaltar que os ideais de modernidade alcançaram o campo brasileiro, produzindo um discurso que fosse capaz de expressar uma demanda pela modernização e que fosse, ao mesmo tempo o legitimador desse ideal. Para Mendonça,

Essa retórica estaria centrado na construção de uma identidade básica de conjunto que amalgamasse os interesses entre proprietários de terra e empresários rurais, sendo ela construída em torno de alguns pontos tidos como essenciais para a manutenção de seu poder e dominação dentre eles: a) a elaboração de um novo discurso que os afinasse “modernidade”; b) a definição de novas estratégias de política agrícola favoráveis a seus interesses e, finalmente, c) a defesa de maior capacidade de organização e ampliação da representação que lhes propiciasse maior poder de barganha junto à sociedade política. (MENDONÇA, 2010:54)

---

<sup>50</sup> De acordo com Dupas (2006:16) o conceito de hegemonia pode ser entendido a partir das idéias de Antonio Gramsci e Giovanni Arreggi, segundo as quais hegemonia seria a liderança associada à capacidade de um Estado (elite ou grupo) de se apresentar como portador de um interesse geral, e assim ser percebido pelos outros.

A passagem do século XIX para o XX foi muito significativa para o mundo ocidental de um modo geral. Os anos iniciais do novo século traziam ao mundo invenções, novas ideias, e novas soluções aos antigos problemas. As novidades eram muitas: engenho fantástico, automóvel, telégrafo, lâmpada sem gás e sem pavio, telefone, fotografia, gravador, televisão cinema, automóvel, avião. Muitos acreditavam que essas novidades eram sinais do progresso, irmão da civilização, e que os tempos novos trariam paz para os povos. O culto ao novo, ou seja, ao científico, incitou o discurso desse processo respaldando e fortalecendo as análises evolucionistas que subsidiaram o pensamento da intelectualidade do período. O culto ao novo, ou seja, ao científico, incitou o discurso desse processo respaldando e fortalecendo as análises evolucionistas que subsidiaram o pensamento da intelectualidade do período. Poucas vezes a idéia de progresso esteve tão intimamente ligada à civilização e a modernidade. Esse novo espírito passaria a ser designado como a efetivação dos tempos modernos (NEVES, 1991:12).

Como apontado por Sevckenko (1998:12), esse pensamento “modernizante” tanto no Brasil, quanto no mundo, foi estimulado por um novo contexto da economia internacional, buscando as raízes dessa dinâmica expansionista na Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra e como decorrência um processo de revolução científico-tecnológica, resultou na consolidação do mercado capitalista, no mundo nos moldes referidos por Hobsbawn (1977). O capitalismo encontrou no processo de industrialização as condições necessárias para se transformar em uma economia de ordem mundial, promovendo uma espécie de “europeização do mundo”. Esse processo promoveu alterações profundas na sociedade, transformando não só as relações de trabalho, mas alterando de forma mais ampla a vida das pessoas.

No campo discursivo, a expansão do sistema capitalista visava criar um mundo de plena satisfação material e de crescente felicidade e oportunidade para todos, além do avanço científico e artístico em um mundo de contínuo e acelerado progresso material (LASKI, 1977).

Mas apesar de toda essa aparente vantagem, não pode ser esquecido que a riqueza dos países industrializados criava em seu interior, a pobreza de muitos homens e mulheres desempregados ou obrigados a aceitar um trabalho mal

remunerado. A pretensa civilização do mundo todo implicava na subordinação e na dependência de muitas nações em relação aos países capitalistas (NEVES, 1991:15). O aumento vertiginoso da produção industrial exigiu um número cada vez maior de mão de obra e de matéria prima, bem como de um amplo comércio para a absorção dos produtos excedentes, e o resultado disso foram processos conhecidos como neocolonialismo ou imperialismo que levou as potências européias a disputarem novas áreas de mercado, e neste contexto o capitalismo ganhou um impulso ainda maior (SEVCENKO, 1998: 12)

Como afirma Sevcenko (1998), o resultado dessa nova expansão foi um avanço acelerado sobre as sociedades tradicionais, de economia agrícola, que se viram tragadas rapidamente pelos ritmos mais dinâmicos da industrialização européia e mais tarde, estadunidense. Além de incorporar novas áreas às suas possessões territoriais, fazia-se necessário transformar o modo de vida das sociedades tradicionais, de modo a definir nestas, hábitos e práticas de produção e consumo conforme o padrão da economia de base científico-tecnológica.

Essas tentativas de mudar as sociedades, sua cultura e costumes, desencadearam revoltas e guerras contra os invasores europeus entre a metade do século XIX e início do XX. A América do Sul não esteve fora desse processo, à título de exemplo podemos falar da Guerra do Brasil com o Paraguai, conflito que levou o Brasil a um endividamento que desestabilizou as bases do Império brasileiro já bastante desgastadas, principalmente no período posterior à abolição do trabalho escravo. O Império ruiu frente aos interesses das elites filiadas ao recente Partido Republicano, e as alianças entre militares, cafeeiros paulistas e partidos políticos resultou no estabelecimento de um novo regime político no Brasil.

O advento do regime republicano trouxe nova questão: como demonstrar, de fato, que a República inaugurava um tempo moderno, um tempo de progresso para o país? Como fazê-lo, se depois de 15 de novembro nada mudou (SEVCENKO, 1998:41), não ocorreram mudanças substanciais, o povo foi mantido à margem e as oligarquias agrárias puderam tomar conta do poder, sem os entraves representados pela centralização monárquica.

A capital da República, na transição do século XIX para o XX, precisava, solucionar o problema de mão-de-obra em virtude da abolição dos escravos<sup>51</sup>, resolveu-se a questão, utilizando-se o trabalho dos imigrantes. Estes enfrentaram longa e cansativa viagem transatlântica acreditando numa vida melhor em novo país, e neste momento já se fazia sentir o peso da propaganda oficial que alardeava a idéia de que o Brasil era um “Paraíso Tropical” (NEVES; HEIZER, 1991:40).

A República pretendia imprimir uma nova direção ao país com mudanças concretas que o retirasse de seu “atraso” e o colocasse no patamar das nações desenvolvidas. Vender a imagem de um país moderno com a marca do progresso foi a alternativa encontrada pela elite governante, buscando atrair imigrantes e novos investidores internacionais, além do fato, de convencer a população interna da superioridade da República sobre o Império. Diante disto, a vida urbana, marco mais visível das transformações que o capitalismo impôs ao mundo no final da primeira metade do século XIX, sofreu profundas transformações.

Neste contexto várias cidades do mundo foram reconfigurando seus espaços, incorporando o estilo e o comportamento dos grandes centros europeus, a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em imenso canteiro de obras, numa tentativa de torná-la um cenário que mostrasse ao mundo que a República trouxera tempos novos de progresso. Recursos e esforços não foram medidos para levar a cabo o desejo de ver o Rio de Janeiro ser transformado em um símbolo do progresso que se anunciava. O porto foi reformulado, a avenida central rasgou a cidade, arrastando quarteirões, derrubando cortiços, destruindo quiosques. A parcela da população desalojada, viu-se perdida e encontrou nos morros da cidade um local para recomeçar a vida, dando origem às favelas ((NEVES; HEIZE, 199 1:55). A população que habitava os morros cariocas, não foi beneficiada pelos “ares de progresso” que sopravam na Avenida Central.

Em estudo intitulado “O prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso”, Nicolau Sevcenko (1998), aponta que a tentativa de reproduzir padrões

---

<sup>51</sup> Ressalta-se que com a abolição e a conseqüente necessidade de pagar alguém para exercer as mesmas atividades realizadas pelos escravos, a opção encontrando pelos proprietários de terras foi buscar migrantes de outros países, negando-se a pagar aos ex-escravos, que foram marginalizados do processo produtivo.



de privacidade europeus no meio da cultura brasileira, privilégio de poucos, tinha como insigne os ideais de progresso e de modernidade, e se constituíram em grandes equívocos das elites republicanas do final do século XIX até meados do século XX.

Há estudos referentes a essa problemática também na cidade de Cuiabá. Volpato mostrou que a cidade ordenada e higienizada era o espaço privilegiado da burguesia. A constituição da ordem passava pela definição e hierarquização dos espaços, a higienização exigia a assimilação de novos padrões de comportamento (VOLPATO, 1993:44). A elite cuiabana fazia coro aos ideais do progresso, importando práticas e comportamentos que davam ares de uma capital “civilizada”.

A questão da modernização dos espaços urbanos foi estudada por autores em temáticas variadas, no livro “Esperando o Trem: sonhos e esperanças de Cuiabá”, Borges (2005) assim se refere ao tema da mudança do espaço urbano de Cuiabá:

Com relação à modernização de Cuiabá, impressa visivelmente na visão de Francisco Antônio Vuolo, cabe destacar que dos processos propostos por Jacques Le Goff, para ilustrar as transformações ao par antigo/moderno, aqui resumidos: equilibrado (mesmo com a penetração do moderno, o antigo não é destruído), conflitual (a tendência ao moderno atinge apenas uma parte da sociedade e cria conflitos enormes com o tradicional) e por tentativas (o moderno e o antigo são buscados por tentativas parciais [...]) (BORGES, 2005:115)

Em meados do século XIX, registros apontam a decepção de diversas autoridades que chegavam a Mato Grosso, ao encontrar uma cidade tão longe dos padrões já definidos de cidade civilizada<sup>52</sup>, era com pesar que acusavam a inexistência na cidade de formas mais evoluídas de resolver os problemas cotidianos e de se divertir. Reclamava-se da inexistência na cidade de ópera ou de outra forma de teatro.<sup>53</sup> Espantavam-se os presidentes de província ao saber que Cuiabá, neste período, não possuía mercado, nem matadouro, nem mesmo cemitério público, sendo os sepultamentos realizados nas igrejas.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> Relatório do Presidente Alexandre Manuel Albino de Carvalho, 1864, p.27.

<sup>53</sup> Relatório do Presidente Joaquim Raimundo de Lamare, 1859, p. 27

<sup>54</sup> Relatório do Presidente Alexandre Manuel Albino de Carvalho, 1864, p. 27; Relatório do Presidente Joaquim Raimundo de Lamare, 1859, p.28.

Esses discursos foram consolidando um ideário das terras e do povo matogrossense<sup>55</sup>, apesar do reconhecimento e da admiração de suas riquezas naturais, o que sobressaia nos discursos e escritos dos que passaram por aqui era a distância de Mato Grosso dos considerados grandes centros desenvolvidos, a baixa densidade demográfica diante da imensidão territorial e, sobretudo, a falta de acesso às novas invenções nas áreas de saúde, lazer, comunicação, transportes dentre outras que o sistema capitalista soube colocar à disposição do mundo.

Diversas autoridades souberam se valer do discurso de um Mato Grosso “distante da civilização”, “isolado” e “repleto de lugares vazios”, para justificar diversas práticas colonizadoras, a exemplo do que foi a Marcha para o Oeste, já mencionada anteriormente. Para Vargas, o verdadeiro sentido da brasilidade estava na “Marcha para o Oeste”, o Brasil de Vargas, de acordo com o discurso do período só atingiria a plenitude de seu destino com a integração da Amazônia, Goiás e Mato Grosso ao restante do país, caminho necessário para imprimir a marca do desenvolvimento ao país.

Esse discurso segundo Léia de Souza (2001), embora acompanhado de interesses políticos comprometidos com o Projeto Nacionalista, teve como estratégia transformar os interesses particulares em gerais, colocando a marcha como condicionante para o progresso (RICARDO, 1941). Esse discurso ecoa em momentos posteriores da história do Brasil, e em geral, os projetos de desenvolvimento sofrem intervenção direta do Estado.

Pensamos nesta reflexão acerca dos conceitos de modernidade e progresso procurando relacioná-los com ideais que estavam presentes na mentalidade

---

<sup>55</sup> O mito do isolamento segundo o qual Cuiabá teria sido obrigada a conviver durante aproximadamente dois séculos isolada do restante do Brasil, resultou na valorização da audácia bandeirante que, para manter as fronteiras nacionais, não se intimidou com o vazio, o deserto e o isolamento dos sertões, o que posteriormente desenvolvido justificou duplamente a coragem dos seus descendentes, membros da elite cuiabana que acabou sendo assumido integralmente por uma construção histórica específica, moldando representações do tempo e do espaço que permanecem inalterados até a atualidade. Outra interpretação mais recente, têm se esforçado pro demonstrar o trabalho de construção simbólica envolvida nesse discurso, apontando para elementos que negligenciados anteriormente demonstram o processo subjacente a essa mistificação. Contrapõem-se a historiografia oficial no que parece seu aspecto fundamental: perceber o isolamento como uma construção, ou seja, como uma idéia forjada no interior de uma sociedade específica, em determinado momento, em que estavam em jogo interesses e intenções obscurecida pelos grandes feitos históricos revelando sobre o com e o porquê essa imagem tornou-se verdadeira.

daqueles que se projetam como protagonistas na construção do lugar, neste caso a cidade de Sonora, entendendo que não foram abordados em profundidade neste trabalho nenhum desses conceitos, talvez minha postura ao tratá-los, seja muito parecida com uma consideração feita por Nietzsche “todos os grandes problemas exigem o grande amor” (2001:237). A abordagem de tantos elementos que ao final mostraram-se impossíveis de serem trabalhados em sua totalidade talvez seja um indício do amor que venho nutrindo por esta pesquisa ao longo dos últimos anos.

### 3.5 – O Progresso que Descarta Pessoas

Se, antes, Pedro era como que patrão nas terras de Catanduva, ali, em Guariba, não era nem trabalhador rural. Menos que isso, era volante, diarista, sem direito trabalhista algum. Um bóia-fria.

Puntel, *O Amargo Sabor do Açúcar*



Imagem III: Trabalhadores no corte da cana.

Fotografado por Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa em setembro de 2010.

Contrariando a velha ideologia que diz que quem acumulou riquezas o fez como resultado do seu trabalho. Provavelmente o trabalhador que aparece na imagem III, jamais se tornará um latifundiário, no entanto, desempenha uma das funções que mais trabalho humano emprega. Nesta imagem o trabalhador chega a ser confundido com a paisagem na qual desenvolve o trabalho que lhe garante uma existência de privações se comparada ao latifundiário dono da terra, que vive dos lucros que seu trabalho proporciona.

De acordo com o que foi apresentado o ideal de progresso esteve presente na formação de cidades decorrentes do processo de expansão da fronteira agrícola, dentre elas Sonora, resultado de políticas públicas que viabilizaram um processo de alteração das atividades agrícolas no período posterior ao ano de 1970. No anexo II é possível visualizar a presença desse discurso em períodos ainda muito recentes. O material de propaganda distribuído pela Prefeitura Municipal ressalta a presença do progresso e do desenvolvimento na formação do município, apresentamos duas imagens que representam o que vem sendo dito. A imagem IV, encontrada no site da Prefeitura Municipal, em um *link* intitulado “Fotos Histórica”, apresenta um local onde esse progresso apenas se anuncia:



Imagem IV: Vista da entrada de Sonora em 1980.

Disponível em: <http://www.prefeiturasonora.com.br>, acessado em 12/01/2011.



Em seguida na imagem V da entrada de Sonora, distribuída em um convite impresso pela prefeitura, por ocasião do aniversário da cidade, em 2009. A idéia de um espaço modificado pela ação do modelo de ocupação iniciado em 1970 está presente na foto. As duas imagens foram apresentadas com o intuito de mostrar a “marcha do progresso” na região. Marcha que de acordo com o ideal subjacente ao discurso só foi possível graças a substituição do “atrasado” pelo “moderno”. O ideal de progresso, portanto, parece exibir um modelo vencedor. Entretanto:

[...] esse modelo vencedor exibe fissuras e fratura; percebe-se, cada vez com mais clareza e perplexidade, que suas construções são revogáveis e que seus efeitos podem ser muito perversos. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer e assume plenamente a assunção de *progresso*; mas esse *progresso*, ato de fé secular, traz também consigo exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento. (DUPAS, 2006:11)



Imagem V: Entrada de Sonora em 2009.

Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal, 2009.

Neste modelo, o trabalhador convive com o medo de perder o trabalho na lavoura que, constitui-se em fonte de sustento, a realidade do medo de ser substituído pela máquina não é algo novo, em estudo, feito no ano de 1978, intitulado “O Vapor do Diabo: o trabalho dos operários do açúcar”. Lopes ao estudar a realidade do trabalho nas usinas de álcool e açúcar já apontava situação análoga:

Cercados de todos os lados de trabalhadores rurais – eles próprios em situação de superpopulação relativa -, os quais potencialmente podem substituir parte da mão-de-obra industrial através de sua passagem pela trajetória social que leva à usina, os operários denotam, seja explicitamente ao nível do discurso, seja indiretamente através de sua prática cotidiana, de suas atitudes, o medo interiorizado do desemprego. Esse desemprego interiorizado está embutido em atitudes aparentemente contraditórias, como a atenuação do seu discurso sobre as más condições de trabalho para melhor ressaltar a insuficiência do salário, e, ainda mais, como a estranha preferência pela longa jornada de trabalho acompanhada da desconfiança por uma redução da jornada mesmo a salário igual. (LOPES, 1978:156)

Esse período apontado por Lopes, posterior ao ano de 1975, sobretudo a partir da criação do Proálcool e, da expansão da lavoura canavieira, foi o momento em que, de acordo com Moraes Silva (1999), iniciou-se a produção de máquinas revolucionárias do processo técnico, conforme relata,

Empresas como a Dedini, baseando-se nos modelos australianos, produziram máquinas que cortam cana em pé ou cana acamada (deitada), crua ou queimada e, ainda picam e depositam diretamente nos caminhões, substituindo as carregadeiras ou guincho mecânicos.<sup>56</sup> (MORAES SILVA, 1999:307)

O projeto de desenvolvimento encaminhado no Brasil, especialmente no campo, deveria trazer em seu bojo a pluriatividade, considerada uma forma avançada de desenvolvimento rural, e decisiva na redução da pobreza nos países desenvolvidos, como apontado por Kageyama (2008), entretanto, essa não foi a rota seguida para a superação dos problemas enfrentados pelo desenvolvimento rural na

---

<sup>56</sup> No anexo IV aparecem algumas fotos que tirei ao longo da pesquisa, em que essa modernização do campo fica evidente.

maioria das regiões brasileiras, onde as atividades não agrícolas vêm ampliando seu espaço no campo nas últimas décadas. Enquanto de um lado, a atividade agropecuária ainda ocupa a grande maioria da população rural brasileira (71% do total ocupado), de outro os empregos rurais não agrícolas são geralmente de baixa qualidade na maioria das regiões (KAGEYAMA, 2008:197).

Acerca da presença no campo de um número cada vez maior de trabalhadores residentes nas cidades, como é o caso dos trabalhadores da Companhia Agrícola Sonora Estância, Kageyama (2008) mostra que o “rural não-agrícola” e o “agrícola-urbano” (trabalhadores agrícolas com residência urbana) são possivelmente as novas categorias que deverão ser conceituadas e descritas para entender o desenvolvimento rural no Brasil.

[...] É verdade que tais categorias já existem há algum tempo – a explosão do fenômeno do bóia-fria residente nas periferias urbanas data das décadas de 1960 e 1970 – mas a novidade é a sua magnitude, passando a predominar, em algumas regiões, em relação às formas tradicionais do agrícola-rural e não-agrícola urbano. O aspecto marcante do rural não agrícola brasileiro, diversamente do que rela a literatura para os países desenvolvidos, é a baixa qualificação e precariedade das ocupações não agrícolas, [...]. (KAGEYAMA, 2008:212)

Além da situação de precariedade no trabalho apontado por Kageyama, há uma situação ainda mais perversa, a do desemprego, Moraes Silva (1999) relata que o desemprego manifesto, por meio da exclusão de milhares de trabalhadores, já vem ocorrendo desde o início da década de 1990, ou antes ainda, segundo Lopes (1978). As conseqüências desse processo podem ser notadas na presença de peões-de-trecho, andarilhos e homens alcoolizados, tanto nas cidades da região objeto de estudo de Moraes Silva, quanto no município de Sonora.

Aos que ainda conseguem se manter na estrutura produtiva, muitas vezes são vítimas flexibilização da força de trabalho. O trabalho no corte da cana é realizado por trabalhadores migrantes e, no caso de Sonora estas pessoas são principalmente dos estados do Maranhão e do Piauí, no nordeste brasileiro. Essa situação que deveria ser temporária acabou se tornando permanente por falta de alternativas de emprego em suas regiões de origem: “O trabalho é duro, mas é o que a gente tem”, afirma um trabalhador vindo do Piauí, que fica até sete meses fora de



casa, vivendo alojado em quartos, e assim como ele, outros vêm com esposa e filhos, sendo normal encontrar várias pessoas dividindo o mesmo espaço.

Em uma das várias visitas que fizemos a esses trabalhadores, encontramos uma família na qual o marido era cortador de cana e a mulher empregada doméstica, moravam em um só cômodo que durante o dia era cozinha à noite esticavam colchões para dormirem, o que havia no espaço era um fogão de duas bocas, uma caixa de madeira, onde era improvisado uma mesa, alguns utensílios, duas cadeiras e o colchão, enrolado em um canto que servira de cama durante a noite. Além do casal moravam naquele espaço outras duas crianças. O casal relatou o cotidiano de trabalho, sem reclamar das dificuldades, o que chamou atenção foi o fato de dizerem que conseguiam acumular com o trabalho dos dois um pequena quantia por mês com a qual esperavam poder comprar uma casa no local de origem.

Sonora têm ar de cidade dormitório, caracterizada pela grande incidência de quartos construídos para serem alugados a esses trabalhadores que passam até sete meses alojados em situação precária. No final da safra de 2010, encontramos uma senhora dona de um bar onde construiu nos fundos vários quartos. Conversando com ela acabamos descobrindo que ali naquele espaço viviam 08 cortadores de cana. Conseguimos conversar com alguns deles, sendo possível perceber, por meio da conversa, que há uma preocupação por parte desses trabalhadores na quantidade de cana que cortam durante o dia, pois isso define o salário ao final do mês. Moraes Silva em “Errantes do Fim do Século” abordou essa necessidade de produzir uma quantidade razoável que caracteriza o trabalhador como “bom cortador de cana”:

[...] o controle e a disciplina no ato do trabalho são exercidos por um pessoal especializado: fiscais, feitores, encarregados. Estes controlam os níveis de produtividade, a qualidade do corte, a medição da cana cortada, o registro da quantidade cortada por trabalhador. [...] os trabalhadores são submetidos a uma dura disciplina, cujos resultados são o aumento dos níveis de produtividade [...] a figura do “bom cortador de cana”, aquele que corta em torno de dez toneladas diárias. (MORAES SILVA, 1999:202)

O corte mecanizado, de acordo com Mendonça (2006), acabou se tornando referência para a quantidade de cana cortada pelos trabalhadores, que subiu de 5 a 6 toneladas por dia para cada trabalhador, na década de 80, para 9 a 10 toneladas por dia, na década de 90. Hoje, há uma exigência das usinas de 12 a 15 toneladas, isso principalmente em regiões em que o ritmo das máquinas se tornou referência de produtividade.

Em Sonora a mecanização só não ocorreu ainda com maior intensidade, de acordo com técnicos agrícolas que trabalham para a Companhia Agrícola, porque o terreno não é propício para o emprego da máquina, além disso o corte feito pelo trabalhador permite uma quantidade de brotas maior que no corte feito pelas máquinas. Além disso, as colheitadeiras causam a compactação do solo e prejudicam a rebrotação de mudas. Segundo Mendonça:

A mecanização gera super exploração do trabalho porque cria novas exigências como o corte rente ao solo (para maior aproveitamento da concentração de sacarose) e a ponteira da cana bem aparada. Isso aumentou o esforço dos trabalhadores e a jornada de trabalho. Com a mecanização dos setores, foi transferido para os trabalhadores o corte da cana em condições mais difíceis, onde o terreno não é plano, o plantio é mais irregular e a cana é de pior qualidade. (MENDONÇA, 2006:15)

A itinerância desses trabalhadores pode ser percebida como fruto de uma construção histórica do Brasil que legou desemprego, exclusão, devolução de migrantes, transformação de trabalhadores em migrantes itinerantes, superexploração da força de trabalho e condições subumanas de moradia e habitação. A conclusão deste estudo abre espaço para outras interpretações acerca da vida e do mundo dessas pessoas, os caminhos que as conduziram até Sonora, foram os descaminhos históricos da formação social do Brasil, esta História poderia ter sido escrita de tantas outras formas, a partir de tantos outros pontos de vista, esperamos apenas ter contribuído com a reflexão acerca da nossa História, considerando que o passado não é um ponto acabado, mas algo que pode levar a novas reconstruções acerca da visão do mundo rural brasileiro.

## 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação pretendeu analisar os reflexos que as políticas econômicas posteriores ao ano de 1970 deixaram no campo brasileiro, especialmente na região do Vale do Rio Corrente, onde encontra-se situado o município de Sonora.

Inicialmente foi feita uma sumária descrição dos conceitos trabalhados ao longo do texto, e dos temas relacionados à terra, colonização e migração, e feitas relações com conceitos como fronteira, identidade, desterritorialização e memória, sem perder de vista a situação desempenhada pelo Estado, que ao beneficiar a grande propriedade definiu a configuração daquele espaço.

No segundo capítulo contextualizamos o objeto, apontando as políticas promovidas pelo Estado que ressoaram na economia do Brasil, influenciando as atividades agrícolas, buscamos historicizar o movimento que deu origem aos processos de modernização do campo brasileiro

Ainda neste capítulo, discutimos acerca da formação de Sonora, com destaque para a questão agrária, apresentando quadros que ajudaram a entender a influência que a “modernização da agricultura” exerceu no “despertar de Sonora”, de forma “dolorosa”, devido à elevada concentração da propriedade.

O referencial teórico foi fundamental para o diálogo com realidades, espacialidades e temporalidades distintas, que no seu conjunto possibilitaram a ampliação do olhar acerca das temáticas que nos cercam. O conceito de desenvolvimento foi muito caro para a compreensão das realidades que buscamos entender neste capítulo, pois percebemos, por exemplo, que o desenvolvimento econômico de Sonora ligado aos interesses da produção em larga escala para atender ao mercado externo, acabou tornando o seu desenvolvimento excludente e contraditório. Os trabalhadores rurais continuaram enfrentando os efeitos da

expansão da modernização, entendida por diversos autores da questão agrária como “modernização conservadora”.

No setor da agricultura canavieira, de forma mais específica ocorreu a desvalorização e a manutenção da precarização do trabalho, e o crescimento do número dos bóias-frias. O desemprego, apresenta-se como uma realidade na região, as ruas já passam a ser tomados por andarilhos reflexo do processo de exclusão social.

Outra problemática em relação à questão agrária que se apresenta diz respeito a proposta de soluções realizadas com objetivos político-eleitorais e que não alteram em nada a situação do trabalhador rural. A criação do assentamento “Carlos Alberto Roberto Alves de Melo”, criado em 1994, no governo de Pedro Pedrossian, é reflexo de um modelo de assentamento rural que tende ao fracasso desde o primeiro momento, como foi apontado ao longo do capítulo, e no qual tratamos ainda das questões indígena e ambiental, decorrentes do modelo de ocupação viabilizados pelo Estado no período posterior a 1970.

Analizamos ainda os encaminhamentos dados pelo Estado, que impulsionaram a “modernização conservadora” por meio de créditos subsidiados, e que acabaram controlando e direcionando a cultura canavieira. A criação de órgãos governamentais para gerir assuntos ligados a produção de cana-de-açúcar e de álcool, tais como o IAA no período posterior a 1930 e o Proálcool, a partir de 1973, apontam para o interesse por parte do Estado em apoiar o cultivo de produtos como cana-de-açúcar, que historicamente, exigem um modelo agrário para sua produção sustentado na grande propriedade.

Exemplo dessa modernização via Estado, foi o lançamento nos anos de 1930 e 1940 do programa “Marcha para o Oeste”, que apregoava o deslocamento da população de trabalhadores rurais nordestinos para o sertão ou Oeste. O resultado dessa política de distribuição de terras resultou na formação de grandes propriedades que passaram por um processo de industrialização da agricultura a partir dos anos de 1980.

Nesse contexto de desenvolvimento da cultura do capital que se formou a cidade de Sonora, palco de um processo de transformação, sobretudo devido ao processo de divisão do Estado em 1977. Nesta região o modelo de modernização conservadora via Estado que trouxe consigo dentre as várias conseqüências um significativo aumento da concentração de terras em detrimento do trabalhador rural, inclusive dos grupos indígenas, cuja mão-de-obra foi utilizada por um tempo significativo na região.

Esse desenvolvimento econômico trouxe em seu bojo as marcas de uma contradição sócio-econômica na qual as incoerências se expressam em um quadro de desemprego numa região de tantas terras agricultáveis, além de um quadro de degradação ambiental e esquecimento histórico dos grupos indígenas e de comunidades quilombolas que habitavam a região em períodos bem anteriores a ocupação pós 1970.

No terceiro capítulo empreendemos um trabalho de diálogo entre fontes históricas, utilizando-nos dos jornais pesquisados ao longo dos últimos anos, bem como das entrevistas realizadas, buscando constatar que houve a construção de um discurso de progresso que se tornou hegemônico, e no qual a figura do grande proprietário de terras aparecia como o responsável por tornar a região habitável, primeiramente por meio do estabelecimento de grande propriedade rural e como conseqüência a formação do núcleo urbano daí decorrente.

Os jornais pesquisados nos mostraram que a idéia do desenvolvimento e da modernização, fazia-se muito presente no contexto da ocupação de Sonora, e a documentação local que tivemos acesso tais como histórico do município, poesias produzidas e material de propaganda, apontam que o ideal de progresso ganharam força também no contexto de formação daquele espaço.

A decorrência desses projetos de modernização foi a ampliação das grandes propriedades, cultivadas por trabalhadores migrantes com pouco acesso aos benefícios desse progresso caracterizados pela itinerância e pela superexploração de seu trabalho. Esses trabalhadores são atores e não apenas vítimas, esses homens e essas mulheres, por mais pobres que sejam não são inertes ou incapacitados, são atores presentes no cotidiano das terras que apareciam nos

discursos oficiais como “espaços vazios” para os diversos governos e seus projetos de interiorização do Brasil.

Os projetos dos governos militares no afã de controlar a propriedade e construir novas cidades, promoveram os deslocamentos de homens e mulheres, que vitimados pela precariedade de sua auto sustento e de seus instrumentos de trabalho, tornaram-se corpos, vozes e gestos que acabaram denunciando a falência desses “grandes” projetos aplicados ao mundo rural brasileiro.

## **FONTES E REFERÊNCIAS**

### **5 - FONTES**

#### **5.1 – Jornais Consultados no Arquivo Público de Mato Grosso**

##### **5.1.1. Acerca do Discurso de Modernização e Progresso:**

1. DERMAT adquire novos equipamentos. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VI, 07/1974, n. 1361, p. 1.
1. Mais de 90 milhões em energia para o Estado. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano IV, 11/1974, n. 1444, p.1.
2. Garcia Neto em Brasília taça as metas de seu Governo. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VII, 23/02/1975, n. 1523, p.1.
3. De Fragelli para Garcia a continuidade do progresso. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VII, 15/03/1975, p. 1-2.
4. Desenvolvimento de Mato Grosso entusiasma Paulo Lira. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VII, 20/03/1975, n. 1542, p. 1.
5. O Progresso e o Controle da Poluição. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VII, 03/1975, n. 1545, p. 8.
6. Garcia Neto Assina Convênio de 279 milhões para construção de Obras Rodoviárias e Energéticas. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VII, 16/04/1975, n. 1561, p. 1
7. O poder judiciário no admirável mundo novo. *Defesa*. Cuiabá-MT, ano I, 06/1975, n.1.
8. O modelo de Desenvolvimento da Amazônia. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 11/1975, n. 1720, p. 6.
9. Simonsen: o Desenvolvimento de Mato Grosso é algo que emociona pelo que significa. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VIII, 07/11/ 1976, n. 2003, p.1.
10. Simonsen discurso político. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VIII, 07/11/1976, n. 2003, p.7.

11. CODEAGRI adquire 92 tratores para acelerar desenvolvimento. *Diário de Cuiabá*. Ano VIII, 11/11/1976, n. 2006, p. 1.
12. TRAMAQ, uma empresa que cresce com a região. *Tribuna do Centro Sul*. órgão independente. Coxim, Ano II, 14/07/1977, n. 80, p.1
13. Código de terras sancionado pelo Governador facilitará o desenvolvimento do Estado. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano IX, 22/09/1977, n. 227, p.3.
14. Garcia Neto inaugurou obras em Pedro Gomes. *Jornal dos Municípios Matogrossenses*. Campo Grande, 26/02/1978, n. 43, p. 5 e 6.
15. Mato Grosso, a nova fronteira da indústria no Brasil. *Folha de Rondonópolis*. Rondonópolis, Ano III, 28/05/1978, n. 206, p. 13.
16. Promoção do Desenvolvimento. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano X, 19/08/ 1978, n. 2524, p. 3b.

#### **5.1.2. Contradições do Progresso**

1. Mendicância um problema a ser resolvido. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VII, 03/ 1975, n. 1533, p. 1.
1. Amazônia não poupará o índio. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 10/1975, n. 1714, p.1.

#### **5.1.3. Acerca das Migrações**

1. Campanha a Nível Nacional Para Controlar Migração Por MT. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, Ano 39, 30/09/1977, n. 7767, p.8.
1. Sistema da SUDECO situará quadro migratório da Região Centro-Oeste. I. Campo Grande, Ano XXIV, 04/05/1978, n. 7470, p. 5.
2. Instalado órgão responsável por migrações internas em MT. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano X 16/08/1978, n. 2521, p. 6.

#### **5.1.3. Acerca dos Projetos e Planos que Viabilizaram a Modernização Agrícola**

1. Expansão da Fronteira Agrícola. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VI, 07/ 1974, n. 1357, p. 3.
- 6 DERMAT terá empréstimo de 75 milhões do BNDE. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano IV, 06/ 11/1974, n. 1447, p. 6.



- 7 POLAMAZONIA integrará a região à economia nacional. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, Ano VIII, 03/1975, n. 1545, p. 8.
- 8 Financiamentos para armazéns e silos. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 04/1975, n. 1551, p.1.
- 9 POLOCENTRO vai incorporar 900 mil hectares de cerrados de MT ao sistema produtivo. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 05/04/1975, n. 1553, p. 1.
- 10 40 milhões do PIN para o ano de 1976. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 06/04/1975, n. 1554, p. 1.
- 11 Mais técnicos para a agricultura. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 04/1975, n. 1554, p.1.
- 12 PIN. O Povo. Cuiabá-MT, ano I, 1ª quinzena de abril:1975, n. 07.
- 13 Títulos da Fronteira serão ratificados. O Povo. Cuiabá-MT, ano I, 1ª quinzena de abril:1975, n. 07.
- 14 Garcia Neto discute em Brasília o problema fundiário e criação de novas juntas de julgamento. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 18/04/1975, n. 1563, p. 1.
- 15 Terra a quem precisa e quer trabalhar. Reitera Governador Garcia Neto em Dom Aquino. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 07/1975 n. 1630, p. 8.
- 16 Geisel aprova destaque de recursos para a faixa de fronteira. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 08/75, n. 1650, p. 1.
- 17 Ocupação Territorial. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 08/75, n. 1662, p.2.
- 18 SUDECO assinará novos convênios com o Governo de Mato Grosso. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 08/1975, n. 1662, p.8.
- 19 Criado órgão para planejar Agricultura em MT. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 09/1975, n. 1672, p. 8.
- 20 ABRA: análise dos problemas do PROTERRA. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 29/10/1975, n. 1711, p.1.
- 21 Regularização do excesso da Colônia Taquari. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 05/1975, n. 1857, p.5.
- 22 Grandes decisões da SUDAM na sua 98ª sessão. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VIII, 06/1976, n. 1873, p. 8.
- 23 Garcia Neto: MT e Goiás formam a nova fronteira humana do Brasil de hoje. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VIII, 01/06/1976, n. 1892, p.1

- 24 Garcia Neto assina convênios com a SUDECO. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VIII, 23/06/1976, n. 1892, p. 1.
- 25 Ocupação da Amazônia Legal exclui figura do preposto. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VIII, 10/09/1976, n. 1957, p.1
- 26 Mato Grosso, uma das maiores alternativas brasileiras na agropecuária, diz Presidente. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, 09/10/1976, n. 1982, p. 1
- 27 Banco do Brasil: porque a agência mil em MT. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VIII, 06/11/1976, n. 2002, p.3
- 28 Primeiro convênio dá ao PRODEGRAN 105 milhões de recursos iniciais. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VIII, 10/11/1976, n. 2005, p. 3.
- 29 Presidente do Banco da Amazônia em MT debate com empresários. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VIII, 23/11/1976, n. 2015, p.1.
- 30 Definitivos e direitos de ocupação de terra, são entregues pelo INCRA: Mato Grosso. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VIII, 17/12/1976, n. 2035, p. 10.
- 31 Superintendente da SUDAM vem a Campo Grande. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 10/03/1977, n. 2093, p. 5.
- 32 Paulo Saldanha quer reabertura do Departamento de Terras de Mato Grosso. *Folha de Rondonópolis*. Rondonópolis, ano II, 24/03/1977, n. 136, p.1.
- 33 SUDAM: agropecuárias preferem Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXVIII, 29/03/1977, n. 7628, p. 1.
- 34 SUDECO vai investir 75 milhões na “Grande Dourados”. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXVIII, 23/04/1977, n. 7647, p.2.
- 35 Executores dos Projetos Fundiários de MT reunidos em Cuiabá. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 01/04/1977, n. 2112, p. 3.
- 36 BASA dá seu apoio ao crescimento da Amazônia Legal. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, n. 2130, p.3.
- 37 Mato Grosso recebe recursos de mais de meio milhão da SUDECO. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 08/06/1977, n. 2168, p.1.
- 38 Convênios da PRODEPAN e POLOAMAZÔNIA foram assinados ontem em Corumbá. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 01/07/1977, n. 2187, p. 5.
- 39 BIRD aponta distribuição desigual de terras em Mato Grosso e Goiás. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 04/08/1977, n. 2216, p. 9.

- 40 Financiamentos na Amazônia: novas exigências. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXIX, 21/08/1977, n. 7739, p.3.
- 41 Mato Grosso demorou, mas aprovou seu Código de Terras. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 14/09/1977, n. 2250, p. 8.
- 42 Garcia Neto sanciona Código de Terras e reconhece antigas irregularidades. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 21/09/1977, n. 2256, p.1.
- 43 Código de Terras aprovado pelo governador.. Cuiabá, ano IX, 22/09/1977, n. 2257, p.1. *Diário de Cuiabá*
- 44 Novo Código de Terras vai resolver os problemas fundiários de Mato Grosso. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX , 24/09/1977, n. 2259, p.3.
- 45 Código de Terras de Mato Grosso. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXIX, 02/10/1977, n. 7768, p.3.
- 46 Secretário sugere à SUDECO planos de desenvolvimento no Estado. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 02/11/1977, n. 2329, p. 5.
- 47 Polocentro aplicará 2 bilhões este ano. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXIV, 09/02/1978, n. 7471, p.7
- 48 POLOCENTRO. *Folha de Rondonópolis*. Rondonópolis, ano II, 05/05/1978, n. 203, p.3.
- 49 General Tasso preconiza o despertar da consciência nacional para a preservação da Amazônia. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano X, 12/12/1978, p. 9.
- 50 POLOCENTRO poderá ter continuidade no Centro Oeste. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXV, 15/01/1979, p. 11.
- 51 Questão de terras na faixa de fronteira. *Correio do Estado*. Campo Grande – MS, ano XXV, 29/01/1979, n. 7756, p.7.
- 52 Djalma condena omissão do INCRA. *Diário de Cuiabá*. Ano XI, 13/09/1979, n. 2841, p.9.
- 53 Ovídio Fernandes critica ação do INCRA em MT. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano XI, 20/09/1979, n. 2846, p. 5.
- 54 Deputado defende ação das empresas colonizadoras. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano XI, 21/09/1979, n. 2847, p.7.

#### **5.1.5. Acerca da “Crise do Petróleo”**

1. Petróleo é assunto para conferência nacional. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 04/1975, n. 1561, p.4.
1. Gasolina vai ter 25% de mistura de álcool. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXVI, 09/07/1976, n. 7888, p.7.
2. Álcool continua sendo meta prioritária. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXVIII, 05/03/1977, n. 7608, p.7.
3. Calmon de Sá garante que o álcool tem prioridade. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 28/06/1977, p.1.
4. Ocidente às voltas com nova crise do petróleo. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXIX, 07/10/1977, n. 7772, p.1.
5. Ângelo Calmon de Sá sugere substituição do petróleo. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXIX, 07/10/1977, n. 7772, p.3.
6. 500 veículos andam apenas com álcool. *Folha de Rondonópolis*. Rondonópolis-MT, ano III, 04/06/1978, n. 207, p.09.
7. Governo do MS pretende contribuir na produção de combustíveis. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXVI, 21/03/1979, n.7797, p.3.
8. Falta de óleo diesel paralisa mil veículos na Cuiabá-Porto Velho. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXVI, 21-22/07/1979, n. 7899, p.3.
9. Em Campo Grande, está no fim o estoque de diesel dos postos. *Correio do Estado*. Campo Grade-MS, ano XXV, 26/07/1979, n. 7903, p. 9.
- 10.Frota da TELEMAT será movida toda à álcool. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano XI, 01/09/1979, n. 2833, p.3.
- 11.Estado patrocina encontro de energia. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano XI, 11/09/1979, n. 2889, p. 7.

#### **5.1.6. Acerca de temáticas referentes à produção de soja, milho, arroz e cana-de-açúcar**

1. Campanha da super safra 74/75, nova meta de Fragelli. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VI, 02/10/1974, n. 1418, p. 1.
- 5 Conferência Nacional da Soja. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 02/1975, n. 1523, p.3.

- 6 Brasil exportou 1,5 milhão de toneladas de açúcar. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 02/1975, n. 1519, p.1.
- 7 MT: produção de arroz poderá ultrapassar 1 milhão de toneladas. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 19/02/1975, n. 1519, p.1.
- 8 Racionalização agrícola. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 04/1975, b. 1553, p.4.
- 9 Agricultura brasileira chegou a um estágio de maturidade. *Luta matogrossense*. Campo Grande-MT, ano XV, 27/05/1975, n. 3036, p.3.
- 10 Soja obtém alto índice de produtividade em MT. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 08/08/1975, n. 1651, p.03.
- 11 Soja, o único vegetal completo. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VII, 09/1975, n. 1670, p.6.
- 12 Posição da soja no mercado. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano VIII, 18/11/1976, n. 2012, p. 2.
- 13 Experimentos de soja no cerrado de Mato Grosso. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 10/02/1977, n. 2072, p.3.
- 14 Soja: Tadano em Rondonópolis. *Folha de Rondonópolis*. Rondonópolis-MT, ano II, 20/03/1977, n. 135, p.1.
- 15 Norte de Mato Grosso: café até no tronco. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXVIII, 15/05/1977, n. 7665, p.1.
- 16 O Brasil é primeiro produtor mundial de açúcar. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXIX, 21/08/1977, n. 7739, p.3.
- 17 Brasil, maior produtor de açúcar de cana. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXIX, 21/08/1977, n. 7739, p.3.
- 18 Em agosto, Campo Grande exportou 285 mil sacas de arroz. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXIX, 18/09/1977, p.8.
- 19 Mato Grosso manterá a posição de líder na produção de arroz. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXIX, 22/09/1977, n. 7760, p.1.
- 20 Deputados do Paraná dizem que o futuro da soja está em Mato Grosso. *Diário de Cuiabá*. Cuiabá, ano IX, 23/09/ 1977, n. 2258, p.3.
- 21 A cultura da soja é viável nos cerrados. *O Estado de Mato Grosso*. Cuiabá, ano XXXIX, 14/10/1977, n. 7777, p.2.

- 22 “Grande Dourados”: arroz e soja gerarão recursos de 5,1 bilhões em 79. *Correio do Estado*. Campo Grande-Ms, ano XXV, 12/01/1978, n. 7742, p.3.
- 23 Mato Grosso do Sul vai superar todos os recordes agrícolas. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXV, 20/09/1978, n. 7655, p.5.
- 24 Pesquisas agropecuárias terão recursos de 250 milhões em 79. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXV, 12/01/1979, n. 7742, p.9.
- 25 Safra de arroz e soja: previsões otimistas. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ANP XXVI, 15/01/1979, n. 7745, p.7.
- 26 Campo Grande supera seus recordes. *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXVI, 27-28/01/1979, n. 7758, p. 5.
- 27 Índices de produtividade de trigo no MS incentiva o plantio no Brasil Central. . *Correio do Estado*. Campo Grande-MS, ano XXV, 26/07/1979, n. 7903, p. 9.
- 28 Ministro diz que “ferrovia a soja” vai começar em 80. *Correio do Estado*. Ano XXVI, 19/09/1979, n. 7948, p. 5.
- 29 MS: soja atingirá 1,4 milhão de toneladas. *Folha de Rondonópolis*. Rondonópolis-MT, ano IV, 23/09/1979, n. 289, p.12.

## **5.2. Jornais Consultados no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional (NDIHR)**

1. Progresso nas regiões de fronteira. *A República*. Campo Grande – MS, Ano I, 02/08/1931, n. 03, p.2.
2. A Fronteira. *A República*. Campo Grande-MS, Ano I, 27/09/1931, n. 19, p.4.
3. O Discurso do Dr. Getúlio Vargas. *A República*. Campo Grande-MS, Ano I, 1931, n. 23, p.1.
4. As grandezas de Mato Grosso Desconhecidas. *O Aliancista*. Cuiabá –MT, ano I, 23/12/1937, n. 18, p. 2.

## **5.3. Jornal do Brasil com consulta *on-line***

1. A lenta ocupação de um território. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro – RJ, ano LXXXII, 01/01/1973, n. 245, caderno especial.
2. Cresce e multiplicai-vos, o lema oficial. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro – RJ, ano LXXXII, 01/01/1973, n. 245, caderno especial.

#### **5.4. Coleção de Documentos para a História de Mato Grosso do Sul**

1.2.1. FILHO, Virgílio Correa. *Pantanaís Matogrossenses: devassamento e ocupação*.

1.2.2. GUZMAN, Ruy Dias de. *Anais do Descobrimento, Povoação e Conquista do Rio de La Plata*.

1.2.3. SODRÉ, Nelson Werneck. *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade Pastoril*.

#### **5.5. Coleção de DVDs “Pantanal: um olhar sobre o patrimônio natural da humanidade**

1.3.1. O mundo das águas. Episódio 1.

1.3.2. O pantaneiro. Episódio 2.

1.3.3. A alma pantaneira. Episódio 3.

1.3.4. Cinco mil anos de história. Episódio 4.

1.3.5. Desenvolvimento sustentável.

#### **5.6. CDs e DVDs**

Estudo dos municípios canavieiros 2010. Editora Horizonte, 2010.

Ponte de Pedra Energética (PPE). Sem data.

IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas. São Paulo: FEA-USP, 2 a 5/09/2010.

#### **5.7. Sites**

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

[http://www.cafehistoria.ning.com/?xg\\_source=msg\\_mes\\_network](http://www.cafehistoria.ning.com/?xg_source=msg_mes_network)

<http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>

<http://www.beatrizfeitosa.blogspot.com>

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>

<http://books.google.com.br/>

<http://www.cepal.org>

<http://www.panairvirtual.com.br/>

<http://www.gptec.cfch.ufrj.br/>

<http://www.gptec.cfch.ufrj.br/pdf/migracao2005.pdf>

## **5.8. Livros Literários e de Poesias**

BARROS, Waldemar Agostinho. *Sonora-MS em Versos*. Coxim:Gráfica e Editora Arrelia, 2004.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. São Paulo: Nova Cultural, 2003.

GULAR, Ferreira. *Toda Poesia*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1980.

MARQUEZ, Gabriel Garcia. *Cem Anos de Solidão*. Tradução de Eliane Zagury; ilustrações de Carybé. 40.ed. Rio de Janeiro: Record, 1994.

NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina*: e outros poemas em voz alta. 16.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1982.

PUNTEL, Luiz. *Açúcar Amargo*. 13 ed. São Paulo: Ática, 1997.

STEINBECK, Jonh. *As Vinhas da Ira*. Tradução de Ernesto Vinhaes e Herbert Caro. São Paulo: abril cultural, 1979.

## **5.9. Monografias, dissertações e teses**

ARAÚJO, Olga Maria Castrillon Mendes. *Nas raias de Mato Grosso: o discurso de constituição da fronteira*. Campinas: UNICAMP, 2000. Dissertação de Mestrado.

ÁVILA, Arthur Lima de. *E da Fronteira veio um Pioneiro: a frontier theseis de Frederick Jackson Turner. (1861-1932)*. Dissertação de Mestrado, UFRS, Porto Alegre, 2006.

BICKEL, Ulrik. *Brasil: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar*. Dissertação de Mestrado em Agricultura Tropical, Universidade de Bonn, Alemanha, 2003.

COSTA, Dermeval. *Um diagnóstico acerca das transformações recentes na agricultura brasileira: o caso da Usina Jaciara S/A*. Monografia/curso de especialização.



ESSELIN, Paulo M. *A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do Pantanal sul-mato-grossense entre 1830 e 1910*. Tese de doutorado.

FEITOSA, Beatriz dos Santos de Oliveira. *Pequena Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico de Sonora – MS*. Monografia de Graduação. Rondonópolis, 2002.

\_\_\_\_\_. *Pequeno Histórico da Construção do Sistema Educacional e Análise do Reflexo dessa Construção no Ensino de História em Sonora- MS*. Monografia de Especialização. Rondonópolis, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Expansão Econômica do Vale do Correntes em Mato Grosso do Sul: uma modernização conservadora promovida pelas frentes de expansão agrícola*. Monografia de Especialização. Rondonópolis, 2007.

GARCIA, Romyr Conde. *Mato Grosso (1800-1840): crise e estagnação do projeto colonial*. Tese de doutorado. São Paulo:USP, 2003. (mimeo)

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *A Lenda do Ouro Verde*. Dissertação de mestrado. Campinas, 1986 (mimeo).

NASCIMENTO, Flávio Antônio da Silva. *Aceleração Temporal na Fronteira: estudo do caso de Rondonópolis-MT*. Tese de doutorado, São Paulo: História/FFSCH/USP, 1997.

OLIVEIRA, Léia de Souza. *Tempo de Esperança: a imagem do Estado Novo na imprensa matogrossense*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1995 (mimeo).

RAMMINGER, Reinhard. *A modernização da agricultura e indicadores sociais no Estado de Mato Grosso (1980-2005)*. Dissertação de mestrado, Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2008.

TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo. *Análise da agricultura mato-grossense 1970-1985: modernização, desconcentração da terra e mão-de-obra*. São Paulo: EAESP/FGV, 1990. (Tese de Doutorado)

### 5.10 - Revistas

BARROZO, João Carlos. *Expansão da Soja no Xingu-Araguaia*. Revista Territórios e Fronteiras do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Mato Grosso.v.7, n.1, jan/jun, 2006.

CARRIJO, Ed Licys de Oliveira; CARVALHO, Simone Pereira de. *A produção de álcool: do Proálcool ao contexto atual*. Revista da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Londrina, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *Modernização Frustrada: a política de terras no império*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH, 1981.

CHARTIER. Roger. *O mundo como representação*. Estudos Avançados. Vol.5, n.11, São Paulo:jan./abr., 1991.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil*. Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUCSP, SP, Volume 15, n. 2 (26), 2004.

GOETTERT, Jones Dari. *Primavera do Leste-MT: uma cidade sem passado*. Revista Coletâneas do Nosso Tempo do Departamento de História da Universidade Federal de Mato Grosso (Campus de Rondonópolis). Ano VI, n. 6, 2003.

GRAZIANO DA SILVA, José. *O Novo Rural Brasileiro*. Revista Nova Economia. Belo Horizonte, maio, 1997.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Relações cidade-campo: fronteiras*. Revista da UFG, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. *Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5, n.10,1992.

LENHARO, Alcir. *A terra para quem nela não trabalha*. Vol. 5, n. 12, 1986.

MARTINEZ, Paulo Henrique. *Cultivo do Desencanto: o agronegócio enfraqueceu a relação do homem com a natureza, que ainda era forte no período do café*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 5, n. 57. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, junho, 2010.

MENDONÇA, Maria Luisa. *A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil*. Caderno de Formação, N. 2. Recife-PE: Maxprint Editora e Gráfica Ltda, 2006.

MONTEGRO, Antonio Torres. *Desassossego das Travessias*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 5, n. 58. Rio de Janeiro: Sociedade de Amigos da Biblioteca Nacional, julho 2010

MULLER, Geraldo. *Cem anos de República: notas sobre as transformações estruturais do campo*. In: Revista de estudos avançados, v.03,n.07, São Paulo, USP/ICA: set/dez, 1989.

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e Questão Agrária*. Revista de Estudos Avançados. São Paulo (USP) IEA. Set/Dez. v.03,n. 07,p..87. 1989.

RICARDO, Cassiano. *O Estado Novo e o seu sentido bandeirante*. Revista Cultural Política, 1941.

STÉDILE, João Pedro. *Latifúndio: o pecado agrário brasileiro*. MST, caderno de formação, n.33, fev.2000.

### **5.11 - Webgrafia**

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Lugar e não-lugar na economia: inquietações compartilhadas*. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br>. Acessado em 05/11/2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. *História, Tempo Presente e História Oral*. Rio de Janeiro, dezembro de 2002. Disponível em: <http://www2.uel.br/cch/cdph/arqtxt/>. Acessado em 25/10/2010.

## 5.12 - Cursos

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Desafios da Memória e a Operação Historiográfica*. Curso de extensão de história oral. Cuiabá/UFMT. 2009.

## 6 - REFERÊNCIA

ALBUQUERQUE Jr., Durval Muniz. *Nos Destinos de Fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife, PE: Bagaço, 2008.

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coordenadoras). 2.ed. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da História*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

\_\_\_\_\_. *Vidas desperdiçadas*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2005.

BAUZÁ, Hugo Francisco. *El Mito Del héroe: morfología y semántica de la figura heróica*. Argentina: Fondo de Cultura Económica, 1998.

BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BRAY, Silvio Carlos; FERREIRA, Enéas Rente; RUAS, Davi Guilherme Gaspar. *As Políticas da Agroindústria Canavieira e o Proálcool no Brasil*. Marília: Unesp- Marília- Publicações, 2000.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Trad. de Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Esperando o Trem: sonhos e esperanças de Cuiabá*. São Paulo: Scortecci, 2005.

\_\_\_\_\_. *Do extrativismo à pecuária: algumas observações sobre a história econômica de Ato Grosso(1870-(1930)*. 4.ed. São Paulo: Scortecci, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomas. 12. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRAND, Antonio Jacó et al. Os Kaiowá e Guarani e os Processos de Ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida (Org.). *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

CASTRO, Maria Inês Malta & ALEIXO, Lucia Helena Gaeta. Cana-de-açúcar. In: *Memória Histórica da Indústria de Mato Grosso*. Cuiabá-MT: FIEMT- IEL/UFMT, 1987.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL Bertran Brasil, 1990.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORREIA, Valmir Batista. *Coronéis e Banido em Mato Grosso (1889-1930)*.2.ed. Campo Grande-MS: EdUFMS, 2006.

COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII*. São Paulo: Kosmos, 1999,

CRUZ, Marcus; RODRIGUES, Cândido. Tempos e histórias do presente: reflexões acerca da constituição da História do Tempo Presente e de suas temporalidades. In: HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale (Orgs). *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

DELEUZE, Giles; GUATARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995.

DIJK, Teun A. Van. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

ESSELIN, Paulo M. A Pecuária Bovina e o processo de ocupação do Pantanal Sul-Mato-Grossense. In: *Peões, vaqueiros & cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

FABRINI, João E. A Posse e Concentração de Terra no Sul de Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de (Org.). *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2008.

FIABANI, Adelmir. *Mato, Palhoça e Pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando Fora da Própria Sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2004.

FONTANA, Josep. Reflexões sobre a História do Além do Fim da História. in: *História: análise do passado e projeto social*. Bauru: EDUSC, 1998.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 19.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

FOWERAKER, Joe. *A luta pela terra : a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala*. 42. Ed. Rio de Janeiro: Record.2001.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A Crise Agrária*. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale (Orgs). *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

HARRES, Marluza Marques. Pelos Caminhos da Memória: uso de fontes orais na pesquisa histórica. In: HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale. (Orgs.). *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009.

HOBBSBORN, Eric J. E. *A Era das Revoluções: Europa, 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 3.ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Raízes do Brasil*. 26. ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

HUNT, Lynn. *A Invenção dos Direitos Humanos: uma história*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

IANNI, Octavio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Política, Ambiente e Diversidade Cultural*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

KAGEYAMA, Angela. *Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KNAUSS, Paulo. *Oeste Americano: quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: editora da Universidade Federal Fluminense, 2004.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas & Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LASKI, Harold. *O liberalismo europeu*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1973.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão (ET. Al.) 5. Ed. Campinas, SP: editora da UNICAMP, 2003.

LAGO, Antônio & Pádua, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: brasiliense, 1985.

LENHARO, Alcir. *Crise e mudança na frente de colonização*. Cuiabá-MT: NDIRHR-UFMT, 1982.

\_\_\_\_\_. O vale dos sonhos. In: *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-oeste*. 2. Ed. Campinas- SP: editora da Unicamp, 1986.

LOPES, João Sérgio Leite. *O vapor do diabo: o trabalho dos operários do açúcar*. 2. Ed; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MAGALHÃES, J.P. de A., KUPERMAN, N., MACHADO, R.C. *Proálcool: uma avaliação global*. Rio de Janeiro: ASTEL, 1991.



MAITELLI, Gilda Tomasini & ZAMPARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves. *Expansão da Soja na Pré-Amazônia Mato-Grossense: impactos socioambientais*. Cuiabá, MT: Entrelinhas: EdUFMT, 2007.

MANÇANO, Bernardo; FERNANDES, Marta Inez Medeiros Marques; SUZUKI, Julio Cesar (Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

MARTINS, José de Souza. *A militarização da questão agrária no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

\_\_\_\_\_. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MATOS, Marialice Paviam. *Soja a mais importante oleaginosa da agricultura moderna*. São Paulo: Cone, 1987.

MENDONÇA, Sonia Regina de (Org.). *Estado Brasileiro: agências e agentes*. Niterói: EdUFF/Vício de Leitura, 2005.

MENDONÇA, Sonia Regina de; STEDILE, João Pedro (Orgs). *A Questão Agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História oral e interdisciplinaridade: a invenção do olhar. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von (Org.). *Os Desafios Contemporâneos da História Oral*. Campinas: UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *Cabra Marcado para Morrer: entre a memória e a história*. In: SOARES, Mariza de Carvalho & FERREIRA, Jorge. *A História vai ao Cinema*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MONBEIG, Pierre. Os pioneiros. In: *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MORAES SILVA, Maria Aparecida de. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

MORENO, Gislaine. *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla (1892-1992)*. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência e escravidão*. 3. Ed. São Paulo: Ática, 1993.

MÜLLER, Geraldo. *Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária*. São Paulo: Hucitec, 1989.

NEVES, Margarida de Souza; HEIZER, Alda. *A ordem é o progresso: o Brasil de 1870 a 1910*. São Paulo: Atual Editora, 1991.

NIETZSCHE, Friedrich. *A gaia ciência*. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *Modo Capitalista de Produção*. São Paulo: Ática, 1986.

PANOSSO NETO, Alexandre. *Geopolítica, Agricultores e Madeireiros na Frente Oeste de Colonização: o caso do norte de Mato Grosso*. Campo Grande-MS: UCDB, 2002.

PEREIRA, Benedito Dias. *Mato Grosso: principais eixos viários e a modernização da agricultura*. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PRADO Jr., Caio. *História Econômica do Brasil*. 43. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

\_\_\_\_\_. *A Questão Agrária no Brasil*. 4. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Tradução Jézio Hernani Bonfim Gutierre. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, Olga de Moraes Von. *Experimentos com Histórias de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- ROSSI, Paolo. *Naufrágios sem expectador: a idéia de progresso*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: ed. UNB, 2001.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2003.
- SALES, Teresa. *Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1982.
- SANTOS, Milton. *Da Totalidade ao Lugar*. São Paulo: editora da USP, 2005.
- SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. Tradução de Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SEVCENKO, Nicolau. O Prelúdio republicano, astúcia da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil*. V. 03, coordenação geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SILVA, Jovam Vilela. *A divisão do estado de Mato Grosso (uma visão histórica: 1872-1977)*. Cuiabá-MT: editora da UFMT, 1996.
- SILVA, José Graziano da. *O que é Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Lígia Osório. *Fronteira e Identidade Nacional*. Campinas: UNICAMP, 1999/2000.

SOUZA, Edison Antônio. História de Sinop: Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. In: BARROZO, João Carlos. *Mato Grosso do sonho à utopia da terra*. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

SUBIRATS, Eduardo. *A flor e o cristal: ensaios sobre arte e arquitetura modernas*. São Paulo: Nobel, 1988.

SWAIN, Tânia Navarro. *Fronteiras do Paraná: da colonização à migração*. Brasília: Universidade de Brasília, 1988.

THOMPSON, Paulo (1935-). *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *A conquista da terra no universo da pobreza*. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. *Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1880)*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

VANKRUNKELSVEN, Luc. *Aurora do Campo: soja diferente*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2008.

WAIBEL, Léo. As zonas pioneiras do Brasil. In: *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. 2ª Ed., Rio de Janeiro: FIBGE, 1979.

WEBER, Max. *Textos Seleccionados*, São Paulo, Abril Cultural, 1980.

WEGNER, Robert. Frederick Jackson Turner e o Oeste. In: *A Conquista do Oeste: a Fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda*. Belo Horizonte: editora ufma, 2000.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade na História e na Literatura*. Tradução de Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## **7 – APÊNDICE**

### **7.1 – Questionários**

#### **Questionário para prefeito e ex-prefeitos.**

- 1) Quando se deu a emancipação política do Município de Sonora- MS?
- 2) Qual a população total do município?
- 3) Deste total quantas pessoas residem na área rural?
- 4) Qual o crescimento econômico registrado nestes anos de emancipação política?
- 5) Qual o crescimento populacional apresentado pelo município?
- 6) Há registro de população indígena no quadro populacional da cidade de Sonora-MS? A antes da cidade, havia índios aqui? Quais? Quanto? Para onde foram? Explique.
- 7) Quais as conseqüências trazidas pelo constante fluxo migratório existente na cidade visto que a CASE contrata um elevado número de trabalhadores no período da safra? Ela contrata todos? Há desemprego sazonal? Explique.
- 8) Quais foram os projetos estabelecidos pelo seu governo no início do mandato?
- 9) Destes quais foram realmente efetivados?
- 10)Quais os principais problemas colocados à administração municipal?
- 11)Quais os encaminhamentos feitos pela prefeitura para a resolução destes problemas?
- 12)É grande o problema com a violência urbana? Explique.
- 13)E quanto à violência rural?
- 14)Qual é o maior problema social ou econômico de Sonora? Explique.
- 15)Quanto à administração de âmbito estadual, pode afirmar que tem sido positiva ou negativa, no auxílio às questões municipais? Explique.
- 16)Qual é o prognóstico para Sonora-MS?
- 17)O senhor gostaria de acrescentar alguma coisa?

### **Questionário para a administração da Companhia Agrícola Sonora Estância**

- 1) Histórico da CASE.
- 2) Qual o total de hectares da área cultivada pela usina? Qual a área não cultivada?
- 3) Deste total quanto é destinado à área de cana-de-açúcar e quanto é destinado ao cultivo de soja?
- 4) Existem outras variedades produtivas cultivadas em área da CASE? Pecuária extensiva de corte?
- 5) Qual a capacidade produtiva anual de açúcar (sacas) e álcool (litros) e qual a produção respectiva mensal?
- 6) Qual o destino da produção da CASE?
- 7) Qual a quantidade de trabalhadores permanentes e temporários existentes na usina, por ocasião da safra e entre-safra?
- 8) Quais as formas de pagamentos utilizadas pela Usina pelo trabalho realizado no corte de cana? Qual é o salário de um cortador de cana?
- 9) Existe terceirização dos serviços da Usina? Quais?
- 10) As atividades dos trabalhadores sazonais se restringe ao corte da cana?
- 11) Durante o período de implantação e de expansão da agroindústria a CASE foi contemplada com incentivos creditícios ou subsídios por parte do Governo Estadual ou Federal?
- 12) Já houve alguma forma de conflito entre os trabalhadores e a usina na busca de reivindicações e negociações salariais? Como é a relação com o sindicato dos trabalhadores rurais?
- 13) Já houve alguma forma de divergência entre a usina e alguma indústria pública ou movimento social em decorrência de alguma decisão tomada por parte da CASE?
- 14) A CASE se utiliza da biotecnologia na produção da cana, como novas variedades, controle de pragas, controle genético? Qual o destino dos subproduto da empresa? Explique.
- 15) A área pertencente à CASE está restrita apenas ao município de Sonora-MS?
- 16) Atualmente, há alguma política de incentivo por parte do governo para a produção de álcool e açúcar? A CASE é contemplada?

- 17) Há algum tipo de qualificação profissional proporcionada pela CASE aos seus trabalhadores?
- 18) Quais as perspectivas com relação à produção de açúcar e álcool para os próximos anos?
- 19) Quais os principais problemas com relação à produção de cana e soja, porque existem e como solucioná-los?
- 20) Qual foi o rendimento da CASE em 2006? O que rendeu mais a soja ou a cana? Qual foi o lucro líquido em 2006?
- 21) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

#### **Questionário para cortadores de cana**

- 1) Qual é o seu nome?
- 2) Qual é a sua região de origem?
- 3) Há quanto tempo vem para Sonora trabalhar?
- 4) Quais foram os motivos que o levaram a vir trabalhar em Sonora?
- 5) Pretende voltar para onde veio?
- 6) Como ficou sabendo do trabalho em Sonora?
- 7) Como é feita a contratação de mão-de-obra na sua região de origem?
- 8) Quem é responsável pela parte financeira do transporte?
- 9) E em Sonora, como são as condições de trabalho na Usina?
- 10) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

#### **Questionário para um membro da Família Bispo (Comunidade Quilombola).**

- 1) Em que ano sua família chegou nessa região?
- 2) Quais foram os fatores que lhes trouxeram para cá?
- 3) Quais as atividades exercidas inicialmente?
- 4) Quais as atividades que exercem atualmente?
- 5) Poderia falar um pouco sobre suas crenças religiosas?
- 6) Como conciliam as práticas e rituais da religião afro-brasileira, com as missas realizadas pela igreja católica?
- 7) Atualmente, vocês realizam a festa de São Sebastião? Poderia falar um pouco sobre essa festa? Qual a relação com a comunidade?

- 8) Enquanto grupo social, sentem alguma forma de preconceito?
- 9) Na sua opinião há racismo em Sonora?
- 10) Quais os prognósticos e diagnósticos para as religiões afro e para a situação do negro em Sonora?
- 11) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa?

#### **Questionário para um proprietário rural (produtor de soja)**

- 1) Em que ano o senhor adquiriu suas terras no Estado de Mato Grosso do Sul?
- 2) Qual a área total da sua propriedade?
- 3) Deste total quanto é destinado à agricultura e quanto à pecuária?
- 4) Planta com alguma forma de financiamento? Sua propriedade é mecanizada?
- 5) O plantio utilizado na sua lavoura é direto ou convencional? Por que?
- 6) O que o levou a adquirir terras no estado? Mais especificamente no município de Sonora?
- 7) Qual o percentual de área destinada à reserva florestal?
- 8) Qual foi o rendimento da sua propriedade no ano de 2006? Qual foi o lucro líquido?
- 9) Qual é na sua opinião, o diagnóstico e o prognóstico da agropecuária? Por que?
- 10) Gostaria de acrescentar algo?

#### **Questionário para um assentado.**

- 1) Qual o número de famílias existentes no assentamento de Sonora?
- 2) Há quanto tempo existe este assentamento?
- 3) De que forma se conseguiu que todas essas famílias fossem assentadas?
- 4) Qual a área total do assentamento?
- 5) Qual a área média por lotes?
- 6) De que forma ficou estabelecido qual família ocuparia qual lote?
- 7) Antes da existência do assentamento como viviam estas famílias que ali residem hoje?



- 8) Já há um excedente produtivo?
- 9) Qual o destino deste excedente? Quais os principais produtos comercializados?
- 10) Ainda é grande o número de famílias no município de Sonora reivindicando terras?
- 11) As terras do assentamento são de fácil cultivo?
- 12) Por que a opção por esta região?
- 13) Como você vê a questão agrária em Sonora?
- 14) Gostaria de acrescentar algo?

#### **Questionário para um pequeno produtor rural.**

- 1) Qual a área da sua propriedade?
- 2) Quais os tipos de produtos que cultiva?
- 3) Qual o destino da produção? Explique.
- 4) Há quanto tempo reside nessa região?
- 5) Para vender a produção do sítio, há necessidade de pagar algum imposto para a prefeitura? Para quem o senhor vende? Quem transporta?
- 6) Há quanto tempo se tornou proprietário de terras?
- 7) Quando veio para a região trabalhava para alguém ou já veio como proprietário de terras?
- 8) Quais os principais problemas que enfrenta para produzir? Como consegue resolvê-los?
- 9) A área de sua propriedade é original ou foi repartida com a família?
- 10) Qual a tendência para o senhor e os outros pequenos produtores? Por que?
- 11) Gostaria de acrescentar algo?

#### **Questionário para funcionários da FUNAI.**

- 1) Sonora foi território indígena? Qual nação? Era campo de caça, coleta ou pesca?

- 2) Até que ponta a ocupação das terras pela agropecuária e depois pela agroindústria afetou os índios existentes na região?
- 3) Há registro de alguma tribo indígena no município atualmente?
- 4) Tem conhecimento da utilização do trabalho indígena em Sonora ou em outros lugares para o serviço do corte de cana na usina de Sonora? Quando isto aconteceu? Quais foram as providências tomadas pela FUNAI? Ainda ocorre?
- 5) Há reserva indígena na região do vale do rio Correntes?
- 6) Há alguma reivindicação de povos indígenas para a ocupação de espaço nessa região?
- 7) Qual a situação dos índios na micro-região? Qual o prognóstico? Há postos indígena? Explique.
- 8) Gostaria de acrescentar algo?

## 8 - ANEXOS

### 8.1 – Discurso de modernização e progresso nos versos da poesia de padre Waldemar Agostinho de Barros.

HISTÓRICO DE SONORA  
Quem não conhece sonora,  
Não sabe como começou um dia;  
Vai ficar sabendo agora,  
Nos versos desta poesia.

Em 64, não muito distante,  
Veio morar nesta região;  
Um famoso Comandante,  
Piloto de avião.

Essa importante figura,  
Numa visão analítica;  
Tinha excelência cultura  
E influência política.

Com o agravamento do comunismo,  
Que causou grande alvoroço,  
Fez o comandante Maurício,  
Fugir para Mato Grosso.

Por ser um homem de luta,  
De muito saber na cachola,  
Maurício Coutinho Dutra,  
Leva o nome de uma escola.

Refugiado neste local,  
Sentia-se longe das guerras...  
Daqui para o pantanal,  
Adquiriu muitas terras.

Qual seria o destino,  
Da tamanha propriedade?  
Pensou logo, num sobrinho,  
Para cuidar da metade.

A proposta não foi ruim.  
Para desempenhar esse papel,  
Raul Kelvim Thuim,  
Chegou sendo Coronel.

1975 foi o ano,  
Que esse homem de brilho,  
Veio realizar o plano,

Que não conseguia seu tio.

10 mil hectares cedidas,  
Foi toda a área do chão.  
Para o coronel, na vida,  
Fazer algo útil à nação.

Iniciou-se um grande negócio.  
No ano de setenta e seis.  
Raul arranhou um sócio;  
O senhor STUCKI, polonês.

O coronel numa árvore subiu,  
Vislumbrou cheio de esperança;  
Um núcleo urbano ele viu,  
Muito progresso e crianças...

Chaminés por toda parte,  
Fumegando sem cessar,  
Só estava faltando a arte,  
Que precisava começar.

Após análise do terreno,  
O que fazer afinal;  
Um frigorífico pequeno  
Ou um belo canavial?

Em 77 Stucki fez o projeto,  
Da almejada Usina.  
“Aquáriu” foi o nome certo,  
Estava lançada a sina.

Em 78 com precisão,  
Em caráter experimental  
Iniciou-se uma produção,  
De cana, neste clima sazonal.

Foi efetivado a plantação,  
Para a felicidade dos empresários.  
Começou a chegar gente da região,  
Mais de oitocentos operários.

Formou-se um povoamento,  
Nas proximidades da Usina.  
Residam em alojamentos  
E barracas de lona fina.

Em 83, quase falida,  
Para sair desse mal  
A Aquáriu foi vendida,  
Para uma multi-nacional.

Dois grupos de muita grana,

Giobbi e Sigla, celebridades,  
Subsidiados pela Fiat Italiana,  
Compraram a usina de verdade.

Cia Agrícola Sonora Estância,  
Passou a ser chamada agora.  
Para encurtar a distância,  
Pode chamar de Usina Sonora.

O nome Sonora foi escolhido,  
Pelo Comandante Maurício;  
Vendo filmes de bandidos  
Em Rondonópolis, no início.

Sonora era um lugar preferido,  
Refúgio dos xerifes texanos  
Entre México e Estados Unidos,  
Se no mapa não houver engano.

Com a expansão populacional,  
Formou-se um perímetro urbano.  
Atraídos pelo trabalho local,  
Chegam migrantes todo o ano.

A firma fez um decreto ousado,  
Parecia não ter afago;  
A mudar, o povo foi obrigado,  
Com saudade do seu lago!

Na Vila da Palha, vivia,  
Debaixo de lonas e turbinas.  
A população só crescia  
E o progresso logo vinha.

Por volta de oitenta e quatro,  
Se não me falha a memória,  
Aconteceu esse fato  
E ajudou nascer Sonora.

Em 85, está escrito,  
Nos anais de nossa história;  
Que a condição de distrito,  
Foi elevado Sonora.

De Pedro Gomes, foi desmembrado,  
03 de junho foi o dia,  
A município elevado,  
Causando-nos tanta alegria!

Em 88, foi emancipado,  
Ocupando o 72º lugar,  
Na constelação do Estado.  
Sonora começa a brilhar.

Simões e João Cavalcante  
Foram os prefeitos de Sonora  
João já ficou distante,  
Simões está até agora.

Todo este meu relato,  
Não saiu só do meu tino.  
Tive ajuda, pra ser exato,  
Do meu amigo NEDINO.

OBRIGADO pela atenção,  
De ouvir ou ler meus versos,  
Sonora é pura emoção,  
É sinônimo de progresso! (BARROS, 2004)



## 8.2 – Discursos de modernização e progresso em publicações locais



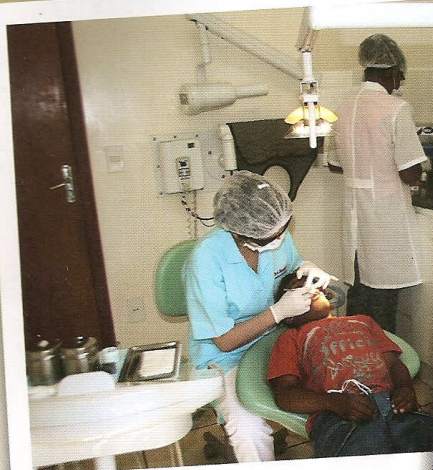
Informativo do 21º aniversário de Sonora-MS/Junho/2009.



# **Trabalhando** **com justiça social**

Prefeitura Municipal de Sonora

Informativo da  
Prefeitura Municipal  
de Sonora  
Setembro de 2009



**Novo posto de saúde  
está garantido**  
*página 4*



**Na zona rural,  
200 km de estradas  
são recuperadas**  
*página 5*



**População de Sonora  
terá mais 190 moradias**  
*página 7*

**Assistência Social  
orienta gestantes sobre  
cuidados com o bebê**  
*página 15*





Prefeitura Municipal de Sonora

# Trabalhando com justiça social

Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Sonora  
Novembro de 2009



1 Mais 190 casas

2 Construção do novo prédio do Detran

3 Reforma e ampliação na Escola Giobbi

4 Sistema de abastecimento de água no Pantanal

5 Unidade Básica de Saúde - PSF da Família

6 Construção de 15 novas moradias - PSH de Natal



7 Pavimentação asfáltica por toda cidade

8 Reforma do prédio do PSF Central

9 Arquivo Municipal

10 Poço artesiano no assentamento



11 Melhoria no sistema de abastecimento de água

12 Novas casas no assentamento

13 Kit sanitário no Pantanal

14 Reforma geral e ampliação da Escola Gazzolo

15 Entrega da pavimentação da Av. das Chácaras

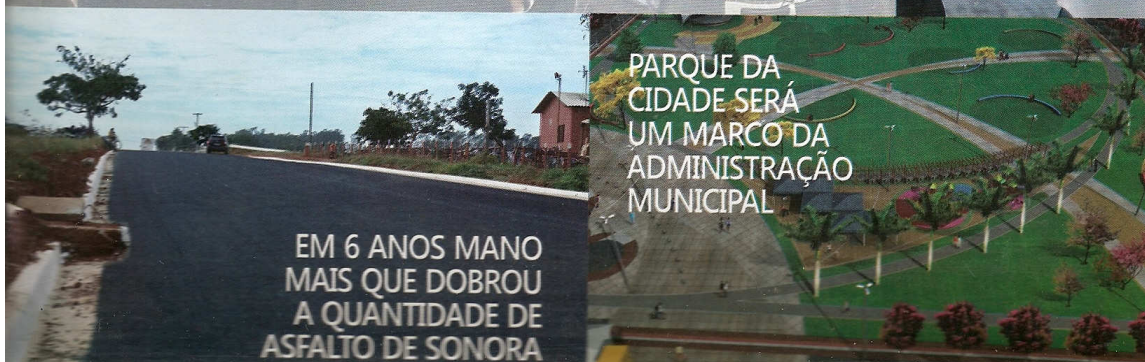


# Prefeitura de Sonora **Trabalhando** com justiça social

Prestação de Contas da Prefeitura  
Municipal de Sonora  
Novembro de 2010



## SONORA INAUGURA OBRAS E VIVE EM RITMO DE DESENVOLVIMENTO



Prestação do contas da Prefeitura Municipal de Sonora. Novembro/2010.



**8.3 – Veículos que carregavam cana-de-açúcar eram os mesmos que transportavam trabalhadores até os anos de 1990**



Imagem: veículo utilizado no transporte de cana-de-açúcar (1980).

Disponível em: <http://www.prefeiturasonora.com.br>, acessado em 12/01/2011.



Imagem: transporte de trabalhadores rurais (1980)

Disponível em: <http://www.prefeiturasonora.com.br>, acessado em 12/01/2011.

#### 8.4 – Modernização do campo



Fonte: arquivo pessoal de Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa. Fotografado em janeiro de 2009



Fonte: arquivo pessoal de Beatriz dos Santos de Oliveira Feitosa. Fotografado em janeiro de 2009.